**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD.**

# “O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, PRODUÇÃO E CONSUMO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO”

**MICHELLE MILHORANÇA MOREIRA SCHNEIDER**

**DOURADOS - MS**
**2009**

# Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

**MICHELLE MILHORANÇA MOREIRA SCHNEIDER**

# "O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, PRODUÇÃO E CONSUMO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador Professor Dr. Edvaldo César Moretti.

**DOURADOS - MS**
**2009**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

338.47918171 J359p

Schneider, Michelle Milhorança Moreira

O Parque Nacional De Ilha Grande, produção e consumo do território turístico./ Michelle Milhorança Moreira Schneider. – Dourados, MS : UFGD, 2009.

189f.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Cesar Moretti

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Turismo – Mato Grosso do Sul. 2. Parque Nacional Ilha Grande – Aspectos turísticos. 3. Áreas de conservação ambiental. 4. Território e Territorialidade. I. Título.

# “O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, PRODUÇÃO E CONSUMO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, com nota final _____(  ), conferida pela banca examinadora:

_____
Professor Dr. Edvaldo César Moretti
Orientador

_____
Professora Dra. Maria Geralda de Almeida
Examinadora

_____
Professor Dr. Charlei Aparecido da Silva
Examinador

Dourados, 20 de agosto de 2009.

Dedico o resultado deste trabalho, sobretudo á Deus que me permitiu chegar até aqui; á minha família que me ama incondicionalmente; ao meu professor orientador que com muita paciência me incentiva a prosseguir pelos caminhos generosos do saber, e á todos os entrevistados que consentiram a publicação de seus relatos.

# AGRADECIMENTOS

Ao meu amado esposo pela companhia e segurança que vem me proporcionado ao longo desses 12 anos de cumplicidade. Muito obrigada por todos os incentivos e por recordar-me que, eu posso sim sonhar, mas que eu devo sempre manter os pés no chão.

Para o meu filho querido por tanto amor e carinho oferecidos a essa mãe que mal tinha tempo para retribuir seus sentimentos, desde pequeno aprendeu ser independente e a obedecer às regras estabelecidas, afinal, comecei a trabalhar e estudar quando tinha apenas 03 anos de idade, hoje com 10 anos, é maduro o suficiente para compreender minha ausência. Certamente será um homem bom, justo, e se Deus quiser, feliz, muito feliz. Sou eternamente grata por sua compreensão, entendimento e admiração. Quero que fique gravado nesse documento que te amo como nunca amei ninguém na face da Terra e te admiro do jeitinho que você é.

A minha mãe pelos exemplos de vida e pelos ensinamentos sábios concedidos a mim desde o meu nascimento. A cada dia que passa, eu te admiro mais e mais, não só por sua incrível beleza e espiritualidade interna, mas também por sua perseverança, dedicação, fé, paciência, otimismo, generosidade, enfim, seria impossível descrever todas as suas qualidades, por isso te agradeço por tudo o que faz por mim e por meus irmãos, você é com certeza a melhor mãe do mundo, te ofereço meu eterno amor, respeito e admiração. Tudo o que sou e tenho devo a Senhora, muito obrigada!

Ao meu pai pelo incentivo e ajuda financeira, além disso, trabalhar com o Senhor me proporcionou boa qualificação, sua rigidez e seus métodos perfeccionistas me fizeram uma profissional preocupada com a qualidade do serviço prestado.

Aos meus irmãos pelo carinho e o respeito que dedicam a mim, gostaria que vocês ficassem estimulados com minha conquista e perseverassem no estudo das ciências que escolheram para dedicar-se a profissão, afinal o conhecimento abre portas; ele faz-nos refletir sobre o que esta a nossa volta; só ele pode transformar o ser que há dentro de nós. Quantos gostariam de ter a oportunidade de estudar e não a tem?

A minha sogra e seu esposo Adércio, muito obrigada pela força fundamental que têm me dado, sem o apoio e carinho de vocês eu não conseguiria chegar até aqui. Obrigada pelas caronas até Dourados. Sei que incomodei muito e que somente Deus poderá retribuir tudo o que dedicaram á mim.

Agradeço também a meus avós maternos, por tanta disposição ao incentivar seus netos a estudar, sei que nem chegaram a completar o ensino fundamental, e talvez por isso mesmo apóiam tanto a nós, vocês e meus tios, tenho certeza, acreditaram em mim desde o inicio, acreditaram que um dia eu pudesse chegar onde objetivei estar. Muito obrigada, e de maneira especial a tia Mônica que nessa confiança custeou parte desse sonho.

Aos grandes e verdadeiros amigos, os companheiros do curso de mestrado, os antigos companheiros de faculdade, os amigos campistas de Itaquiraí, Eldorado, Brusque e Dourados, a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, aos alunos e profissionais das Instituições de ensino: José Juarez Ribeiro de Oliveira, Manoel Guilherme dos Santos, Jair Alves da Costa – Extensão Santa Rosa, Faculdades Integradas de Naviraí-FINAV. Sintam-se todos homenageados, pois seria impossível nomeá-los, saibam que vocês fazem parte da minha vida, por isso contribuíram muito de uma forma ou de outra com a realização desse trabalho. Muito Obrigada por existirem.

Ao meu orientador, por sua confiança, paciência e generosidade, fico grata especialmente por ter valorizado minhas idéias e iniciativas, muito obrigada pelos seus ensinamentos, admiro muito seu trabalho e seu incansável esforço de progredir enquanto profissional, meu maior orgulho ao cursar esse mestrado foi dizer aos quatro ventos, que sou orientada por Edvaldo César Moretti.

A todos os meus professores, que vem me encaminhando nesse processo de formação profissional ao longo da vida, vocês foram responsáveis pelas minhas escolhas, pela construção das minhas idéias, pelo sentimento de conquista ao superar um desafio, por sentir prazer ao estudar, por sentir satisfação em construir um trabalho de pesquisa como esse. Nomear todos os professores que evidentemente efetivaram esse sonho de chegar até aqui é impossível, por isso registrarei minha homenagem a todos os professores da FINAV – instituição que me deu base e suporte para sustentar o objetivo de cursar o mestrado, no nome do Professor Waldiney Gomes de Oliveira, agradeço todo o corpo docente da instituição, principalmente os do curso de Geografia. A todos os professores do

Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, instituição que me acolheu e amparou com todas as dificuldades constatadas, em nome dos professores que diretamente influenciaram na construção desse trabalho, agradeço os demais, Professores: Jones, Lisandra, Flaviana, Edvaldo e Silvana Moretti, Adauto e Silvana de Abreu, Charlei, a todos meu muito obrigada!

A minha banca de qualificação, composta pela Professora Dra. Maria Geralda de Almeida e pelo Professor Dr. Charlei Aparecido da Silva, que com sabedoria e experiência propuseram muitas idéias para finalizar esse trabalho. Sou muito grata pelas contribuições de ambos.

Sou grata também ao corpo docente de pesquisadores que fazem parte da bibliografia, afinal, foram os trabalhos de vocês que por muitas vezes iluminaram a construção deste.

Agradeço a generosidade de todos os participantes dessa pesquisa, que contribuíram diretamente com seus depoimentos, relatos e opiniões, constantes nas entrevistas, Senhores Sandro Roberto da Silva Pereira, Eduardo Ortd, João do Carmo Neves, Severino Casagrande, Armando Fávaro, Senhoritas Gabriela Leonhardt, Francielli Ludyana Bússolo, Edna Brindarolli, Valdelice de Oliveira, Priscila Volpato Nosumbeni, Iana Aparecida Dalla Valle, aos pescadores do Porto Santo Antônio, aos ribeirinhos do Porto Caiuá, aos ilhéus e ex-ilhéus que nos concederam entrevistas. Saibam que a participação de todos foi essencial para esse trabalho.

As amigas professoras de língua portuguesa que corrigiram este trabalho, Professoras Alessandra e Indiamara. Aos amigos professores de língua inglesa Marcos e Joelmari. A amiga especialista Cristina pelas dicas de formatação. Ao amigo Luzinel pelas criticas construtivas. Aos secretários do mestrado Elaine e Cleber. Agradeço a contribuição de todos.

Considero-me uma pessoa iluminada por Deus, isso porque tenho pessoas especiais a minha volta que me vigoram a cada momento de desânimo, que me amparam nos momentos difíceis, que me tranqüilizam diante de cada desafio. Sou muito feliz! Obrigada a todos!

SCHNEIDER, M. M. M. **O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico.** Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2009, pág.

# RESUMO

O Parque Nacional de Ilha Grande é a base das discussões apresentadas neste trabalho dissertativo, ele está localizado na região noroeste do Estado do Paraná e na sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul. É formado por um arquipélago com centenas ilhas planas que se associam às regiões pantanosas, várzeas e planícies de inundação do rio Paraná, perfazendo uma extensão de aproximadamente 140 Km, e representa cerca de 40% da área não represada deste rio, sendo um testemunho das características naturais das ilhas e várzeas existentes da Bacia do Paraná, cujo principal objetivo especifico de manejo é contribuir para o desenvolvimento regional, difundindo e incentivando o uso econômico, ecologicamente sustentável da biodiversidade local e valorizando a base histórico-cultural da região. O intuito desta dissertação é apresentar uma discussão da realidade defrontada a partir das pesquisas realizadas, bem como das projeções turísticas para o Parque através dos municípios sul-matogrossenses que se territorializam com o mesmo. Além disso, este tem como principal objetivo conjugar a analise das políticas públicas de conservação da natureza através da implementação da Unidade de Conservação e do Turismo pela valorização econômica da mesma natureza. Constatou-se que todos os municípios investigados possuem áreas irregulares de lazer e de habitação ás margens do rio Paraná, e também que o planejamento da atividade turística está alicerçada em políticas de desenvolvimento econômico, especialmente com grandes expectativas dos órgãos públicos e da população local. Propõe-se desta forma uma reflexão sobre a relação entre as práticas turísticas e o ambiente, considerando a manutenção das sociedades locais.

PALAVRAS CHAVES: Território de conservação, Unidade de Conservação, Natureza e Atrativo Turístico.

SCHNEIDER, M. M. M. **O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico.** Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2009, pág.

## ABSTRACT

Ilha Grande National Park is a grounding of discussions presented in this dissertative work, it is located in the region northwest of the state of Paraná and southwest of the state of Mato Grosso do Sul. It is formed for an archipelago with hundred flat islands that associate to swamps regions, floodplains and floods of plains in the Paraná River, making an extension approximately 140 Km, and represents about 40% of area not dammed of this river, being a witness of the natural features of the islands and floodplains existing of Paraná Basin, whose main specific objective of handle is contributing to the regional development, spreading and encouraging the economic use, ecologically sustainable of the local biodiversity and valuing the historical-cultural base of the region. The objective of this dissertation is presenting a discussion of faced reality from of the researches perfomed like of the tourism projections for the Park through the municipalities south matogrossenses that territorialize with itself. Besides, this has like main objective to combine the analysis of the public politcs nature´s conservation through of the implementation of the Conservation Unity and Tourism by economic recovery of the same nature. Noticed that all the municipalities researched have irregular leisure areas and housing near on the bank of the Paraná river and also the planning of the touristic activity is foundationed in politics of economic development especially with great expectations of public organs and the local population. Proposes of this way a reflection about the possibility of a relation more harmonious between the touristics practicals and in your natural resource, like also the maintenance of the locals societies.

KEY-WORDS: Conservation territory, Conservation unity, Nature and Tourist attraction.

# ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno..... 26
Figura 2 – Imagem de satélite do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno..... 27
Foto 1 – Parque Nacional de Sete Quedas..... 28
Foto 2 – Imagem à distância de área no interior do Parque Nacional de Ilha Grande..... 34
Foto 3 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande..... 35
Foto 4 – Paredão das Araras no PNIG..... 36
Foto 5 – Vista aérea parcial da Lagoa Saraiva no PNIG..... 36
Foto 6 – Vista aérea da Praia do Paracaí, no PNIG..... 37
Foto 7 – Vista aérea da Praia do Meião no PNIG..... 37
Foto 8 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande..... 39
Figura 3 – Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná..... 40
Figura 4 – Loteamento do Parque Nacional de Ilha Grande..... 45
Foto 9 – Produção de subsistência no interior das ilhas em 1987..... 47
Foto 10 – Porte dos peixes em 1993 no Rio Paraná..... 48
Foto 11 – Imagem da Ilha Triângulo em um dos lados de seu polígono..... 53
Foto 12 – Imagem da residência do Sr.Leandro na ilha Triângulo..... 54
Foto 13 – Imagens do clube na ilha Triângulo..... 55
Foto 14 – Imagem da placa de avisos existente no corredor do clube..... 56
Foto 15 – Imagens dos atuais clubes da antiga Pindorama..... 57
Foto 16 – Imagem da residência do Sr. Sebastião e D. Francineide..... 59
Foto 17 – Imagens de um dos clubes existente na propriedade de Sr. Sebastião..... 60
Figura 5 – Mapa de Zoneamento do PNIG..... 91
Foto 18 – Imagens do Porto Caiuá – APP Naviraí-MS..... 105
Foto 19 – Casas de Veraneio do Porto Caiuá..... 106
Foto 20 – Antigo Porto Santo Antônio – APP Itaquiraí-MS..... 109
Foto 21 – Praia da Amizade – APP Itaquiraí-MS..... 110
Foto 22 – Vista parcial da Praia da Amizade, Itaquiraí-MS..... 111
Foto 23 – Imagem aérea do Distrito Morumbi – APP Eldorado-MS..... 117
Foto 24 – Imagens da Escola Silo Vargas no Distrito Morumbi..... 118
Foto 25 – Imagem aérea do Distrito Morumbi – APP Eldorado-MS..... 119
Foto 26 – Porto Fragelli – APP Mundo Novo-MS..... 122
Foto 27 – Imagem da Praia do Cascalho – APP Mundo Novo-MS..... 123
Foto 28 – Imagens da Praia do Cascalho – APP Mundo Novo-MS..... 124
Foto 29 – Falésias de Beberibe, praia do Morro Branco ..... 129
Foto 30 – Parque Nacional do Araguaia-TO..... 131
Figura 6 – Mapa de localização do Parque Nacional do Araguaia-TO..... 132
Figura 7 – Mapa de localização do Parque Nacional do Iguaçu-PR..... 135
Foto 31 – Parque Nacional do Iguaçu-PR..... 136
Figura 8 – Gráfico sobre a faixa etária da população investigada..... 152
Figura 9 – Gráfico sobre a classificação profissional da população investigada..... 153
Figura 10 – Gráfico sobre a escolaridade da população investigada..... 154

# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Zonas de Manejo e suas extensões relativas à área total do Parque Nacional de Ilha Grande..... 92
Tabela 2 – Zonas de Uso Conflitante do PNIG, suas áreas absolutas e relativas..... 93
Tabela 3 – Zonas de Uso Extensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas..... 95
Tabela 4 – Zonas de Uso Intensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas..... 96
Tabela 5 – Pontos positivos e negativos do turismo em Unidades de Conservação..... 130

# ÍNDICE DE ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| APP | Área de Proteção Permanente |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CCIR | Certificado de Cadastro de Imóvel Rural |
| CECA | Conselho Estadual de Controle Ambiental |
| CIABRI | Consórcio Intermunicipal para a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Iguatemi. |
| COGUC | Setor de Plano de Manejo de Unidades de Conservação |
| CORIPA | Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e áreas de influencia |
| DIREP | Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral |
| EIA | Estudo de Impacto Ambiental |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| ha. | Hectare |
| IAGRO | Agência Estadual de defesa Sanitária, Animal e Vegetal |
| IAP | Instituto Ambiental Paranaense |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis. |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas |
| ICMS | Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IMASUL | Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| ITR | Imposto sobre a propriedade Territorial Rural |
| MET | Ministério do Esporte e Turismo |
| OMT | Organização Mundial do Turismo |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| Org. | Organizador ou Organizadores |
| Parna | Parque Nacional |
| PEVRI | Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema |
| PNA | Parque Nacional do Araguaia-TO |
| PNI | Parque Nacional do Iguaçu-PR |
| PNIG | Parque Nacional de Ilha Grande |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRODETUR Sul | Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil |
| RIMA | Relatório de Impacto Ambiental |
| RPPN | Reserva Particular do Patrimônio Natural |
| SEMA | Secretaria Estadual do Meio Ambiente |
| SEMACE | Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará |
| SETUR | Secretaria de Turismo do Estado do Ceará |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação |
| SPU | Serviço de Patrimônio da União |
| UC | Unidade de Conservação |
| UICN | Comissão de Parques Nacionais e áreas protegidas |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. |

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO**..... **14**

**INTRODUÇAO**..... **16**

**1. O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE: produção do Território de Conservação** ..... **25**

1.1 O processo de criação e caracterização geral do Parque Nacional de Ilha Grande **25**

1.2 Produção do Parque Nacional de Ilha Grande enquanto um território para a conservação e para o turismo..... **43**

**2. ATIVIDADE TURÍSTICA: ESTRATÉGIA CAPITALISTA DE APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**..... **62**

2.1 Turismo de Segunda Residência ..... **62**

2.2 A idéia de natureza apropriada pela atividade turística ..... **69**

2.3 A produção e o consumo turístico ..... **80**

**3. AS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO NO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE**..... **89**

3.1 O município de Naviraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **99**

3.2 – O município de Itaquiraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **108**

3.3 – O município de Eldorado-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **115**

3.4 – O município de Mundo Novo-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **121**

3.5 – Analise das propostas turísticas para as áreas do Parque Nacional de Ilha Grande..... **126**

4**. PRODUÇÃO DO PARQUE, O TURISMO E A POPULAÇÃO LOCAL**..... **141**

4.1 – O Parque Nacional de Ilha Grande e as propostas de desenvolvimento para o entorno da Unidade..... **143**

4.2 – A produção do Parque Nacional de Ilha Grande, enquanto um Território Turístico..... **147**

4.3 – Uma breve reflexão sobre a população de entorno ao Parque Nacional de Ilha Grande..... **150**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... **157**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**..... **162**

**ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS**..... **169**

**APÊNDICES** ..... **170**

**ANEXOS**..... **179**

# APRESENTAÇÃO

Os Parques Naturais surgiram no mundo atendendo as necessidades de preservação de áreas específicas que apresentam aspectos naturais considerados importantes para a satisfação humana no sentido de atender o desejo do contato com o chamado mundo natural e mesmo no sentido estético.

O homem entendido como controlador, manipulador, senhor e possuidor da natureza, serve-se, ainda hoje dos Parques como um refúgio pessoal; as áreas protegidas estão cada vez mais carregadas de ideologia simbólica e os métodos de consumo dessas áreas se tornam mais e mais complexos, servindo assim, as necessidades do capital monopolista.

A construção de Unidades de Conservação envolve institucionalmente e constitucionalmente normas, regras e critérios a serem seguidos; aos Parques, por exemplo, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas no seu interior. (DIEGUES 1996, p.13).

O Parque Nacional de Ilha Grande insere-se nessa discussão como objeto de estudo, analisado diante da construção e consumo do território turístico. Isso porque o Parque possui características interessantes a esse debate, afinal é uma extensa área instituída por Lei como Parque Nacional desde 1.997, porém, ainda não houve uma efetiva regularização fundiária para esse fim, além disso, há grandes perspectivas com relação à implementação da atividade turística, visto a popularidade dessa forma de geração de renda.

Aproveitando-se de que a atividade turística ainda não tomou proporções efetivas diante do órgão administrador do Parque, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, faz-se com a execução deste trabalho, reflexões sobre a apropriação de determinadas áreas por tais atividades, já que estão sendo programadas pelo poder público, comparando as propostas de estruturação para tal, analisando os benefícios e malefícios, podendo assim, alertar-se a um modelo turístico que atenda as necessidades das sociedades locais.

Busca-se uma abordagem consciente dos fatores relevantes que permitam haver um melhoramento na aplicação do turismo em áreas naturais, pois como nos lembra MORETTI, as noções dessa atividade, no discurso, destacam a

melhoria das condições de vida da comunidade local, mas, a idéia de qualidade de vida, é entendida a partir do desejo do turista e não das comunidades locais.

A necessidade de amenizar ao menos essa realidade é grandiosa e extremamente trabalhosa, cheia de complexidades, pois como poderemos ver a constituição dessa atividade está alicerçada no modelo de reprodução do capital, por isso os interesses sócio-culturais ficam ás margens dessa ação.

Essa pesquisa insere a problemática existente em torno da manutenção e conservação do Parque Nacional de Ilha Grande, bem como o usufruto de partes dessa região pela atividade turística.

O maior objetivo desse trabalho é conjugar a analise de duas políticas públicas: a de conservação da natureza através da implementação da Unidade de Conservação; e a do Turismo pela valorização econômica da mesma natureza.

As analises referentes ao objetivo exposto são realizadas a partir da ótica sul-mato-grossense, pois as pesquisas estão embasadas a partir das informações coletadas no Estado, basicamente, junto aos habitantes e órgãos públicos ligados ao Parque, isso se justifica pela acessibilidade.

Para a efetivação dessa pesquisa realizaram-se levantamentos de obras e acervos que tratam da referida temática, utilizando-se do estudo de caso, que possuí como características, coleta de dados a partir de questionários, entrevistas e observação sistemática, onde a investigação do caso não é fragmentada, isolado em partes, pois na unidade, todos os elementos estão inter-relacionados. Baseia-se em uma variedade de fontes de informações sendo então necessárias as pesquisas de campo, que serão ressaltadas no decorrer do trabalho.

Pessoalmente essa primeira discussão apresentada faz parte de um entendimento adquirido ao longo de alguns estudos, o que promove um certo fascínio e justifica a escolha do tema para a dissertação de Mestrado.

“A grandeza não consiste em receber honras, mas sim em merecê-las”. Aristóteles

# INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como problemática central a analise da territorialidade produzida em função do discurso da sustentabilidade ambiental, especificamente as Unidades de Conservação e o processo de privatização do público.

As Unidades de Conservação são porções delimitadas do território nacional especialmente protegidas por Lei que contém elementos naturais de importância ecológica ou ambiental.

De modo geral, ao se definir uma área a ser protegida, são observadas suas características naturais e estabelecidos os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção antrópica. Esta área será, então, denominada segundo uma das categorias de Unidade de Conservação previstas por Lei.

As categorias são definidas de acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Instituído pela Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, e dividem-se em dois grupos, o de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

São categorias de manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual, Monumento Natural, e Refúgio de Vida Silvestre.

São categorias de manejo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Floresta Estadual, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Cada categoria contém sua objetividade quanto ao manejo, suas especificidades características, suas normas e restrições, que são expostas no seu Plano de Manejo, afinal, as Unidades de Conservação, devendo cumprir importantes funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas no país, devem ter

suas administrações e manejos fundamentados em princípios de Planejamento atualizado e, portanto, dinâmicos.

A criação das Unidades de Conservação tem sido uma das principais estratégias para a conservação dos elementos da natureza. O modelo de criação das áreas naturais protegidas brasileiras segue o padrão de criação norte-americano. Os preservacionistas dos Estados Unidos propunham ilhas de conservação ambiental, onde o homem pudesse apreciar e reverenciar a natureza em seu estado original. Desta forma, as áreas naturais protegidas se constituíram em espaços públicos.

A concepção de Parques no Brasil provém da criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o "*Yellowstone National Park*", inaugurado em 01 de março de 1872. A idéia partia do princípio de proteção da vida selvagem, ameaçada principalmente pelo homem, portanto, nestes locais não poderia haver a presença de comunidades humanas.

Posteriormente, foram criadas áreas com esse mesmo objetivo em países como Austrália, que criou o Parque Nacional Real (15.080 ha) em 1879, o Canadá que criou em 1885 o Parque Nacional de *Banff* (665.410 ha), a Nova Zelândia, que criou o Parque Nacional de *Tongariro* (78.651 ha) em 1887 e a África do Sul que criou o Parque Nacional de *Kruger* (2milhões ha) em 1898.

A idéia de se implantar no Brasil áreas protegidas foi defendida em 1876 por André Rebouças, que propôs, sem sucesso, a criação de Parques Nacionais em Sete Quedas e na Ilha do Bananal, nos mesmos moldes do então recém-criado Parque norte-americano de *Yellowstone*.

Em 1911, Luís Felipe Gonzaga de Campos, também reivindicando a criação de Parques, publicou um mapa dos ecossistemas brasileiros, iniciativa que resultou na criação da Reserva Florestal do Território do Acre, que nunca saiu do papel.

O Código Florestal brasileiro de 1934 estabeleceu o marco legal dos Parques Nacionais. O primeiro Parque brasileiro foi o de Itatiaia (30 mil ha), criado em 1937, na Serra da Mantiqueira, entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, abrangendo uma conservada área de mata atlântica. Logo depois, foram criados o Parque Nacional do Iguaçu (185 mil ha) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (10 mil ha), ambos em 1939. No ano de 1961, foi criado o Parque Nacional das Sete Quedas (incluindo as Cataratas de Guaíra-PR), submerso pela represa de

Itaipu anos mais tarde. Em 1946, foi criada a Floresta Nacional Araripe-Apodi (38.493 ha), primeira Unidade de Uso Sustentável brasileira.

De acordo com FONTOURA, *et al*, 2007, a evolução do conjunto de Unidades de Conservação no Brasil variou no decorrer do tempo, mantendo-se praticamente estável nas décadas de 1960 e 1970, registrando aumentos sucessivos das áreas protegidas na década de 1980 e algumas oscilações na década de 1990. Entretanto, é no início deste século que se registra o maior número relativo referente à criação de Unidades.

Até 1989, os Parques e Reservas federais no Brasil eram administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em 1989, SEMA e IBDF foram unidos para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pelo gerenciamento ambiental dessas áreas. A partir de 2007 essa responsabilidade é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que foi criado pela Medida Provisória 366, e posteriormente pela Lei 11.516, de 28 de agosto do referido ano a partir de uma reestruturação do IBAMA.

O instituto tem como principal missão cuidar das Unidades de Conservação, fomentar e desenvolver a pesquisa científica dirigida à gestão ambiental. Ao IBAMA são destinados atualmente os trabalhos relacionados a fiscalização e a concessão de Licenças Ambientais.

Pelo exposto, os Parques Nacionais destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos: ecológico, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta, não sendo permitida à moradia da população nos domínios territoriais do Parque. Comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo Plano de Manejo da Unidade.

Segundo COSTA (2005), com relação à moradia de populações tradicionais em Unidades de Conservação, como essa de Proteção Integral, a muito vem sendo discutida pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas – UICN, por ONG'S, e pela própria ONU.

Afinal, a utilização do modelo norte-americano para áreas protegidas, não é considerado um exemplo a ser aplicado em países como o Brasil, por apresentar características distintas.

A política para Parques Nacionais sofre inúmeras críticas, pois da forma como é pensada segrega o social do ambiental, como se fossem coisas distintas. Principalmente quando se trata de um espaço moldado por um grupo social, que através de seus costumes construíram uma identidade territorial com o lugar, deixando-o cheio de significados e valorizações, sendo esta a responsável pelo sentimento de pertencimento (CAPEL, 1981).

O poder público, governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes procurou avançar na relação entre Unidades de Conservação e sociedade local, a opção foi expandir a visitação de turistas brasileiros e estrangeiros aos Parques Nacionais. A idéia é conceder à iniciativa privada licença para investir e explorar o potencial turístico desses Parques.

Esta política pública em alguns casos pode resultar em parcerias interessantes, com a participação da comunidade no estabelecimento de práticas turísticas. Mas, as experiências vivenciadas e estudadas, tem demonstrado o distanciamento entre as práticas turísticas nas Unidades de Conservação com a população local, por exemplo, com a entrega para exploração dos atrativos a grandes empresas, como é o caso do Parque Nacional do Iguaçu.

Como o principal objetivo a ser atingido por este trabalho foi delimitado - conjugar a análise de duas políticas públicas a de conservação da natureza a do turismo pela valorização econômica da mesma natureza - uma revisão bibliográfica sistemática foi realizada, abrangendo todos os campos pertinentes ao tema, desde a compreensão das áreas de territorialidades e atividade turísticas, sobre residências secundárias, conservação e proteção ambiental, além de um levantamento documental sobre o Parque Nacional de Ilha Grande, nosso objeto de estudo.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho foi a de Estudo de Caso:

> A pesquisa em forma de estudo de caso dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais (sócio-econômica, política, cultural) de uma unidade: indivíduo, grupo, instituição ou comunidade, selecionada por sua especificidade. (GRESSLER, 2003, p.55)

No caso deste trabalho esta metodologia será uma importante ferramenta para o profundo entendimento dos processos que tiveram impacto direto no objeto de estudo, ou seja, a Unidade de Conservação, ou mesmo que ainda serão responsáveis por modificações, principalmente sociais, ambientais e econômicas. Para o êxito deste estudo foi realizado um levantamento *in loco* das informações, idéias, conceitos, propostas que circundam o tema proposto, foi executado através de coleta de dados, em especial através de questionários, entrevistas e observações sistemáticas.

A partir dos dados coletados, sua interpretação e contextualização, foi imprescindível compreender o ambiente estudado, considerando não apenas os relatos sobre a área, mas também o uso da subjetividade no momento das visitas a área, está postura e entendimento do trabalho de campo permitiu analises aqui entendidas como relevantes e que superam a simples descrição da produção do espaço. Juntamente com isto, o estudo fundamentado em diversas fontes de informações para a pesquisa de campo não apresenta uma fragmentação dos dados, mas todos os elementos que compõem o cenário deste estudo se co-relacionam, são dinâmicos na sua constituição e a análise realizada, procurou-se nos limites dessa dissertação, abarcar o movimento do real.

A ocupação e produção de ambientes por populações, e suas diferentes fragmentações, sua expansão tecnológica, fatores econômicos, sociais e políticos, tradições e até mesmo suas crenças afetam a biodiversidade de um determinado sistema. Com isto, o entendimento da inter-relação entre essas populações e o ambiente ocupado, foco de nosso estudo, pode ser utilizado para alcançar o objetivo traçado de conciliar essa ocupação do ambiente com a sustentação desta população, resolvendo possíveis crises de biodiversidade. Através do estudo de caso pode-se comparar os efeitos de diferentes padrões de vida sobre a ética de conservação da sociedade e diferentes éticas de conservação de sociedades com padrões de vida comparáveis. [mudanças e agressões ao meio ambiente]

Os municípios lindeiros ao rio Paraná que pertencem ao Estado do Mato Grosso do Sul foram utilizados como referências no campo de relações (construção e consumo do território em questão), devido a possibilidade de realizar o levantamento de dados de forma mais intensa e completa, e pela ausência de estudos no “lado” do Mato Grosso do Sul. Com isto as análises de todos os dados

coletados que se referem ao Parque Nacional de Ilha Grande, foram interpretadas na perspectiva dos municípios sul-matogrossense.

O primeiro contato com a população ribeirinha foi efetivado através de questionários e de algumas entrevistas gravadas, que foram utilizadas para investigar os personagens com diferentes envolvimentos com área do atual Parque Nacional de Ilha Grande. O objetivo deste primeiro contato com essas pessoas, responsáveis pela construção deste espaço geográfico, foi conhecê-las melhor, visto que fazem parte do contexto da história do Parque, e também investigar sobre as relações sociais presentes nessa história, além dos conflitos de desapropriação existentes no local e captar suas opiniões, emoções e até mesmo suas intenções com relação ao futuro.

Para identificar este perfil aplicamos um questionário (apêndice) entre os meses de dezembro/2006 até fevereiro/2007 aos antigos moradores do Parque e de ilhéus que se tornaram ribeirinhos na porção continental de Itaquiraí-MS. Este estudo compreendeu 06 famílias de pescadores que residem no antigo Porto Santo Antônio, na encosta do Rio Paraná, município de Itaquiraí-MS juntamente com 06 famílias de antigos moradores do Parque, intitulados ou posseiros que atualmente residem na cidade de Itaquiraí-MS.

Entrevistas realizadas no dia 20 de dezembro de 2006 e no dia 12 de janeiro de 2007, que de acordo com GRESSLER, 2003 são do tipo não estruturadas, aberta e informal, realizadas com dois veranistas residentes na cidade de Itaquiraí-MS, cujos depoimentos refletem o modo de consumo exercido nas áreas do Parque e representam uma variedade de histórias que compõe o ambiente, na qual consiste no usufruto para satisfação pessoal através do lazer.

Outra entrevista importante foi concedida em 18 de janeiro de 2007, pelo Sr. Eduardo Ortd, ex-agricultor e presidente da Associação dos Ilhéus atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental, com sede em Guaíra-PR. Essa entrevista, segundo GRESSLER, 2003, foi do tipo semi-estruturada ou focalizada, e nos proporcionou um conhecimento maior da realidade dos ilhéus que buscam regularizar a situação fundiária em conjunto ao Instituto Chico Mendes. (Roteiro no apêndice).

No mesmo dia foi realizada uma entrevista, também do tipo semi-estruturada ou focalizada, com a Srª. Gabriela Leonhardt, Analista Ambiental, Mestre em Engenharia Florestal e atual Chefe do Parque Nacional de Ilha Grande,

cujo escritório também se endereça em Guaíra-PR. Com isto informações básicas serviram para que pudéssemos constatar a situação atual do Parque, sua história e as dificuldades existentes em torno de sua manutenção e legalização fundiária. (Roteiro no apêndice)

A fim de atualizar as primeiras informações e investigar maiores detalhes sobre o processo de atividades turísticas a serem realizadas nas dependências do Parque entrevistamos novamente a Srª Gabriela Leonhardt, chefe do Parque, em 27 de agosto de 2008. (Roteiro no apêndice)

Uma entrevista do tipo semi-estruturada ocorreu no dia 20 de agosto de 2008, com o Sr. Sandro Roberto da Silva Pereira, Chefe da APA Federal que abrange o Parque Nacional de Ilha Grande, Analista Ambiental e único funcionário do Instituto Chico Mendes responsável pela referida UC, a qual, através de seus depoimentos, nos serviu como importante ferramenta para constatar a relação existente entre as duas Unidades de Conservação confluentes. (Roteiro no apêndice).

Dando continuidade às pesquisas e adentrando ao escopo político e econômico do nosso objeto de estudo, o Parque Nacional de Ilha Grande, foram entrevistados, entre os meses de fevereiro à maio de 2009, os representantes das gerências de Meio Ambiente dos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo, além dos responsáveis pela gerência de Desenvolvimento Econômico e Turismo dos municípios de Naviraí e Itaquiraí, todos do Estado de Mato Grosso do Sul. Esta etapa do trabalho teve como finalidade investigar os trabalhos desenvolvidos nas áreas do Parque, correspondente a cada município, sobre o ICMS ecológico arrecadado pelos municípios, a utilização desse recurso, os projetos turísticos planejados para a região do Parque correspondente a cada município e a ocupação da área de mata ciliar pelos atuais ribeirinhos e veranistas (quando o caso). (Roteiros no apêndice)

Ao longo desse processo foram realizadas três visitas às ilhas do Parque Nacional. Na última visita realizada dia 10 de dezembro de 2008 uma entrevista foi realizada com um morador, representando sua família. Com esta entrevista, importantes informações foram coletadas sobre o convívio familiar no local, a relação com os veranistas que visitam periodicamente a ilha, sobre sua situação econômica e sua opinião sobre a atividade turística. (Roteiro no apêndice) Com o mesmo objetivo, no dia 09 de dezembro de 2008, em visitação ao Porto

Caiuá, foram entrevistadas quatro famílias ribeirinhas, no intuito de também investigar as suas relações com o mesmo contexto apresentado acima. (Roteiro no apêndice)

> As técnicas são instrumentos empiricistas ou auxiliares de verificação das hipóteses de análise. É necessário vencer a passividade empirista e a rigidez das técnicas. A ausência de crítica dos instrumentos pode dificultar a percepção de quanto eles são dinâmicos. Colocar em questão as operacionalizações da pesquisa e apresentar onde residem seus limites é o mesmo que evitar o mero endosso aos esquemas de análise. (GUERRA, 2001 p. 29)

Esta dissertação é composta por quatro capítulos, além desta introdução consistindo à base metodológica do presente trabalho e das considerações finais.

No 1º capitulo – O Parque Nacional de Ilha Grande é apresentado em suas peculiaridades excepcionais, sendo estabelecido para isso, o processo de criação e caracterização da área de estudo, além disso, o Parque é tratado como um território produzido para a conservação e para a instalação da atividade turística.

No 2º capítulo – discute-se sobre a atividade turística na sua amplitude, demonstrando a complexidade que a envolve, ainda se analisa o fenômeno turístico de residências secundárias, e ampara a discussão realizada no primeiro capitulo, quando ressalta sobre a produção e o consumo turístico, bem como, a idéia de natureza apropriada pela atividade.

O 3º capítulo – Retrata as propostas de criação do território turístico no Parque Nacional de Ilha Grande, comparando-as com outras Unidades de Proteção Integral onde a atividade é implementada efetivamente, como o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional do Iguaçu.

O 4º capítulo - Apresenta informações relativas ao objeto de estudo fazendo um retorno ao objetivo do trabalho que é discutir a produção e o consumo do território pela atividade turística, com base na conservação ambiental, demonstrando a importância do estudo geográfico e discutindo sobre a situação da população local.

Em todos os capítulos realizam-se aproximações sobre a temática, integrando teoria e dados coletados.

Na seqüência, apresentam-se as considerações finais, onde apontamos um breve relato síntese da dissertação e as proposições possíveis depois das reflexões apresentadas, a bibliografia utilizada, bem como os endereços eletrônicos consultados, o apêndice e o anexo.

Esta dissertação pretendeu ser uma reflexão sobre a realidade através do olhar geográfico.

# 1 O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE: produção do Território de Conservação.

## 1.1 O processo de criação e a caracterização do Parque Nacional de Ilha Grande.

O Parque Nacional de lha Grande – PNIG é considerado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC[1] uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ele abrange as Ilhas: Grande, Peruzzi, do Pavão e Bandeirantes, e todas as demais ilhas e ilhotas situadas desde o Reservatório de Itaipu e a foz do Rio Piquiri até a foz dos Rios Amambai e Ivaí, as áreas de várzea e planícies de inundação, situadas às margens do Rio Paraná, as águas lacustres e lagunares em seu entorno e o Paredão das Araras. É administrado pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade.

De acordo com o Plano de Manejo da Unidade, o Parque possui uma área aproximada de 78.875,00 ha, que é abrangida pelos municípios de Guaíra, com 5,72% correspondente a área do referido Parque, São Jorge do Patrocínio, com 20,16%, Altônia, com 17,59%, Vila Alta, com 29,56%, Icaraíma, com 1,90%, Querência do Norte, com 0,13%, e Terra Roxa, com 0,35% no estado do Paraná, e Mundo Novo, com 7,43%, Eldorado, com 3,47%, Itaquiraí, com 3,78% e Naviraí, com 9,91%, no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo o mesmo documento, está exatamente entre as coordenadas 23º18’ a 24º05’S e 53º41’ a 54º16’W, na região sul da planície de inundação do alto rio Paraná.

O acesso à região Norte da Unidade, onde se localiza a sede, é feito através da PR-498 – Vila Alta / Porto Figueira – continuação da PR-485 ou da BR-487. O acesso à Unidade também pode ser feito através do estado do Mato Grosso do Sul por via fluvial. As figuras 1 e 2, denotam especificidades de sua localização.

[1] O presente órgão, a partir da Lei 9.985/00, Decreto 4.340/02, define que as Unidades de Conservação compreendem “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção”.

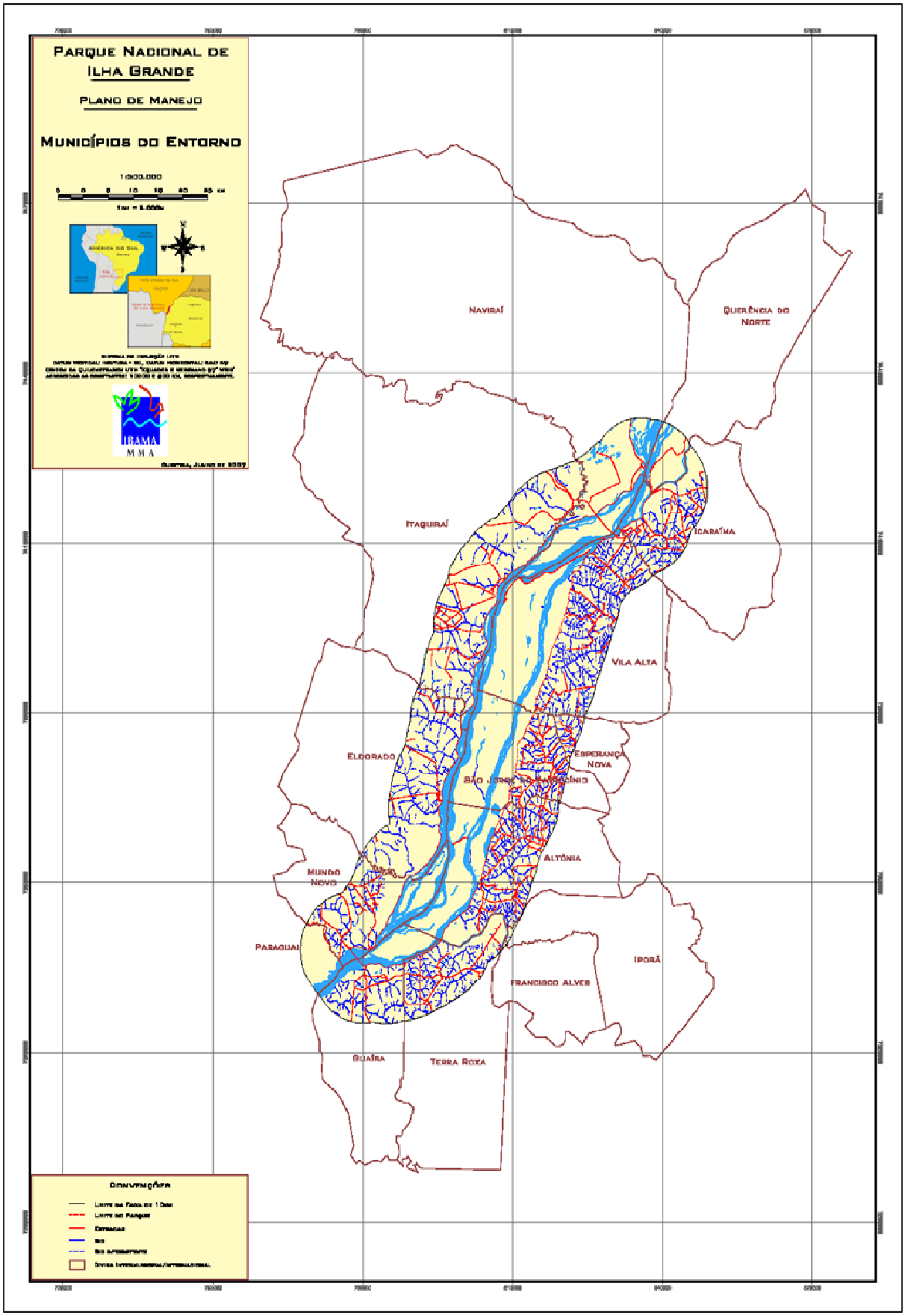



Figura 1- Localização do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR/2008.

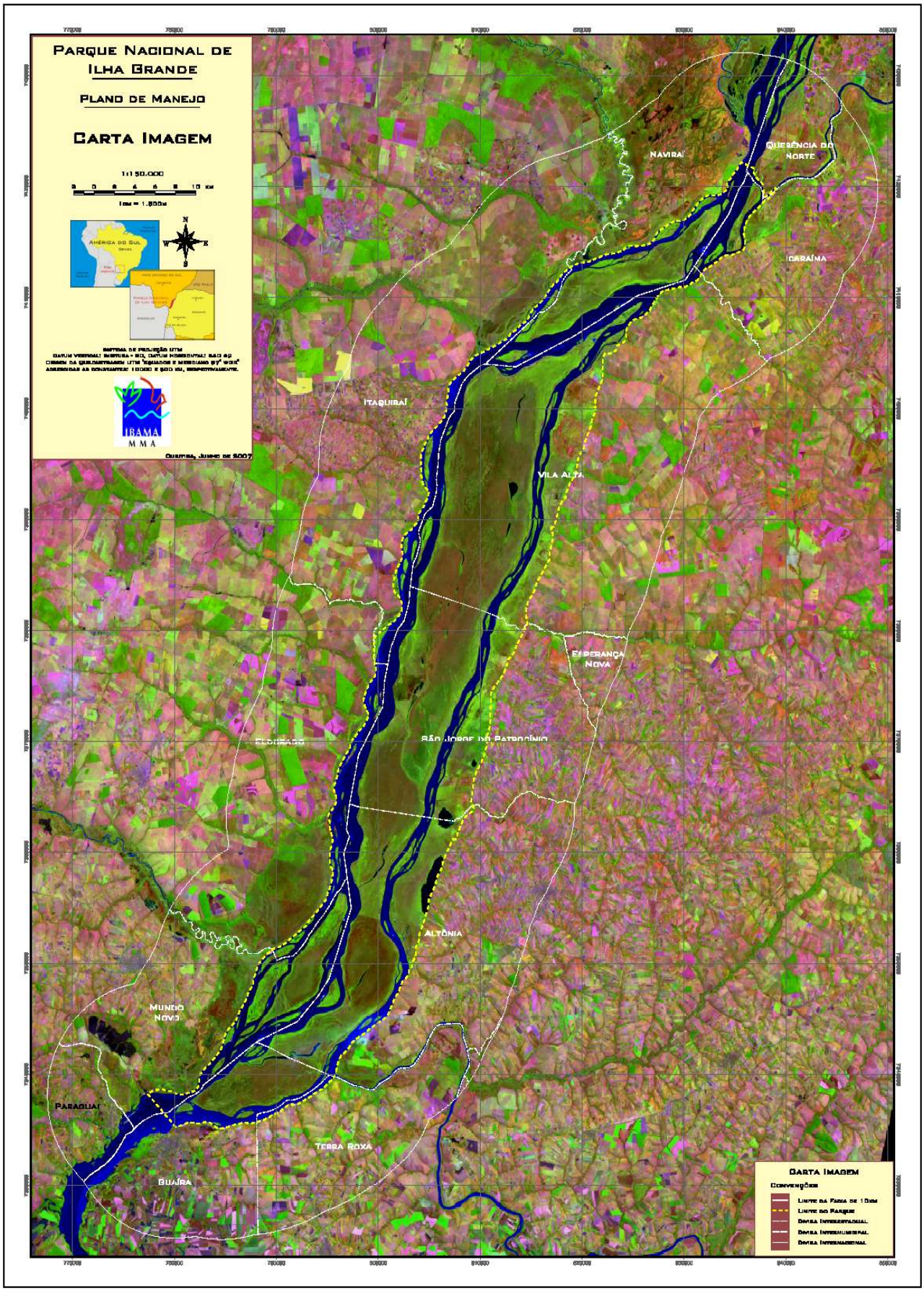



Figura 2- Imagem de Satélite do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR/2008.

Antes de ser instituído o Parque Nacional de Ilha Grande foi criado pelo Decreto nº 50.665 em 30 de maio de 1961, pelo Presidente Jânio Quadros, com aproximadamente 144.000ha, o Parque Nacional de Sete Quedas, que abrangia o arquipélago fluvial situado no rio Paraná, de jusante da barra do rio Ivai ao Salto de Sete Quedas (município de Guairá-PR), incluindo as ilhas e ilhotas situadas nos territórios dos Estados do Paraná e atual Mato Grosso do Sul, entre elas a Ilha Grande e a dos Bandeirantes.

As cachoeiras de Sete Quedas estendiam-se por um cânion de 70 metros de largura e, em alguns pontos, possuíam 170 metros de profundidade. Observe a imagem delas na foto a seguir.

Foto 1- Parque Nacional de Sete Quedas.
Fonte: www.moderna.com.br/moderna/didaticos/projeto/2006/1/brasil. Acessado em 06-09.

O Parque Nacional de Sete Quedas era mundialmente conhecido por sua beleza exuberante, e junto com as Cachoeiras de Fóz do Iguaçu, era um dos pontos turísticos mais visitados do país. Segundo o livro *Guiness*, esse é o maior complexo de cachoeiras inundadas do mundo.

De acordo com MOTTA, *In* CAMPOS org. (2001, p. 21), o Parque foi extinto, em 1983[2], para possibilitar a constituição do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Seu patrimônio reverteu à União, tendo posteriormente sido matriculado pelo INCRA. Continuando a autora afirma:

> Ainda na década de oitenta, foram iniciados os procedimentos para a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, que faria submergir o conjunto das ilhas e várzeas do remanescente ainda sem barragens do rio Paraná. Posteriormente, esse projeto saiu do horizonte do planejamento do setor energético brasileiro, estando, atualmente suspensa a sua construção[3].

Permaneceu desse projeto, a titulação pelo INCRA, de parte do arquipélago, em especial das ilhas Grande e Bandeirantes, aos ilhéus que à época mantinham posses na região. Tal titulação teve por objetivo garantir aos ilhéus as indenizações devidas pelas áreas que seriam alagadas, o que seria efetuado pela Eletrosul; como o projeto não foi concretizado, a empresa já não era mais responsável pelas indenizações, que seriam cobradas pelos ilhéus mais tarde com a criação do Parque Nacional de Ilha Grande.

O processo de criação do Parque foi desencadeado pelos impactos desses grandes empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Paraná – a perda do Parque Nacional de Sete Quedas e a eminente possibilidade de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, que eliminaria por definitivo o sistema lótico do rio Paraná, foram de acordo com MOTTA, *In* CAMPOS (2001, p.22) os agentes propulsores e estimuladores do despertar da população regional para o desenvolvimento de ações com vistas à proteção da área, já que a mesma, possui especificidades naturais potencialmente reconhecidas pela sociedade pública e civil da região.

O caminho para a proteção das ilhas, várzeas e ecossistemas associados ao rio Paraná passou pela iniciativa dos municípios paranaenses, Vila Alta, Altônia, São Jorge do Patrocínio e Icaraíma, do entorno da Unidade, que criaram APAs municipais, as quais posteriormente se integraram. Estimulados pelo

---

[2] De acordo com as informações registradas no endereço eletrônico www.moderna.com.br o Parque Nacional de Sete Quedas foi submergido em 02 de setembro de 1982.

[3] Para evitar o desabastecimento de energia, diante do crescente consumo e de eventuais estiagens, o governo brasileiro iniciou, desde a década de 1940, a construção de grandes represas e a interligar as usinas hidrelétricas entre si.

ICMs ecológico[4], estes municípios desenvolveram um modelo de gestão ambiental compartilhada, com a criação do Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA.

Aos esforços municipais somaram-se os do estado do Paraná, através da criação do seu Instituto Ambiental - IAP, que em 26 de dezembro de 1994 criou a Estação Ecológica Estadual de Ilha Grande, pelo Decreto 4.464, com área de 28.368ha, que compreendia basicamente o centro das ilhas Grande e Bandeirantes, (excluindo-se as áreas habitadas), contudo, MOTTA, *In* CAMPOS, org. (2001, p. 84) explica: "(...) a categoria de manejo (Estação Ecológica) não se adequava técnica e conceitualmente ao complexo ecossistêmico a proteger, dadas as suas características ambientais e culturais, entendidas no aspecto mais amplo, inclusive socioeconômico".

Continuando, a autora explica que à proteção da área de Estação Ecológica Estadual foi considerada insuficiente, inclusive por questionamentos de ordem jurídica, que contestaram a criação de uma Unidade de Conservação estadual sobre terras públicas federais, afinal, tais áreas foram poupadas da titulação efetivada em 1983 pelo INCRA, por constituírem áreas de várzeas e lagoas. Além disso, ressalta a autora, as ações fiscalizatórias das equipes das APAs municipais enfrentaram nessa época, dificuldades, pelo cometimento de ações predatórias[5] no entorno, onde não poderia atual a fiscalização municipal, tampouco o policiamento militar florestal uma vez que extrapolava fronteiras estaduais.

Estas razões, de acordo com MOTTA, *In* CAMPOS, org. (2001, p.85), levaram a Superintendência do IBAMA no Paraná e o Instituto Ambiental – IAP, a editarem a Resolução conjunta IBAMA/IAP nº 01/97, constituindo um grupo de trabalho para elaborar a proposta e adotar as demais medidas necessárias á criação de duas Unidades de Conservação Federais: o Parque Nacional de Ilha Grande e a Área de Proteção Ambiental[6].

---

[4] De acordo com LOUREIRO, *In* CAMPOS org. (2001), o ICMS Ecológico é um remanejamento de receita tributária, com base na proteção ambiental que um determinado município aplica no seu território. Esta redistribuição de receita se dá na forma de inserção de critérios ecológicos no rateio da cota-parte municipal de ICMS.

[5] Muitas ações predatórias foram registradas no conteúdo do livro de CAMPOS, org. (2001), entre elas, podemos destacar a exploração de madeira, o extermínio e a caça comercial de animais silvestres, a extração da *Pfaffia glomerata*, conhecida como ginseng-brasileiro, o manejo indevido dos solos, etc.

[6] A APA Federal, dentro da categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, foi instituída com o objetivo de auxiliar na proteção das áreas adjacentes e ilhas do rio Paraná, além de servir como zona de amortecimento para o Parque.

Foi então em 30 de setembro de 1997, pelo Decreto Federal s/nº, que o vice-presidente da República, Marco Antonio de Oliveira Maciel, no exercício do cargo de Presidente da República, em uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e no Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979; Toma as providências e decreta:

> Art. 1º Fica criado o Parque Nacional de Ilha Grande, abrangendo as Ilhas Grandes, Peruzzi, do Pavão e Bandeirantes, e todas as demais ilhas e ilhotas situadas desde o Reservatório de Itaipu e a foz do Rio Piquiri até a foz dos Rios Amambai e Ivaí, as áreas de várzea e planícies de inundação, situadas às margens do Rio Paraná, as águas lacustres e lagunares e seu entorno e o Paredão das Araras.
> Art. 2º O Parque Nacional da Ilha Grande fica localizado nos Municípios de Altônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta e Icaraíma, no Estado do Paraná, e Mundo Novo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí, no Estado de Mato Grosso do Sul, e apresenta os limites e confrontações, descritos a partir das cartas topográficas.
> Art. 3º Ficam excluídas dos limites do Parque Nacional de Ilha Grande as águas fluviais destinadas à navegação.
> Art. 4º O Parque Nacional de Ilha Grande será administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA[7], que deverá tomar as medidas necessárias para a sua efetiva implantação.
> Parágrafo único. O IBAMA poderá atuar em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná-IAP e a Superintendência de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-SUPEMA, com o Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná-CORIPA e Áreas de Influência, e com os demais municípios inseridos na área de influência do Parque.
> Art. 5º Os imóveis sob domínio privado, localizados dentro dos limites do Parque, ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, devendo o IBAMA adotar as providências que se fizerem necessárias.
> Art 6º Os bens de domínio público inseridos nos limites do Parque serão objetos de cessão de uso ao IBAMA, devendo a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda adotar as providências cabíveis.
> Art. 7º No prazo de até cinco anos, a contar da data da publicação deste Decreto, será elaborado o Plano de Manejo do Parque Nacional de Ilha Grande, com a participação dos Estados e Municípios envolvidos.
> Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Segundo CAMPOS, org. (2001, p. 28), com a criação do Parque a Estação Ecológica Estadual foi convertida em Zona Intangível da Unidade pelo Decreto Estadual nº 3.730, de 04 de novembro de 1997.

De acordo com a Chefe[8] do Parque Nacional de Ilha Grande, desde então não há problemas ao estabelecer na região a legislação vigente, pois mesmo

[7] O IBAMA foi dividido pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, sendo criando para isso, outra autarquia federal responsável unicamente pelos serviços que envolvem a gestão de Unidades de Conservação, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

estando na divisa entre dois Estados, a Lei Federal é superior às estaduais, exceto quando essas forem mais restritivas do que a mesma, contudo, isso é raro.

A criação do PNIG deve-se também, como mencionado, a reivindicação da sociedade – principalmente paranaense em especial de Guaíra, cidade que de acordo com LOUREIRO, *In* CAMPOS, org. (2001, p. 75) teve um profundo declínio econômico em função da perda de seu maior patrimônio natural, o conjunto de Sete Quedas – sob o objetivo de conservar o resquício do ambiente destruído, por suas características peculiares, que embora distintas do conjunto de cachoeiras, apresenta uma rica diversidade natural e representa um patrimônio histórico com valor cultural.

No Parque existem sítios arqueológicos de excepcional relevância para a compreensão da ocupação humana no sul do Continente Americano, incluindo-se as áreas de ocupação dos índios Xetá, considerados extintos, além de reduções e cidades jesuíticas (índios Guarani) que remontam ao século XVII, insuficientemente estudados e carentes de proteção.

O nome da Unidade foi escolhido levando em consideração o mais significativo “acidente geográfico”, no caso a Ilha Grande.

A Unidade possui um relevo “plano” formado por um arquipélago com centenas de ilhas e ilhotas que se associam às regiões pantanosas, de várzeas e planícies de inundação, constituem-se num ecótono (zona de transição) entre a Floresta Estacional Semidecidual[9], o Cerrado e o Pantanal.

A região fitogeográfica onde está inserido o Parque é a da Floresta Estacional Semidecidual, segundo classificação adotada pelo IBGE (1992). Entretanto, quase a totalidade da Unidade é recoberta por Formações Pioneiras com Influência Fluvial, representada pelas várzeas, pântanos e lagoas, ocupadas por vegetação herbácea e, mais raramente, arbórea.

O padrão fisionômico das formações pioneiras é tipicamente campestre. Em áreas de acumulação, periódica ou permanentemente inundadas,

---

[8] Gabriela Leonhardt é Mestre em Engenharia Florestal, Analista Ambiental e Chefe do PNIG. – Funcionária Executiva do Instituto Chico Mendes. Concedeu a este trabalho duas entrevistas, a primeira dia 18/01/07, a segunda dia 27/08/08, formalizadas a partir de anuência para publicação.

[9] O conceito ecológico deste tipo de vegetação está condicionado pela dupla estacionalidade climática: uma tropical, com época de intensas chuvas de verão seguidas por estiagens acentuadas; e outra subtropical, sem período seco, mas com seca fisiológica provocada pelo intenso frio de inverno, com temperaturas médias inferiores a 15°C.

instalam-se comunidades vegetais que vão desde as pantanosas herbáceas (hidrófitas) até as arbustivas.

Segundo CAMPOS, org. (2001, p. 5-6), é possível identificar três agrupamentos florestais peculiares e distintos, tais como:

> i) Agrupamento situado sobre solos altamente hidromórficos: situados em áreas freqüentemente cobertas pelas águas dos rios, permitindo apenas o desenvolvimento de espécies altamente seletivas, como *Calophyllum brasiliense* (guanandi), *Inga affinis* (ingá) e *Cecropia pachystachya* (embaúba);
> ii) Agrupamentos situados em áreas mais enxutas e melhor drenadas: apresenta uma vegetação mais densa com ocorrência de *Protium heptaphyllum* (almécega), *Unonopsis lindmanii, Guazuma ulmifolia* (mutambo), entre outras:
> iii) Agrupamentos situados em áreas sobre diques marginais: é formada por uma vegetação bastante densa, constituída de árvores emergentes com 20 a 25 metros de altura, entre as quais *Sloania guianensis* (pateiro) *Gallesia integrifolia* (pau-d'alho), *Ficus obtosiuscula* (figueira branca). As áreas dos diques marginais, por serem as mais altas e, portanto, menos sujeitas a inundação, foram as que sofreram maior impacto antrópico, principalmente com a implantação de culturas anuais e pastagem, estando, atualmente, com a vegetação bastante descaracterizada.

A foto 2 apresenta uma parcela da paisagem do Parque, identificando algumas características da situação atual da vegetação dominante na área. A vegetação mais densa concentra-se basicamente nas encostas do rio, o campo aberto até chegar na mata ciliar passou por diferentes transformações, pois é fruto do processo de ocupação da área, perdendo assim os aspectos fisionômicos originais classificados por CAMPOS, (2001).

Foto 2 – Imagem à distância de área no interior do Parque Nacional de Ilha Grande. Autoria: Michelle M.M. Schneider. Janeiro/2008.

Os ambientes das ilhas tiveram origem há aproximadamente 8.000 anos, durante uma época de alta pluviosidade do período Quaternário e apresentam as feições atuais de lagoas e pântanos geradas a partir de 1.500 anos atrás (STEVAUX *et al*., 1997; citado por CAMPOS, 2001).

O processo de formação e transformação do ambiente natural possibilita a observação de mata ciliar composta de vegetação arbórea densa, vegetação aquática macrófitas (aguapé) e formações pioneiras com influência flúvio-lacustre (expressas nas áreas de várzeas e pantanosas). (Foto 3)

Foto 3 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande, Guaíra-PR. Imagens do período entre os meses de agosto e novembro / 2006.

No Parque Nacional de Ilha Grande, há também superfícies verticais ou subverticais expostas de arenito da formação Caiuá existentes em alguns pontos ao longo das margens do rio Paraná, com alturas aproximadas de 10 a 20 metros, e encontram-se recobertos por espécies rupícolas e outras formas de vida associadas. A foto 4 mostra-nos como exemplo o Paredão das Araras, com cerca de 3km, entre o Porto Camargo (Icaraíma-PR) e a foz do rio Ivaí.

Foto 4 – Paredão das Araras, no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo. Encarte III, p. 11.

Além dos paredões de arenito, o Parque é formado por inúmeras lagoas isoladas e relativamente inacessíveis bordejadas por estreitas faixas de vegetação arbórea em diversos estágios de sucessão natural. A foto 5 mostra-nos uma das maiores lagoas da Unidade, a Lagoa Saraiva, tendo, ao fundo, o canal oeste do rio Paraná.

Foto 5- Vista aérea parcial da Lagoa Saraiva no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo. Encarte III, p. 46.

O Parque também possui praias de água doce que são formadas durante o rebaixamento das águas do rio Paraná e o conseqüente aparecimento de bancos de areia nos períodos mais secos. Essas são as áreas mais visitadas da Unidade, e chega a concentrar, de acordo com o Plano de Manejo, multidões nos finais de semanas e em dias similares, mesmo não havendo ainda uma regulamentação do Uso Público na Unidade. As fotos 6 e 7 nos mostram imagens de duas das praias mais visitadas no Parque.

Foto 6 – Vista aérea da Praia do Paracaí, no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 52.

Foto 7 – Vista aérea da Praia do Meião no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 209.

No Parque há uma dominância de depósitos aluviais dos quais se originam solos hidromórficos (Gleys e Orgânicos), na sua maioria, e não hidromórficos (Cambissolos), os quais condicionam o estabelecimento de espécies de plantas adaptadas às condições de saturação hídrica, quer seja permanente ou temporária.

A vegetação proporciona a manutenção de uma fauna representada por espécies de grande valor para a biodiversidade, muitas delas raras, em perigo ou ameaçadas de extinção, como por exemplo: o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), o puma ou sussuarana (*Puma concolor*), a onça-pintada (*Panthera onca*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a lontra (*Lutra longicaudis*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), os bugios (*Alouatta fusca* e *A. caraya*), o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), a sucuri (*Eunectes sp*.), a jibóia (*Boa sp*.), dentre os peixes cita-se: dourados (*Salminus maxillosus*), jaús (*Paulicea luetkni*), armados (*Pterodoras granulosos*), pintados (*Pseudoplatystoma corruscans*), pacus (*Piaractus mesopotamicus*), da avifauna cita-se*:* jaburu (*Jabiru mycteria)*, jaó (*Cryptrellus undulatus*), mutum (*Crax fasciolata*), colheiro (*Jaia ajaja*) e jacanã (*Jacana jacana*), dentre inúmeras outras.

Mesmo sendo raras e ameaçadas de extinção algumas espécies como, por exemplo, as representadas pelas imagens na Foto 8, são encontradas com mais freqüência em alguns pontos do Parque; pontos de difícil acesso, distantes da presença humana, geralmente nas regiões centrais das ilhas maiores, cujo habitat principal são as áreas de várzeas.

Foto 8 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande, Guaíra-PR. Imagens do período entre os meses de agosto e novembro / 2006.

Como já mencionado, o PNIG está inserido numa Área de Proteção Ambiental (APA) Federal, que foi criada em conjunto com o mesmo, com o propósito de minimizar os impactos até chegar a seu ambiente natural, que deve ser protegido integralmente. Essa UC. é caracterizada por compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável[10] dos seus recursos naturais, ou seja, como define a redação da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, a exploração dos recursos devem ser realizadas de forma a garantir sua perenidade, mantendo a biodiversidade e processos ecológicos.

[10] Optou-se nesse trabalho por não ser discutida a polêmica que envolve o conceito de sustentabilidade.

A esta APA (Figura 3) é delimitada uma área de aproximada 1.003.059 ha. e compreende as ilhas e ilhotas do rio Paraná, as águas lagunares e lacustres, as várzeas, planícies de inundação e locais como o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e a Estação Ecológica do Caiuá. Esses ambientes estão localizados em 25 municípios brasileiros, sendo 14 no Paraná, 10 no Mato Grosso do Sul e 01 em São Paulo.

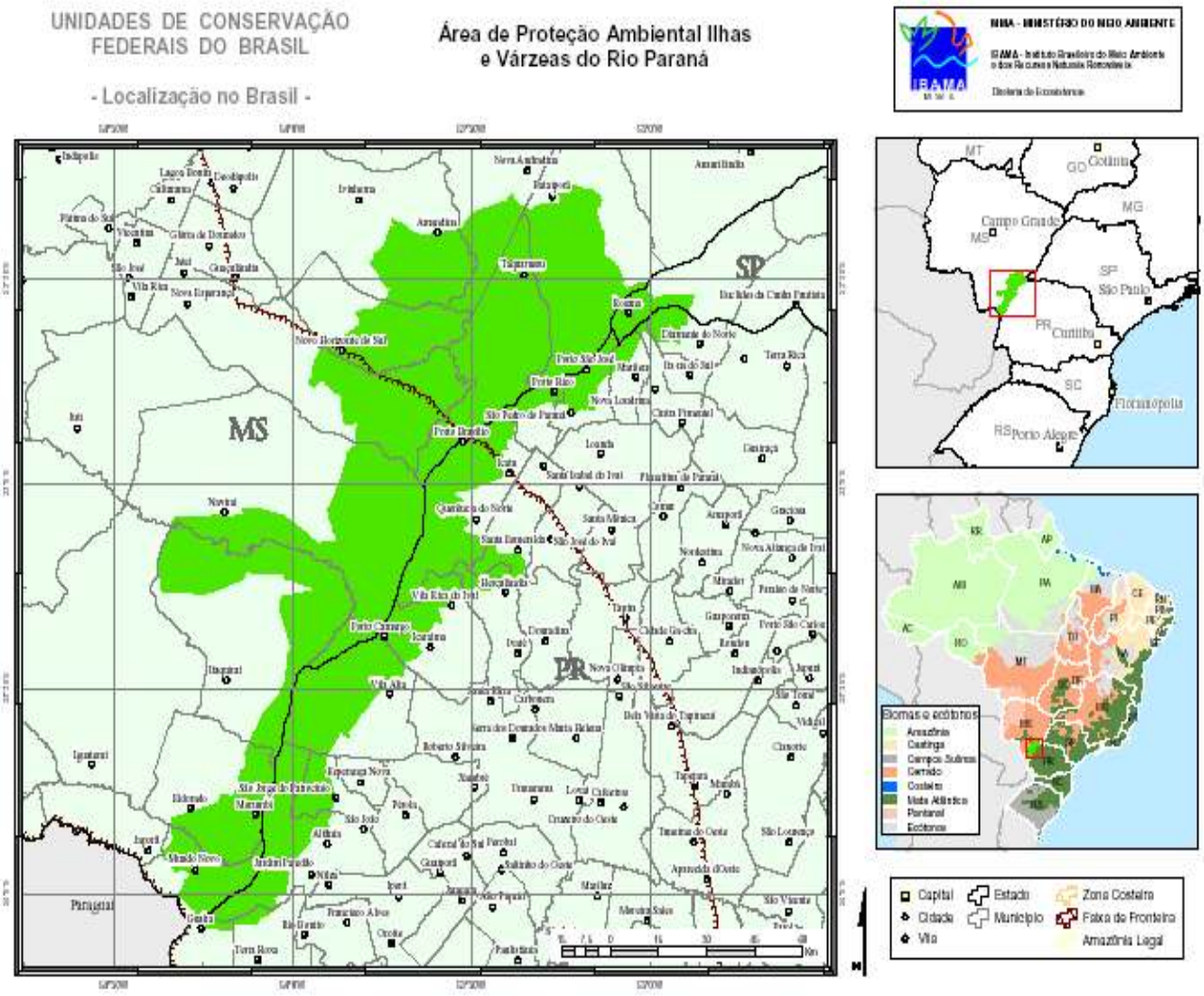



Figura 3- Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.
Fonte: www.ibama.gov.br – Acessado em janeiro/2008.

Embora a APA Federal tenha sido criada no mesmo momento que o PNIG, sob as mesmas circunstâncias reivindicatórias da população, ao serem criadas primeiramente pelo poder público paranaense as APAs municipais, o

Chefe[11] da APA afirma que a proporção territorial da mesma não esta propriamente vinculada com o tamanho das áreas amparadas do Parque, mas sim, estão relacionadas com as propriedades do ambiente que ela mesma enquanto Unidade Sustentável está inserida, os ambientes são tão importantes, ressalta ele, que depois da criação da APA Federal, se criou outras Unidades de Conservação, como o PEVRI, por exemplo.

A exemplo do Estado do Paraná, o Estado de Mato Grosso do Sul, inicia desde o ano de 2002, os mesmos procedimentos ao criarem também suas APAs municipais[12] dentro da APA Federal, e também a trabalharem no sistema de consórcios intermunicipais afim de se fortalecerem, possuindo maiores condições de proteção aos ambientes destinados a conservação, além de instituí-los enquanto Unidades de Conservação.

A partir do que foi exposto, constatamos que tanto o PNIG quanto a APA Federal possuem grandiosas extensões territoriais aos seus domínios, e os cuidados são destinados unicamente ao Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, mantendo atualmente um funcionário (os Chefes) para cada Unidade de Conservação citada, que atuam, na região com o apoio material e imaterial (recursos humanos principalmente) dos consórcios intermunicipais, além dos órgãos Estaduais de Meio Ambiente como é o IAP e o IMASUL.

Para estabelecer as zonas de atividades dentro de uma Unidade de Conservação, faz-se necessário à elaboração de um documento oficial que embase qualquer procedimento dentro dos limites da mesma. O Plano de Manejo é esse documento técnico que subsidia ações especificas de manejo, como recuperação de áreas, propostas de alternativa de renda, propostas de educação ambiental, etc.

Conforme o Decreto de criação do PNIG, Art. 7, o Plano de Manejo da Unidade deveria ser finalizado em um prazo de 05 anos desde 1997, quando o Decreto foi instituído, passaram-se 11 anos até que o documento estivesse efetivamente concluído (final de 2008). De acordo com a Chefe do Parque, a morosidade deu-se por conta das ações judiciais deferidas pelos ilhéus a fim de requererem as indenizações pelo pedido de interdição das ilhas, bem como de

[11] Sandro Roberto da Silva Pereira é Chefe da APA Federal -Funcionário Executivo do Instituto Chico Mendes. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 20/08/08, formalizada a partir de anuência para publicação.

[12] De acordo com o Chefe da APA Federal, cada município fronteiriço ao Parque no Estado do Paraná possui sua APA municipal, e no Estado de Mato Grosso do Sul, há apenas 03 anos essa iniciativa, nesse Estado, existe um consórcio instituído por Iguatemi, registrado como CIABRI.

desapropriação, promovidos pelo IBAMA (na época, autarquia responsável pelas UCs).

Como ressalta a Chefe do PNIG, antes do Plano de Manejo ser concluído e aprovado, o instrumento utilizado pela administração do Parque eram as próprias Leis Federais, nas palavras da entrevistada: “todos os procedimentos realizados dentro do Parque são subordinados a uma Lei e dentro dela é que se fará as ações, logo, os trabalhos de fiscalização e monitoramento, que já estavam sendo realizados pelo órgão federal se tornam independentes do Plano de Manejo”.

O Plano de Manejo é um instrumento de planejamento e gerenciamento das Unidades de Conservação, elaborado após a devida análise dos fatores bióticos, abióticos e antrópicos existentes em uma Unidade e em seu entorno, que prevê ações de manejo a serem implementadas.

Segundo informações do IBAMA, o planejamento ordenado dessas ações em uma Unidade de Conservação é fundamental para garantir a preservação dos recursos naturais nela existente e a consecução dos benefícios indiretos de ordem ecológica, econômica, científica e social dela advindos.

O documento "Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional Reserva Biológica e Estação Ecológica" (IBAMA, 2002) prevê um planejamento contínuo e gradativo, compreendido em fases, onde o grau de conhecimento da área é determinante para o nível de intervenção a ser proposto no planejamento.

O Mater Natura[13] - Instituto de Estudos Ambientais foi contratado para realizar os trabalhos de elaboração do Plano de Manejo do PNIG, executado sob a supervisão e coordenação técnica da DIREC/Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação - COGUC/Setor de Plano de Manejo de Unidades de Conservação, permitindo assim que o IBAMA cumpra com um dos seus objetivos de dotar as Unidades de Conservação Federais, de um Plano de Manejo atualizado.

O financiamento para a elaboração deste Plano de Manejo provém de medida compensatória oriunda da construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos pela empresa Ourinhos Energia S.A., na divisa entre São Paulo e Paraná.

[13] O Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede em Curitiba, Paraná. Declarada de Utilidade Pública pelo governo do estado do Paraná (Lei nº 9.085/89) e pelo município de Curitiba (Lei nº 7.577/90). Em dezembro de 2003 foi qualificada pela Secretaria Nacional da Justiça como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Foi fundada em 07 de agosto de 1983, por um grupo de estudantes do curso de Biologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Embora a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos não tenha causado impacto direto ao ambiente do Parque Nacional de Ilha Grande, de acordo com a Chefe do Parque, foi definido pela câmara de compensação ambiental de Brasília que esse recurso deveria ser direcionado para essa Unidade de Conservação em especifico. Leonhardt (2008) explica, que se há um empreendimento que afeta diretamente uma UC, os recursos de compensação ambiental devem ser direcionados a ela, mas se o empreendimento não afeta nenhuma UC, o recurso pode ser destinado a qualquer Unidade.

E ainda nos esclarece que a Lei determina que a compensação ambiental de empreendimentos como este, deve ser usada primeiramente para a regularização fundiária, não sendo esse recurso suficiente, ele pode ser usado para a elaboração do Plano de Manejo, a partir de então há uma seqüência definindo onde deverá ser aplicado o recurso se o valor estabelecido não for suficiente ás ações prioritárias.

Quando indagada a respeito dos trabalhos que serão realizados pelo Instituto no Parque a partir de agora, já que o Plano de Manejo obrigatoriamente deve ser posto em prática, a Chefe do Parque ressalta que é preciso seguir um cronograma que já está definido, e se prioriza os planos de uso público por conta da demanda de prefeituras e comunidades, além de ser um interesse do próprio Instituto, e também de continuar evoluindo com os processos de regularização fundiária, que acontece atualmente por meio de compensação de Reserva Legal, a partir do Edital IBAMA/SUPES – PR Nº 00/2006, de 20/02/2006.

## 1.2 Produção do Parque enquanto um Território para a Conservação e para o Turismo

O Parque Nacional de Ilha Grande apresenta especificidades próprias, garantindo uma certa singularidade com relação a outros Parques brasileiros, essa diferenciação provém não só das muitas características naturais endêmicas da região, mas também pela situação histórica e fundiária do território delimitado ao Parque.

Segundo a Chefe do Parque, cerca de 31,5% desse território que compreende as ilhas e ilhotas do rio Paraná, são de propriedades privadas, além disso, há algumas famílias ainda residindo no interior do Parque, contudo, não se

sabe exatamente o número de pessoas que sobrevivem da exploração desse ambiente.

Leonhardt, (2007) explica que essa área territorial que se denomina: “Parque Nacional de Ilha Grande”, foi loteada em exatos 1.285 terrenos com delimitações variadas, pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – no inicio dos anos 80, quando estudos apontavam que a criação de uma Usina Hidrelétrica em Guaíra, iria inundar toda a área, e como já haviam muitas famílias constituindo residência no local, achou-se adequado legalizar as propriedades, para que posteriormente a Eletrosul, pudesse desapropriá-los devidamente com o pagamento de indenizações.

Como já mencionado, o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Ilha Grande, não se concretizou, porém, de acordo com Leonhardt (2007), 75 dos 1.285 lotes foram desapropriados devidamente pela empresa, e 405 lotes não foram titulados e distribuídos pelo INCRA, isso significa que 480 lotes já pertenciam a União antes mesmo do Parque, e 805 lotes foram regularizados como propriedade privada, ficando de fora dessa divisão muitas das áreas de várzeas e sem condições agrícolas.

O mapa a seguir, (Figura 4) mostra em detalhes essa divisão territorial do Parque em lotes.

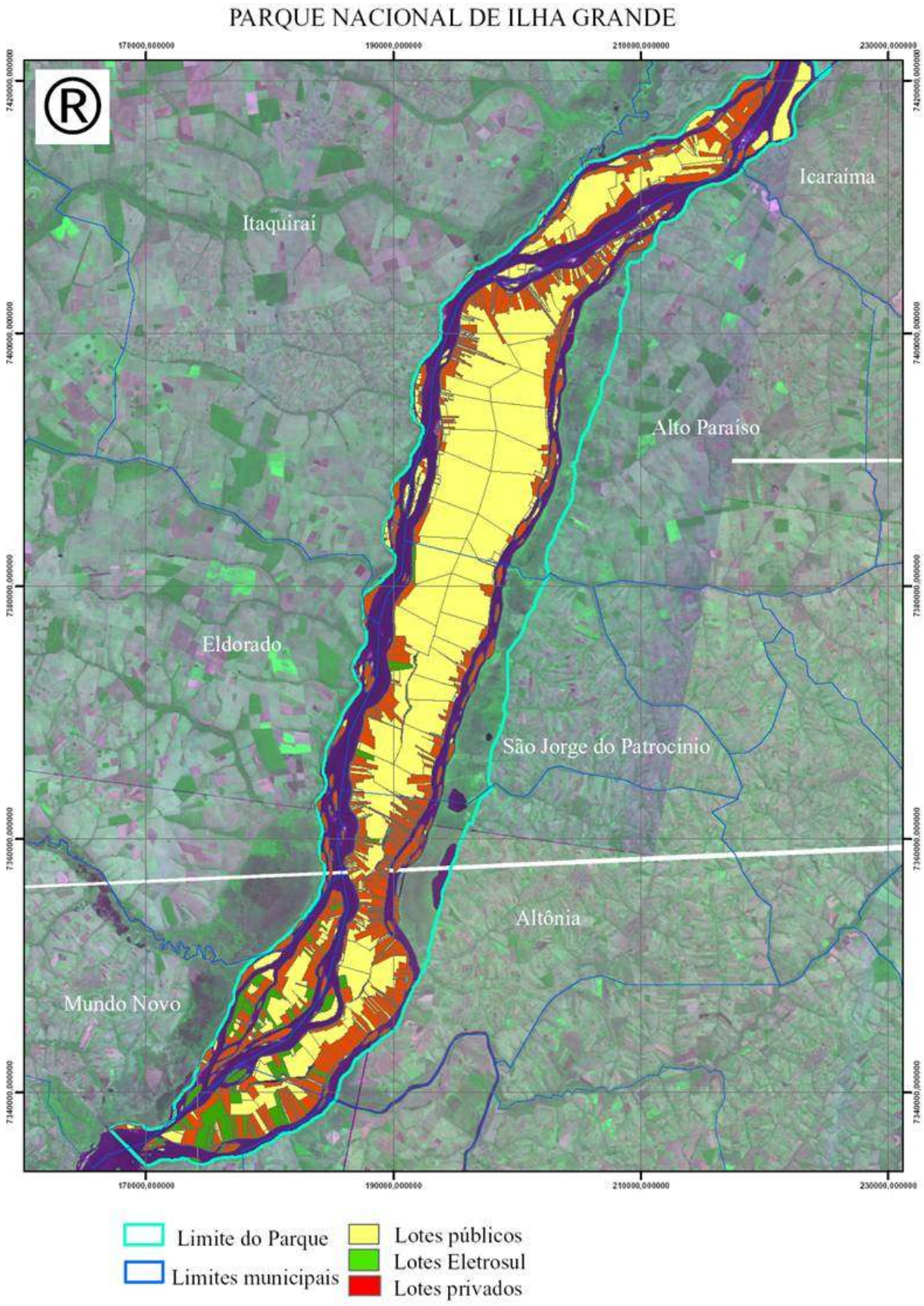



Figura 4 – Loteamento do Parque Nacional de Ilha Grande.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR.

Antes da implementação do Parque, as famílias sofriam com as enchentes produzidas pela hidrelétrica de Itaipu, e após sua criação foram proibidos de produzir qualquer tipo de cultura nas suas propriedades. Segundo o representante dos Ilhéus[14], após o Parque, nenhuma família recebeu numerário indenizatório algum pela desapropriação do lugar, algumas pessoas pela idade avançada, morreram com a esperança de receber, há algumas famílias que resistem, e apesar de serem impostas multas por penalidade ambiental, continuam tirando do ambiente seu sustento.

Na concessão da entrevista o representante dos ilhéus também faz uma retrospectiva histórica dizendo que as terras das ilhas foram ocupadas na década de 1950 com a ocupação do oeste paranaense por pessoas menos abastadas financeiramente, pois segundo ele: “As terras eram gratuitas, ninguém as cobiçava, de uma fertilidade extrema, totalmente favorável (...)” devido a grande quantidade de peixes, a abundância de alimentos produzidos naquele solo, enfim, o Sr. Ordt inicia seus relatos sobre a ocupação da área a partir desse acontecimento e diz que antes dos títulos serem emitidos e distribuídos aos proprietários, esses lotes foram divididos aleatoriamente sem nenhum principio, os primeiros habitantes eram “donos” da quantidade de terras que podiam cercar, além disso, após a verificação das condições favoráveis á subsistência, eles eram negociados mesmo sem documentos [a posse tinha valor].

As imagens registradas em fotos por antigos moradores da área, retrata essa relação de produção e de subsistência.

[14] Eduardo Ordt é ex-agricultor e Presidente da Associação dos Ilhéus atingidos pelo PNIG. e APA Federal. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 18/01/07, formalizada a partir de anuência para publicação.

Foto 9 – Produção de subsistência no interior das ilhas em 1987.
[15]Fonte: Foto do arquivo pessoal de Severino Casagrande.

A maior parte das famílias entrevistadas descrevem em detalhes como era viver e trabalhar nas ilhas, a família representada na imagem a cima exibe com orgulho a produção de arroz, que era na época, a cultura mais produzida entre os ilhéus, já que os ambientes periodicamente alagados favoreciam a ela. Além do arroz, outras culturas temporárias como feijão, milho, mandioca eram produzidos pelos ilhéus no sistema familiar, bem como, hortaliças, frutas diversificadas, animais de corte como porco, carneiro, gado, frango, enfim, o excedente de toda a produção familiar era vendido na cidade mais próxima, nas feiras livres geralmente.

Nenhuma família entrevistada se opunha à criação do Parque como Unidade de Conservação de Proteção Integral, pelo contrário, os entrevistados apresentaram uma preocupação com os desgastes daqueles ambientes, só não aceitam serem desprovidos das indenizações, pois foi um patrimônio construído e conquistado, em alguns casos, o único.

[15] Cedida para este trabalho por Severino Casagrande em 21/12/2006, com anuência para publicação.

Todas as referidas famílias possuíam a pesca como atividade primordial de sustento, algumas se profissionalizaram e continuaram com a atividade mesmo não residindo mais nas ilhas, como é o caso dos ribeirinhos entrevistados, de acordo com eles, nesse ramo fica cada dia mais difícil se manter, pois a quantidade de peixes e o seu tamanho vem diminuindo com o tempo, em função das alterações na qualidade da água e no ritmo acelerado da pesca e abate dos peixes.

Foto 10 – Porte dos peixes em 1993 no rio Paraná.
[16]Fonte: Foto do arquivo pessoal de Severino Casagrande.

Quanto a desapropriação das terras, a Chefe do Parque menciona que no Decreto de criação do Parque está estabelecido que o Instituto responsável tomará as medidas legais para esse fim, já o representante dos ilhéus ressalta que o

[16] Cedida para este trabalho por Severino Casagrande em 21/12/2006, com anuência para publicação.

primeiro processo de desapropriação já aconteceu entre o ano de 1982 e 1983, quando o volume de água do rio Paraná alcançou o maior índice de todos os tempos, à 44.000 metros cúbicos por segundo - o dobro da maior enchente até então registrada - provocada pelo fechamento das comportas da hidrelétrica Itaipú e a abertura das compotas das hidrelétricas existentes na época entre os estados de São Paulo e Paraná; nas palavras do Sr. Ordt: "(...) arrastou casas, criações, plantações, deixou todo mundo de arrasto, (...)" o fluxo do rio só se normalizou por volta de 222 dias de cheia; e continua: "Aí começou o problema dos ilhéus, desde aquela época começou a luta em busca de auxilio perante o governo, afinal de contas, nas ilhas residiam mais de 3.000 famílias ".

A partir desse depoimento o representante dos ilhéus revela: "Foi nessa época que o INCRA[17] viabilizou o título á todos os proprietários", e lembra que o órgão deu um prazo de 90 dias para a retirada do documento e "(...) a grande maioria do pessoal, com essa enchente, como não havia serviço suficiente no entorno, se deslocaram para outras regiões (...)" e infelizmente perderam o prazo estabelecido, divulgado certamente por editais.

Quanto a grande enchente, Sr. Ordt á chama de "enchente fabricada e criminosa" e diz que com muita força de vontade e persistência: "(..) se conseguiu da Itaipú uma indenização por perdas e danos,(...)". Continuando ele relata que o interesse dos municípios fronteiriços ao Parque pelo ICMS ecológico, mobilizou-os e motivou-os á pressionar os habitantes que ainda se encontravam estabelecidos no lugar á se retirarem.

Quando indagado sobre a existência de famílias constituindo residência nas dependências do atual Parque, o representante dos ilhéus confirma mais que depressa que segundo seu conhecimento há no mínimo 80 famílias estabelecidas no lugar.

Já a Chefe do Parque diz que os levantamentos não estão 100% consolidados e até um certo ponto da pesquisa constataram apenas 09 famílias que efetivamente residiam na área do atual Parque, contudo ela esclarece que dentro de seus limites existem muitos pontos que demonstram a presença humana,

[17] Foram feitas cinco tentativas de contato com representantes do órgão a fim de averiguar a informação, todas sem sucesso. No processo de busca constatou-se que a instituição foi regionalizada, sendo o INCRA regional de Cascavel responsável pela região do Parque. Representantes do INCRA no Mato Grosso do Sul também foram procurados, que eximiram-se com relação ao loteamento das ilhas.

segundo um levantamento quantitativo, realizado pelo IBAMA, na porção paranaense, expressa o número de 205 pontos onde há algum tipo de construção, que vai de casas luxuosas de veraneio, até casebres e ponto de apoio aos pescadores.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque, Encarte III, p.147, 148, desses 205 pontos, 41 ocupações estão em áreas públicas, 147 pontos de ocupação correspondem á lotes privados, e 17 ocupações estão em lotes que já foram indenizados pela Eletrosul. Além disso, dos 205 pontos de ocupação, 79 (38,54%) são utilizados como área de lazer, 16 (7,8%) são utilizados semanal e eventualmente, e 33 (16,09%) são ocupados permanentemente por pessoas que residem e dependem da área. No restante, são ocupados como ponto de apoio á pesca 29 pontos (14,14%), estão abandonados outros 29 pontos (14,14%), servem para a criação de abelhas 12 pontos (5,8%), e são caracterizados como de outros usos 07 pontos (3,4%). Mesmo com tais levantamentos é esclarecido:

> Ainda há inúmeros habitantes dentro do Parque e proprietários de casas de veraneio, clubes de campo e de pesca que circulam livremente pela área da Unidade. Dentre os proprietários, alguns são empresas que utilizam os locais com fins comerciais (hotéis e agências de turismo), associações e sindicatos. Plano de Manejo, Encarte III, p. 175.

Quando indagada sobre a solução dos problemas gerados pelo indevido estabelecimento e trabalho dessas famílias, Leonhardt (2007) menciona sobre o processo de regularização fundiária via compensação de Reserva Legal e explica que esse acordo é feito entre o fazendeiro que precisa ser desonerado por um prazo de trinta anos de recompor sua Reserva Legal e os proprietários intitulados, cujos documentos estejam registrados devidamente em Cartório de Registro de Imóveis, com os impostos todos em dia, quites com as suas obrigações e com a justiça.

A Chefe do Parque se preocupa em dizer que, com a negociação da troca o fazendeiro não estará comprando terra, mas sim tempo, “(...) ele está comprando o título correspondente ao percentual dos 20% de área conservada que deveria ter em sua propriedade, sem alterar ou ter vínculo com esse lugar; passado os trinta anos o titulo é repassado á União”. Ela afirma que esse processo é um projeto piloto, já previsto na legislação desde 2001, mas que ainda não tinha sido aplicado em uma Unidade de Conservação. Contudo, essa medida como uma forma

de compensação provisória, se tornou permanente de acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p.147:

> No ano de 2006, a fim de efetivar a regularização fundiária do Parque Nacional de Ilha Grande, a Superintendência do IBAMA no Estado do Paraná lançou um Edital para a Compensação de Reserva Legal, considerando o disposto no Parágrafo 6º do Art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.166, de 24 de agosto de 2001. (...) Com o advento da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, a compensação passou a ser permanente, ou seja, o produtor rural não necessita mais implantar a Reserva Legal no prazo de trinta anos.

Quando questionado sobre esse processo de compensação de Reserva Legal, Sr. Ordt, diz que as exigências são muitas e muitos dos proprietários não poderão negociar suas terras por falta de documentação atualizada (ITR, CCIR, matriculas) e se mostra preocupado com o que vem acontecendo, diz que as propostas financeiras são em geral muito inferiores ás negociações do mercado, “estão pagando em torno de R$4.500,00 reais por alqueire, e quem está lucrando sem cessar são os latifundiários, além de uma grande quantidade de atravessadores que negociam as terras inter-ligados aos fazendeiros e ganham muito em cima do negócio”, pagando ao ilhéu um valor menor do que o mencionado acima.

Existem diferentes olhares e idéias sobre as questões ambientais que se estruturam, em diferentes concepções sobre o mundo natural e que geram diferentes expectativas sobre as Ilhas.

Qualquer alteração que se faça a partir do trabalho humano sobre o meio resulta nos chamados “impactos ambientais”, ou segundo autores como Arlete Moyses Rodrigues temos a chamada produção destrutiva. Nas entrevistas com ex-ilhéus, descobrimos que muitos deles estavam efetuando o plantio de uma grande área de eucalipto – planta exótica da região (próximo ás margens do rio) com o propósito de “reflorestar” o ambiente, outros estavam efetivando a construção de áreas de lazer (também ás margens do rio) como a criação de praias artificiais, etc, estas ações dos moradores no interior do Parque, são entendidas por eles como uma forma de melhorar o ambiente, através da ação direta na produção do lugar, associando a idéia de preservação da natureza e da obtenção de renda com o uso do ambiente, portanto, a perspectiva dos moradores é diferenciada da idéia da implantação da área de proteção integral.

Durante muito tempo – mais de 50 anos – o lugar do atual Parque, foi construído por esses personagens que tinham como atividade econômica,

basicamente, a pesca e a produção agropecuária, há pouco mais de 10 anos esse mesmo lugar vem sendo constituído como territórios a serem conservados em suas peculiaridades naturais, sendo planejado a mercantilização pela atividade turística. Sendo necessária a desapropriação das áreas, como determina a Lei.

A partir das características ambientais do PNIG, constatamos que realmente estes são territórios inerentes á conservação, contudo, há de ser analisado se os mesmos oferecem atrativos suficientes para tornar a atividade turística viável.

Como foi mencionado por Leonhardt (2007), há muitas casas de veraneio situadas nas dependências do PNIG, não sendo possível à quantificação exata, em função da dificuldade de acesso, e por não se ter claro quais estão abandonadas ou em uso. Logo, em conjunto com os ilhéus, outros personagens contribuem com a construção desse espaço em especifico, os veranistas, que costumam passar temporadas de férias, feriados, finais de semana, e dias similares, praticando atividades de lazer como esportes náuticos, navegação, pesca, banho, etc, desfrutando das paisagens e das sensações oferecidas por sua natureza, impondo dessa forma novas territorialidades ás diferentes áreas das ilhas.

Essa condição de veraneio pode ser caracterizada também como turismo de segunda residência, ou turismo de residência secundária, como explica Olga Tulik:

> Casa de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar. (TULIK, 2001, p.11)

Como a autora afirma, dentre as várias denominações, a residência secundária é uma segunda casa para passar curtos períodos especificamente com o intuito de desfrutar do tempo livre. Segundo GARCIA (2008, p. 5), normalmente o indivíduo adquire a propriedade em locais onde tenha afinidade com o ambiente e considere propício para as práticas de lazer junto da família.

No Parque Nacional de Ilha Grande, analisado sob a perspectiva da margem direita, sul-matogrossense, os veranistas se inserem geralmente nas áreas por intermédio de negociações realizadas com os ilhéus, que vendem parte de suas propriedades aos mesmos e lhes garantem a manutenção das benfeitorias

construídas no local, vendendo desta forma, também a mão-de-obra. As propriedades construídas pelos veranistas são chamadas por eles de “clubes”, por serem construídas em sociedade.

A fim de exemplificar o fato mencionado, apresentamos algumas das situações defrontadas durante a pesquisa de campo no interior do Parque, que foi guiada e comentada pelo Sr. Mário[18], brasileiro, casado, pescador, residente na Barra do Maracaí, que conhece todos os locais e pessoas residentes nas proximidades, pois sua família de pescadores, habita em áreas ribeirinhas antes mesmo de seu nascimento no ano de 1973.

A Ilha Triângulo foi uma das primeiras localidades a ser apreciada nesse processo, ela possuí esse nome justamente por causa de seu formato triangular. (Foto 11).

Foto 11 – Imagem da Ilha Triângulo em um dos lados de seu polígono.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

De acordo com o Sr. Mário essa ilha possuí aproximadamente 35 hectares e pertence ao Sr. Leandro, casado, com filhos pequenos, é também proprietário de uma casa em Alto Paraíso-PR, para facilitar nos estudos das crianças. O Sr. Leandro não estava na ilha, provavelmente diz o Sr. Mário: “ele foi buscar a família em Alto Paraíso”.

[18] Os personagens receberam nomes fictícios a fim de preservar a privacidade dos mesmos.

Encontramos na referida ilha uma casa pequena (Foto 12), que segundo o Sr. Mário, é de propriedade do Sr. Leandro, um abrigo para o gerador de energia e um grande rancho construído de madeira na encosta do rio, com 08 quartos individuais, 02 banheiros e uma cozinha, cuja propriedade pertence á pescadores esportivos de Umuarama, Cianorte e outras cidades do Estado do Paraná. (Foto 13).

Foto 12 – Imagem da residência do Sr. Leandro na Ilha Triângulo.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

A residência do Sr. Leandro é semelhante as outras residências encontradas nas dependências do Parque, são simples, em geral pequenas, feitas de madeira com partes estruturais de alvenaria e possuem muitas árvores frutíferas e plantas ornamentais ao redor, além de cães que de certa forma guardam os locais. São propriedades tipicamente rurais.

Apesar de possuir 02 residências, segundo o Sr. Mário, o Sr. Leandro reside de maneira fixa na ilha e só vai para a cidade levar e buscar a família de maneira periódica, prova disso é o quintal limpo, o balanço das crianças pendurado, os cachorros bem tratados.

Foto 13 – Imagens do Clube na Ilha Triângulo.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

O direito de construir essa propriedade (Foto 14) foi vendido pelo Sr. Leandro, que hoje se divide entre duas residências, ampliando sua fonte de renda, já que além de ser pescador profissional, é remunerado pelos donos do rancho ou “clube” para zelar do local.

O tamanho da construção e o aviso na placa pendurada no corredor do rancho (Foto 14), nos traz a hipótese de que se trata de uma sociedade ampla e bem organizada, o Sr. Mário chegou a dizer que há um revezamento entre os visitantes no local.

Foto 14 – Imagem da placa de avisos existente no corredor do clube.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

O Sr. Mário nos revela que no centro dessa ilha há uma lagoa de beleza exuberante e de abundância a determinadas espécies de peixe, mas adverte que é de difícil acesso.

Outro ponto apreciado na pesquisa de campo foi uma das localidades da ilha Grande, onde existia no passado uma vila chamada Pindorama em que havia uma das maiores concentrações de ilhéus existentes na Ilha, segundo antigos moradores aproximadamente 40 famílias residiram no local ha cerca de 20 anos.

Encontramos na antiga Pindorama um morador remanescente do local, Sr. José, brasileiro, casado, 54 anos de idade, pescador profissional, 03 filhos, o mais velho é casado e independente, o do meio reside com ele e também é pescador e a filha mais nova reside com a mãe na cidade de Itaquiraí-MS.

O Sr. José estava consertando um motor de barco quando chegamos e assim permaneceu até nossa saída. Não aceitou nos conceder a entrevista, mas durante o tempo em que ficamos conversando nos revelou informações pertinentes a esse trabalho.

Além da pesca a fonte de renda do Sr. José e de seu filho, advém dos cuidados incumbidos ao local da Ilha onde eles moram, pois existem ali 11 propriedades de diversos donos do Estado do Paraná, de São Paulo, inclusive do Acre. Essa renda é de aproximadamente R$50,00 mensais por cada residência secundária zelada, e os reparos feitos como diferentes consertos, pintura, entre

outros, são cobrados á parte. Na foto 15 são retratadas nas imagens algumas dessas propriedades.

Foto 15 – Imagens dos atuais clubes da antiga Pindorama.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

As imagens nos revelam o conforto e os cuidados existentes no local, e também que os veranistas não passam muito tempo sem visitar a área, pois deixam nas propriedades equipamentos diversos de pesca, além de utensílios domésticos e aparelhos eletroeletrônicos. Isso é confirmado com o Sr. José que diz não passar mais de 05 dias sem que alguns dos sócios apareçam, mas nos lembra, é claro que têm famílias que vem de 15 em 15 dias, outros vem com um espaço maior e até

menor de tempo, no verão (principalmente) e permanecem por vários dias em épocas de férias, somente o senhor do Acre vem uma vez por ano.

Faz 45 anos que o Sr. José reside no local, e a menos de 20 anos adquiriu uma casa em Itaquiraí para que seus filhos tivessem maiores oportunidades de estudo, ele relatou que periodicamente visita a família, mas não deixa o local sem cuidados, afinal, os veranistas possuem muitos bens de valor que poderiam ser roubados, a família vem passar com eles alguns finais de semana, feriados e férias escolares. O filho do meio com 22 anos também não terminou o ensino regular, ao passo que completou a maior idade optou por trabalhar com o pai na Ilha.

Quando o Sr. José ressalta sobre seu passado na Ilha é saudosista e chega a dizer que a fartura do passado foi substituída por “quiçaça”. Relata também que seus direitos sobre os 22 alqueires que possuía na ilha foram vendidos por R$4.000,00 o alqueire no sistema de compensação de reserva legal, logo, não se justifica sua permanência no local.

A Ilha Baunilha, também foi por nós apreciada nesse percurso, onde o Sr. Sebastião e sua esposa Francineide residem há aproximadamente 13 anos, contando o tempo de permanência na Ilha sem considerar os períodos em que a família passou fora dela, isso porque, conta o Sr. Sebastião, por várias vezes eles tiveram que sair por causa das enchentes.

Da última vez que a família desabitou a ilha, se passaram 07 anos, segundo o Sr. Sebastião, essa iniciativa foi tomada porque os órgãos fiscalizadores da área impediram sua família de produzir os alimentos que os sustentavam (arroz, feijão, milho, frutas, verduras, legumes, alguns animais como porcos, galinhas, gado de corte). Todo o excedente desses produtos eram vendidos, como complementação de renda criava abelhas Europa, com intuito de vender o mel por elas produzido.

Além de ser impedido por Lei de produzir qualquer que seja o produto, recebendo impagáveis multas, o Sr. Sebastião diz que abandonou a ilha com a esperança de receber uma indenização pelo patrimônio perdido, já que sua propriedade não é titulada, ele possui apenas contrato de compra e venda da terra, com valor de posse.

De acordo com Sr. Sebastião, muitos foram os ilhéus que saíram de suas casas iludidos por receber um valor indenizatório que garantissem uma certa estabilidade financeira.

Após deixar o emprego de zelador em uma chácara na cidade de Itaquiraí, o Sr. Sebastião decidiu voltar á ilha, por causa de uma proposta de emprego feita pelos donos das casas de veraneio construídas em suas terras.

Como o Sr. Sebastião não vendeu essas áreas para a construção das casas ele tornou-se um dos sócios dos 02 clubes existentes em suas terras, e hoje de volta á ilha há um ano e meio é zelador desses clubes recebendo pelo trabalho R$800,00 mensais, além de ter se tornado um pescador profissional, o que lhe garante direitos trabalhistas na Ilha.

A casa do Sr. Sebastião é muito pequena, possuindo apenas 03 cômodos, o quarto em cima, o banheiro e a cozinha em baixo, incomparável ao "clube" fotografado, que se encontra ao lado de sua residência. Ele e a esposa construíram sozinhos a casa em que residem na ilha, (apesar de melhor estruturada, a casa antiga foi sucumbida pelos desgastes provocados pelas chuvas e enchentes), além desta, eles possuem uma outra casa na cidade de Itaquiraí, onde suas filhas mais novas residem para estudar e trabalhar.

Foto 16 – Imagem da residência do Sr. Sebastião e de D. Francineide.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

Foto 17 – Imagens de um dos Clubes existente na propriedade de Sr. Sebastião.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

O clube visualizado na foto 17, possuí 03 quartos, uma sala e uma cozinha pequena, na parte superior, e 02 alojamentos com camas na parte inferior, bem como uma cozinha grande separada da casa, cercada de telas, onde Sr. Sebastião nos recebeu para conceder-nos a entrevista.

Nos tempos livres, Sr. Sebastião planta árvores nativas para reflorestar o local e D. Francineide faz tapetes de retalhos para vender na cidade, nesse período mais recente de residência na Ilha, já receberam a visita da policia florestal, do IBAMA, dos órgãos de limpeza do Estado do Paraná, e garantem que estão vivendo provocando o menor impacto possível na área.

Apesar das adversidades ocorridas como falta de conforto, dificuldade de locomoção devido a tempestades e enchentes, a falta de peixes, entre outras, ele afirma que vale a pena residir no lugar.

Quando questionado sobre a atividade turística, Sr. Sebastião nos revela, que só ouviu falar do assunto na televisão, e associa á idéia com passeio e diversão, tão somente, ele acredita que a visitação turística ao Parque seria muito grande se fosse incentivada a partir de transportes gratuitos entre as ilhas e em seus interiores – assim, como Sr. Mário, também ressaltou sobre a beleza das lagoas.

Todos os exemplos explicitados apresentam a ligação que há no Parque Nacional de Ilha Grande entre o ilhéu, que conhece e trabalha no local, e o veranista, que busca se apropriar daquilo que lhe oferece satisfação pessoal em seu momento de lazer. Ligação essa que vai além dos acordos mencionados, trata-se de uma troca de experiências e tradições intrínsecas ás relações humanas, ao mesmo tempo em que são distanciadas pelo modo de vida de cada um, constituindo assim a territorialidade que se expressa pelo uso do espaço, pela cultura, e pelas atribuições delimitadas a uma área especificamente.

Na formação dos territórios turísticos, KNAFOU (1999) enfatiza três agentes responsáveis: turistas; mercado; e, planejadores e promotores territoriais. Embora a presença do turista seja a condição para a atividade, em poucos casos, como é no Parque Nacional de Ilha Grande, o turista é o responsável pela introdução da prática turística.

De acordo com GARCIA, (2008, p.1), o lazer e a atividade turística são ícones do desprendimento ao trabalho e sinônimos de liberdade, atualmente são associados à valorização do meio natural e à qualidade de vida e bem-estar. Como uma das conseqüências desta tendência, as residências secundárias configuram territorialidades de lazer e turismo, que no Parque Nacional de Ilha Grande, se dão por meio justamente dos processos citados através dos exemplos tomados.

Como se pôde constatar, no Parque o espaço agropecuário em toda sua complexidade foi dividido com a organização deste para o lazer, através da inserção das residências secundárias, que mantém características muito distantes uma da outra, contudo, após a implementação do Parque como Unidade de Conservação de Proteção Integral ambos processos – tanto de produção quanto do deleite privado – foram terminantemente proibidos, e atualmente a resistência dos agentes sociais, se prevalece diante da situação.

# 2 ATIVIDADE TURÍSTICA: ESTRATÉGIA CAPITALISTA DE PROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

## 2.1 Turismo de Segunda Residência.

Apresentar uma definição conceitual precisa do termo Turismo, não é o objetivo desse trabalho, mesmo porque, por sua multidisciplinaridade, muitas são as interpretações acerca desse fenômeno sócio-econômico, o que tem gerado controvérsias generalizadas.

De acordo com ASSIS (2001, p. 103), o Turismo é uma atividade complexa que nas suas múltiplas relações, econômicas, sociais, políticas e cultuais, vem difundindo-se no mundo de forma acelerada, movimentando capitais de grandes proporções e superando atividades tradicionais como a indústria e a agricultura.

Conforme LAGE e MILONE (2001, p.44), para muitos especialistas, Turismo são as viagens para as regiões que distanciam mais de 80 quilômetros dos locais de residência. Outros especialistas ao conceituar Turismo, exigem que os viajantes permaneçam mais de 24 horas nos locais visitados. Algumas definições mais tradicionais incluem somente viagens de férias e de outras motivações como, por exemplo: de estudo, de eventos, de esportes, de saúde, de religião, de compras, de visita a amigos e parentes, etc. Algumas incluem, outras não, as viagens de negócios como Turismo.

Conforme as entrevistas[19] realizadas com habitantes tradicionais da área de estudo, descobriu-se uma caracterização totalmente econômica sobre o Turismo. De forma subjetiva, grande parte dos entrevistados, conceituaram o termo como uma indispensável fonte de renda, capaz de promover riqueza a partir de volumosos fluxos financeiros aos serviços prestados ao turista na promoção de passeios, *camping*, e atividades náuticas como a pesca, por exemplo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p.38), define o termo como: “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em

[19] Ao longo da pesquisa (desde 2007) foram entrevistadas 14 famílias de ex-ilheus, que possuíam um contato direto com o PNIG. e acompanharam grande parte do processo histórico de constituição do Parque enquanto uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Além disso, 01 família de atuais ilhéus concedeu-nos também a entrevista.

lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outras".

O termo Turismo é originário do francês, cuja raiz expressa *tour*, que significa *volta*, quando definido pelo dicionário Globo, a palavra é associada a viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse.

De acordo com RODRIGUES (1997, p. 81), o hábito de viajar remonta a um período mais antigo do que a polissemia que a sua expressão sugere. "A viagem para lazer já era conhecida na Antiguidade clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências – uma na cidade outra no campo".

Conforme explica SILVA (2006, p.21), de fato o ato de viajar há muito vem ocorrendo na sociedade, mas o Turismo, como se conhece na atualidade, é uma atividade típica da sociedade urbana-industrial, isso porque o grau de complexidade envolvido hoje em sua produção e reprodução é tamanho, que não é mais possível entendê-lo somente a partir da idéia de deslocamento ou do simples ato de viajar.

Segundo o mesmo autor, o Turismo é um fenômeno cujas características são reflexo da organização social e, portanto, mostra-se diferente no tempo histórico e no espaço, além disso, afirma que as condições sócio-político-econômicas e culturais são o que favorecem ou não o seu desenvolvimento.

A caracterização do turismo poderia ser realizada em denso e extenso trabalho, contudo, neste trabalho em específico, dois atributos somente serão mencionados com relação direta à residência secundária, conforme aponta GARCIA (2006, p.1051) tais atributos são:

- Sazonalidade: um grande número de pessoas viaja em períodos coincidentes regularmente, e este espaço de tempo é nomeado como "alta temporada".

- Reincidência do turista: embora inúmeros destinos sejam ofertados, muitas pessoas, por razões diversas, preferem retornar à lugares que adquiriram alguma afinidade. Nas palavras da autora:

> Quando as pessoas elegem um lugar específico que vai ao encontro de suas motivações e retornam freqüentemente (férias anuais, feriados, finais de semana) tomam a atitude de adquirir uma propriedade para usufruir deste tempo com maior comodidade. A residência secundária é a conseqüência de viagens de curta distância e de alta freqüência para o

> mesmo destino. Normalmente o destino é eleito pela família e consegue suprir as divergentes expectativas no momento de lazer. GARCIA (2006, p.1051)

De maneira geral a atividade turística é formada por uma série de bens e serviços ofertados ao consumidor desde o núcleo emissor (quando se prepara para a viagem), nas áreas de deslocamento (conjunto de infra-estrutura que facilita o movimento), e principalmente no núcleo receptor (destino provido de hotéis, restaurantes, entretenimento, etc.) onde se encontra o atrativo.

O Turismo de segunda residência foge á tais características básicas da atividade, pois consiste em um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar. Segundo BECKER (1995, p.10), *In* ASSIS (2003, p. 110):

> No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do nacional-desenvolvimentismo que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer (...). O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas).

Apesar do que foi exposto por BECKER, segundo ASSIS (2003, p. 111) o fenômeno da residência secundária só começou a ser estudado após o Censo Demográfico de 1970, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu as residências secundárias entre os domicílios fechados. Assim, eram consideradas como "o domicílio que servia de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usadas para descanso de fim de semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do Censo" (IBGE, 1970).

O Censo Demográfico de 1980 define uma classificação específica para as residências secundárias, denominando-as de domicílios de uso ocasional e separando-as dos domicílios fechados aos quais estavam vinculadas no Censo de 1970.

Através da sinopse preliminar do Censo de 1980 (IBGE, 1981: IX) é possível constatar que "considerou-se como de uso ocasional o domicílio que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), normalmente usado para

descanso de fim de semana ou férias e cujos moradores não estavam presentes na data do Censo".

No Censo de 1991, o IBGE aprimora a definição classificando as residências secundárias como domicílios particulares de uso ocasional não restringindo esta condição à não presença do morador temporário. Assim, conforme a sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, p.11), "considerou-se como de uso ocasional o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim não remunerado".

Apesar da definição técnica do IBGE, a residência secundária ou segunda residência possuí um conceito amplo e complexo que, pelo exagero de termos restritivos – casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias etc. – ainda carece da falta de um consenso terminológico.

A base da segunda residência é a renda como fator diferencial que define quem pode possuir, além do domicílio permanente uma outra propriedade destinada ao lazer de finais de semana, férias e dias similares. Como destaca ASSIS, (2003, p. 112):

> A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular). Estes fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social, característica das camadas sociais alta e, na sua grande maioria, média. Para esta última camada a falta de maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro.

A questão da propriedade da segunda residência esbarra numa prática comum relacionada ao uso desses alojamentos turísticos: muitos proprietários, para obter uma renda extra, alugam suas segundas residências a outros turistas, arrendam ou emprestam a parentes e amigos, enfim, isso significa que, apesar de as residências secundárias fazerem parte dos domicílios particulares – como é definido pelo IBGE – esse fato torna complexa a definição do termo.

De acordo com TULIK (1995, p.18) a residência secundária, enquanto propriedade particular (já que não existem, pelo menos no Brasil, residências secundárias públicas), constitui uma modalidade de alojamento turístico cujo

conceito operacional não deveria estar ligado ao fato de ser própria, alugada, arrendada ou emprestada.

A autora considera a residência secundária enquanto imóvel, excluindo a sua condição de propriedade, desta forma concebe o estudo do fenômeno pelos seus aspectos dimensionais, além de avaliar sua distribuição no Estado de São Paulo ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas.

TULIK (1998, p. 202), afirma que a residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias. Desta forma, esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes.

De acordo com ASSIS (2003, p.115) a disponibilidade de renda e de tempo livre influência na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional. A propriedade de uma segunda residência em áreas muito distantes da residência principal inviabiliza a sua freqüência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode se dispor de um tempo maior de estadia. Porém, atualmente, com a melhoria da qualidade das vias de acesso e com o avanço tecnológico dos meios de transportes, o fator distância, em alguns casos, pode se tornar irrelevante na escolha da localização da residência secundária.

De acordo com os representantes[20] das Prefeituras Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul que compõe o entorno do Parque Nacional de Ilha Grande, a maioria - cerca de 80% - dos veranistas existentes nas proximidades e no interior do Parque, correspondentes a cada território, são do próprio município ou de municípios muito próximos, contudo, não se tem estudos concretos que subsidiem tal constatação.

A segunda residência, por ser um domicílio de uso ocasional de finais de semana, de temporadas de férias, para fins de recreação e lazer, indubitavelmente pressupõe, como já visto, a existência por parte do proprietário de um outro domicílio de uso permanente, onde ele habita na maior parte do ano e

[20] Foram entrevistados, neste ano de 2009, representantes das Gerências de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico (incluindo nesta Gerência a Atividade Turística), dos municípios de Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí e Naviraí, do Estado de Mato Grosso do Sul.

investe com maior intensidade em conforto e satisfação pessoal, é o que sugere SEABRA (1979, p. 4), *In* ASSIS (2003, p.113) “(...) a primeira residência responde à mais elementar necessidade de habitar, morar, de ter abrigo em que pese as diferentes formas existentes de satisfazer essas necessidades, a segunda habitação foge a qualquer entendimento dessa natureza. Ela é uma segunda habitação”.

O autor afirma ainda que a transformação de residências secundárias em residências permanentes – em virtude da fixação de antigos turistas que transferem seu domicílio principal para os núcleos receptores – tem-se proliferado.

De acordo com ASSIS (2003, p.113), o marco da sociedade "pós-industrial", é o direito ao tempo livre, sendo esta, uma das grandes conquistas sociais do mundo do trabalho que tem na segunda residência uma das suas modalidades de usufruto. “A busca da recreação e do gozo do tempo livre é, sem dúvida, a principal finalidade das construções das segundas residências”.

Segundo o mesmo autor, o aumento considerável do tempo livre proporcionou a esse homem contemporâneo o desfrute do lazer organizado e capitalizado. O turismo aparece como alternativa aliada ao lazer, com tendências que proporcionam diversificação e valorização da cultura e do meio ambiente, e ainda afirma: “As segundas residências são localizadas principalmente em lugares periféricos, onde o homem urbano busca um reencontro com a natureza que se torna o mais importante atrativo a essa modalidade de Turismo”. ASSIS (2003, p.113).

Conforme explica GARCIA (2008, p. 11), a aquisição de uma área, ou imóvel afastado do perímetro urbano primordialmente para fins de lazer, confirmam as intenções do homem contemporâneo perante seus anseios de qualidade de vida e estreitamento do convívio familiar junto a recursos naturais.

A designação dada por RODRIGUES (2001) “o mito do eterno retorno” aflige o homem moderno que busca no encontro com a natureza, a renovação das forças para retornar ao ambiente citadino e à rotina. Esta tendência é iminente ao homem moderno, levando-se em consideração que atualmente a maior parte da população brasileira está concentrada nas cidades acentuando ainda mais esta prática.

Segundo ASSIS (2003, p. 113), a cidade, que outrora fora o centro de atração das habitações e do homem do campo em busca do trabalho na indústria, agora - apesar de ainda concentrar diversas funções - "expulsa" seus moradores por

não lhes oferecer condições necessárias para uso do tempo livre em contato com a natureza.

Embora haja essa intenção clara de convívio com os elementos da natureza, o turista geralmente não aceita se desvincular dos equipamentos que lhes parecem indispensáveis ao seu conforto e satisfação pessoal, equipamentos estes que já fazem parte de seu cotidiano citadino. Observemos a afirmação de LUCHIARI (2002, p.121):

> De um modo geral, a expansão do turismo no Brasil tem estabelecido, em todos os lugares valorizados, a reprodução do mundo urbano. A indústria imobiliária de segunda residência e os grandes projetos turísticos têm construído novas territorialidades alicerçadas nos mais modernos parâmetros urbanos. Esse processo proporciona a superação do estranhamento ao meio natural, pouco domesticado, e oferece ao turista a apropriação de um lugar repleto de objetos conhecidos.

A partir do exposto nos deparamos a uma contradição inconteste do mundo moderno, a busca do estreitamento de relações entre o homem e os elementos da natureza – idealizada nesse caso como essencial para a qualidade de vida – e a resistência de retorno às relações intrínsecas com tais elementos, ao ser assegurado, por esse mesmo homem o usufruto das inovações tecnológicas, bem como o desfrute dos objetos urbanos conhecidos no reencontro promovido através de algumas modalidades turísticas.

Conforme ASSIS (2001, p. 103), os expressivos “fixos e fluxos” de Milton Santos, engendrados pela função turística têm na paisagem seu centro simulado de atenção. Desta forma, os agentes de *marketing* turístico, selecionam os espaços portadores de um rico e diversificado patrimônio natural, transformando-os em alvo de necessidades criadas, a partir de uma estética subjetiva.

As imagens e representações das paisagens naturais são criadas para o turista, e com o objetivo de satisfazê-lo em seus diferentes anseios, sejam eles, pela aventura, pela idéia de paraíso exótico ou intocado, ou até mesmo pelo perigo proporcionado no mundo selvagem.

As idéias que envolvem essas representações são frutos de um processo histórico a partir do entendimento de natureza, ao qual são construídas e (des) construídas de acordo com muitas variáveis.

Segundo GARCIA (2005, p. 01) atualmente, o que se prega como qualidade de vida é uma imagem de convivência harmoniosa com a natureza. As pessoas buscam esta identificação com o meio natural através do deslocamento para áreas onde possam usufruir experiências concedidas pela proximidade de rios, córregos, árvores e animais. Essa aproximação de convivência deriva da valorização do meio natural associado á política de bem-estar.

A atividade turística se apropria da idéia de natureza constituída para efetivar suas práticas sociais e econômicas a fim de adquirir rentabilidade essencialmente.

Conforme LUCHIARI, 2000, p. 35, “A expansão do setor turístico potencializou uma nova forma de valorização das áreas naturais e transformou essas áreas em recurso paisagístico e mercadoria de consumo demarcadora de distinção social”. Logo, uma nova formação sócio-espacial se constrói na hegemonia de algumas classes.

O Parque Nacional de Ilha Grande, por meio do planejamento público, busca ser um atrativo turístico em função da valorização do ambiente natural como áreas a serem visitadas.

De acordo com a turismóloga que representa a gerência de desenvolvimento econômico do município de Naviraí e com a responsável pela mesma gerência em Itaquiraí, os recursos naturais existente no Parque, devem ser transformados em atrativos turísticos por meio da publicidade dada aos locais, que serão potencializados por meio de construções estruturais capazes de oferecer conforto, ou como diz Luchiari, de reproduzir o mundo urbano.

Por tais motivos faz-se necessário refletir como a idéia de natureza é apropriada pelas estratégias mercadológicas da atividade turística e transformada em atratividade para tornar-se assim, objeto de consumo.

## 2.2 A idéia de natureza apropriada pela Atividade Turística

As idéias que envolvem o conceito de natureza são criadas e construídas pelas sociedades em diferentes períodos históricos, de acordo com a relação estabelecida entre essas sociedades e o meio de vivência. Em outras

palavras, essas idéias mudam de acordo com o tempo, de acordo com o espaço e com o modo de vida de cada sociedade.

Os primeiros registros que se têm das sociedades primitivas constatam que a humanidade vivia em equilíbrio com o meio ambiente, retirando da natureza somente o necessário para a subsistência. Segundo CAPRA (1993, p.49), no momento em que o homem vivia de forma harmônica com a natureza, a ciência tinha como objetivo a compreensão dos significados das coisas e não o seu controle.

Há também, registros de sociedades que veneravam e cultuavam os elementos da natureza; a sociedade grega é o maior exemplo a ser usado, pois "via a natureza como um organismo vivo e inteligente, dotado de alma e vida própria, capaz de ordenar os próprios movimentos de forma racional" (CAPRA,F. s.d., p.49); nesta concepção, a natureza é encantada e divina, cheia de feitiços e maravilhas, contudo é externa ao ser humano.

THOMAS (1988), vem nos esclarecer que no início do período moderno os fundamentos teológicos na interpretação bíblica de Tudor e Stuart, na Inglaterra, legitimaram o entendimento de natureza como uma criação divina para satisfação plena da humanidade; nesta visão cada espécie animal e vegetal tinha uma função ao homem que predominaria diante de tais espécies.

> O predomínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino. O homem era o fim de todas as obras de Deus, declarava Jeremiah Burroughes, em 1657; "Ele fez os outros para o homem e o homem para si próprio". "Todas as coisas", concordava Richard Bentley em 1692, foram criadas "principalmente para o benefício e prazer do homem". "Se procuramos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo", ponderava Francis Bacon, "de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito". Alguns clérigos pensavam que após o Juízo Final o mundo seria aniquilado; ele tinha sido feito somente para acomodar a humanidade, sendo este o seu único uso. THOMAS (1988, p.23).

Certamente uma visão antropocêntrica dos relatos bíblicos e que perduram ainda na atualidade subvertidas ao campo da razão econômica, afinal, tal visão legitima a exploração abusiva dos elementos naturais conhecidos hoje como recursos.

> Pergunte a qualquer um na massa de gente obscura: qual o propósito da existência das coisas? A resposta geral é que todas as coisas foram criadas para o nosso auxílio e uso prático! [...] Em resumo, todo o cenário magnífico das coisas é diária e confiantemente visto como destinado, em

> última instância, à conveniência peculiar do gênero humano. Dessa forma, o grosso da espécie humana arrogantemente se eleva acima das inumeráveis existências que o cercam. G.H. Toulmin, The Antiquity and Duration of the World [ A antiguidade e duração do mundo, 1780, ed. de 1824], pp.51-2. In THOMAS, 1988, p.21.

MORETTI (1996) nos lembra que a partir do século XVI passou a ser dominante no ocidente a noção de natureza vinculada à expansão da burguesia e nas idéias do racionalismo.

> A partir de então a natureza passa a ser entendida como algo selvagem que será domesticada pelo homem, é vista como obstáculo e, ao mesmo tempo, como recurso que o conhecimento absoluto e infinito, baseado na razão, deverá superar e transformar em meio para se atingir um fim. MORETTI (1996, p.12).

Este entendimento da natureza como recurso, de fato é o entendimento da natureza como valor de troca e também é externa ao homem. A transformação entre a relação do homem com a natureza de um valor de uso para um valor de troca é conseguida na prática pelo capitalismo.

> A produção capitalista, e a apropriação da natureza, é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza. SMITH, N. (1988, p.88).

A natureza (abstrata) e seus elementos são mercantilizados, seja indiretamente (idéia de reencantamento da natureza, apropriada pela atividade turística) ou diretamente (através da comercialização das riquezas naturais). Ela é chamada aqui de abstrata, pois acreditamos ser fruto da abstração social em conceituar determinados elementos como tal. Diferente da natureza concreta, ou primeira natureza, ela só existe porque a sociedade assim decidiu. Muitas vezes é uma natureza artificializada, pois é modelada e ordenada segundo alguns critérios de estética ou padronização universalizada. Atualmente a natureza deixa de ser apropriada para ser produzida de acordo com interesses diversos.

Descartes nos lembra das condições desse período:

> O interesse obsessivo e crescente pelas invenções e descobertas, a progressiva dissolução da representação medieval do mundo e da sociedade, a Reforma, a passagem do mundo fechado ao Universo infinito, a matematização das ciências, a perspectiva de um progresso indefinido do conhecimento e a idéia de que o emprego apropriado da Razão é condição

> necessária e suficiente para que nos tornemos senhores e possuidores da Natureza. (CASTORIADS, C. 1987, p. 114.).

O desempenho da ciência quantitativista, matematizada, passa então concretizar atitudes de dominação e apropriação dos elementos naturais, a partir do momento em que compreendeu a natureza como uma máquina, movida por leis matemáticas exatas, exaltando o homem como o ser único capaz de manipulá-la ao seu favor.

Entre os séculos XVI e XVII o objetivo maior dos cientistas era extrair da natureza, mesmo que sob tortura, todos os seus segredos. Segundo CAPRA (1993, p.67), foi só a partir de meados do século XIX que essas concepções foram contestadas, pois a descoberta da evolução em biologia, forçou os cientistas a admitirem que o universo deveria ser descrito como um sistema de evolução e em permanente mudança, nos quais estruturas complexas se desenvolviam a partir de formas mais simples.

Toda a idéia de progresso, desenvolvimento, civilização, vinculada a urbanização esteve ligada à dominação e controle total dos elementos reconhecidos como naturais.

THOMAS (1988), sugere que ao começar o período moderno, o predomínio do homem sobre o mundo da natureza seria a meta inconteste do esforço humano; por volta de 1800, ainda era esse o objetivo da maioria das pessoas - alvo, aliás, que pelo menos parecia firmemente ao alcance, entretanto, a essa altura tal objetivo já não estava imune a controvérsias. Surgiam dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies.

O estudo cuidadoso da história natural fizera caírem em descréditos muitas das percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. Um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais viera à luz; e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e a cultivar flores para pura satisfação emocional.

THOMAS (1988), retrata sobre as modificações na relação dos ingleses com o mundo da natureza, que faziam parte de todo um complexo de

mudanças e em fins do século XVIII, contribuíram para se criar novas sensibilidades, que segundo ele, foi se tornando mais e mais intenso.

> A criação do domínio mental da fantasia encontra um Paralelo Perfeito no estabelecimento de "reservas" ou "parques naturais" em lugares onde as exigências da agricultura, das comunicações e da indústria ameaçam ocasionar mudanças na face original da terra que logo a tomarão irreconhecível. Uma reserva natural conserva o estado original que em todas as outras partes foi, para nosso pesar, sacrificado à necessidade. Todas as coisas, incluindo o que é inútil e mesmo nocivo, nela podem crescer e proliferar livremente. Sigmund Freud, Introductory Lectures on Psycho-Analvsis [Conferências introdutórias sobre a Psicanálise, parte III] [Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, tradução de James Strachey et *alii*, XVI (1963), p. 372] *In* THOMAS, 1988, p.288.

Criam-se então reservas naturais para resguardar pequenos fragmentos do que um dia foi-se o todo. A atitude de preservação ou até mesmo de conservação não passa, ainda hoje, de uma das muitas necessidades humanas, pois além da situação do ambiente estar em deterioração, à humanidade precisa reconhecer que está fazendo alguma coisa para inverter o quadro de degradação que trouxe o progresso, o desenvolvimento e a “civilização” urbana. Egoísmo emocional? Sentimentalismo puramente? Interesses que rodeiam essa ação?

THOMAS (1988), afirma que em fins do século XVIII, a antiga preferência por uma paisagem cultivada e dominada pelo homem conhecia uma contestação radical. Segundo ele “... o cenário mais admirado já não era a paisagem fértil e produtiva, porém a selvagem e romântica. Por isso, haveria um interesse crescente em preservar a natureza inculta como uma indispensável fonte de riqueza espiritual”.

A partir dessa idéia é que surge o que chamamos aqui de reencantamento da natureza, que nada mais é do que um retorno a algumas concepções de natureza encantada, porém diferente do passado, o reencantamento é material e não divino.

Em seu trabalho citado, SILVA (2006) faz uma síntese de como a concepção de natureza permeia a sociedade atual por meio do turismo de natureza – um segmento do mercado turístico que agrega tipologias turísticas, cujos produtos advêm ou estão correlacionados aos ambientes naturais conservados – citando três raízes básicas para o entendimento dessa concepção: o racionalismo, o naturalismo e o romantismo, os quais se estruturaram nos séculos XVII, XVIII e XIX,

basicamente, mostrando a partir disso, as profundas relações que as sociedades estabelecem com seus ambientes.

No desenvolvimento de seu trabalho SILVA (2006, p. 70), explica que o racionalismo científico foi base para estruturação da maioria das ciências no período moderno, lembrando que foi a partir da negação dos aspectos místicos ou mitológicos da natureza que a ciência moderna se estruturou e fundamentou-se. Continuando o autor afirma:

> Com o racionalismo a natureza deixou de ser vista como algo ameaçador para o desenvolvimento social, e as experimentações e o raciocínio lógico permitiram compreender os processos da natureza e seus arranjos, terminando, assim, com séculos de submissão do homem ao seu meio. Segundo a ótica racionalista a natureza passa a ser compreendida e dominada segundo os interesses sociais: é preciso compreender a natureza para pragmaticamente, aproveitá-la como recurso – daí a necessidade de entender seus processos e arranjos, por meio da experimentação. SILVA (2006, p.70).

Em resumo o autor esclarece que o racionalismo teve como marca a negação dos aspectos da natureza e a construção do *ethos* moderno de civilização, cujos valores antropocêntricos foram potencializados a níveis até então nunca registrados na história da humanidade, dessa condição vem o subsidio de todas as formas de exploração da natureza, principalmente de matérias-primas (recursos naturais) para os processos industriais que nasciam.

O mesmo autor evidencia que em contraposição a esse ideário e aos conseqüentes problemas derivados do pragmatismo e do utilitarismo imposto pelo racionalismo, surgiram o romantismo e o naturalismo, cujas correntes filosóficas baseavam-se na idéia de que os aspectos e os condicionantes da natureza deveriam ser analisados sob um outro olhar, muito além da idéia única e exclusiva de recurso.

Desta forma o romantismo resgatava a singularidade do ser, valorizando as tradições culturais, as características nacionais, os sentimentos, a personalidade, a sensibilidade, a emoção e os valores subjetivos perdidos durante a implementação do racionalismo científico. Por isso, explica o autor, a natureza ganhou nova essência, prevalecendo, assim, uma visão otimista da relação do homem com a natureza.

> (...) o romantismo alimentava o anseio por uma experiência alternativa, muito além daquela proporcionada pelo ideal de modernidade, presente do *ethos* urbano. Colocava em discussão o caráter utilitarista da sociedade e

> sua capacidade predatória, buscando construir, a partir da negação da modernidade, um *ethos* ligado ao campo, pelo qual, a relação homem-natureza seria mais harmônica e, em última instância, a relação do homem com o homem, mais justa e eqüidistante. SILVA (2006, p.73).

Ainda, de acordo com o autor, diferente da visão romântica, o naturalismo pouco acreditava na subjetividade e, em alguns momentos, mantinha uma condição mais pessimista quanto á relação homem-natureza, contudo, seus defensores pregavam, a necessidade de um convívio harmônico do homem com a natureza, através da incorporação do mito de *arcádia*, cujo simbolismo continha tal princípio.

> Essa corrente, nascida na Inglaterra vitoriana, passou a afetar circunstancialmente, as pesquisas cientificas elaboradas nos séculos XVIII e XIX, sob um novo prisma: a natureza passou a ser estudada sob a ótica da possibilidade de sua finitude e erradicação. Incorporou-se, na abordagem científica, os ideais preservacionistas e conservacionistas, condição até então incompatível com a visão racionalista dominante. A visão naturalista passou a indicar e a demonstrar que as relações do homem com a natureza causavam situações e problemas não condizentes com o estabelecimento de um *equilíbrio harmônico*. A sociedade humana passou a ser vista como parte integrante de um todo muito maior, cujos limites extrapolavam a área *civilizada* circundante. O homem passou a ser visto como o agente responsável pelos desequilíbrios e cabia só a ele buscar caminhos para a mudança. SILVA (2006, p.74).

Para alcançar os ideais da corrente naturalista, seu fundamento baseava-se no isolamento da natureza afastando-a do homem, desta forma, de acordo com o autor, essas áreas serviriam de registro, podendo a sociedade admirá-las e reverenciá-las por meio da realização de atividades que não causassem modificações significativas.

Desde então a humanidade tenta preservar partes do meio ambiente intacto a algumas ações para se sentirem melhor diante de alguns registros alarmantes de poluição, além disso, cria-se toda uma política de compensação financeira voltada a constituições de Unidades de Conservação, o que garante níveis cada vez maiores de exploração ambiental no restante dos lugares.

Esses refúgios naturais, ou em outras palavras, as reservas ambientais (lugares conservados) se tornaram ao passar do tempo, constantemente procurados como objetos de contemplação. A natureza continua servil a humanidade e de agora em diante é espetacularizada pelo capital comercial, afinal, se tornou um grande negócio, fonte de lucro em variadas atividades sociais, e a atividade turística é só mais uma delas.

Comungando dessas afirmações, SILVA (2006, p.69), explica que a concepção de natureza presente na atividade turística, atualmente, decorre de uma construção social coletiva, impregnada de simbologismos e valores mercadológicos, os quais, segundo o autor, não estão estanques nem isolados de outros valores sociais, valores esses que decorrem de mudanças sócio-culturais ocorridas nos últimos 300 anos, no mínimo, e que alicerçaram “uma condição de suscetibilidade maior da sociedade para incluir a natureza em diversas esferas, entre as quais, a da política, da educação, da economia e do lazer (...)”.

O turismo se apropria da idéia de natureza reencantada para espetacularizar a atitude de contemplação e assim promove a construção do espaço de acordo com os interesses de consumo do mesmo.

A imagem e concepção que se têm dominantemente de natureza fazem dela um dos grandes atrativos turísticos na atualidade, de acordo com LUCHIARI (1999, p.36), essa característica dependeu de um processo de mitificação ao qual a nossa sociedade aderiu na busca de reconstituir um significado às ações no tempo presente, visto o quão “efêmero se tornou o deciframento do mundo contemporâneo”. “Por meio do mito cada povo expressa seu modo de ser e de representar o mundo que o cerca”.

Para Roland Barthes, citado por GIRARDET (1987), a noção de mito é confundida com a de mistificação: ilusão, fantasma ou camuflagem. O mito altera os dados da observação experimental e contradiz o raciocínio lógico. (RODRIGUES 2001, p.28).

LUCHIARI (1999) explica que vivemos no mundo do mito rápido, incorporado à mercadoria passageira, diz que, a cidade, a paisagem, a moda, a técnica, a cultura, são mitos do momento e são oferecidos no mercado para serem consumidos através do turismo. “Nesta falsa produção de mitos, o mercado produz e comercializa mercadorias cada vez mais imponderáveis, mas o objetivo primeiro e último, ainda é o lucro”. Continuando a autora nos esclarece:

> E aqui entra a importância da atividade turística contemporânea como representação do efêmero, do provisório, do artificial. O fenômeno turístico não é um mito, mas sim mitifica a realidade dando-lhe novos conteúdos. Força o traço dos lugares, das regiões, das paisagens criando atrativos para o fluxo da sociedade. O todo significante desta criação não está nos lugares, nas regiões ou nas paisagens. Estrutura-se na sociedade que, ao revalorizar as paisagens naturais, as culturas regionais, transforma-se em sua voraz consumidora, colocando em movimento a construção real e simbólica dos territórios turísticos. LUCHIARI (1999, p.36).

A atividade turística é o que proporciona ao acesso à natureza reencantada, que é nesse caso mais uma mercadoria ou recurso como diz BERTONCELLO (2004). A imagem que se tem de natureza se tornou atrativa ao mercado turístico porque ela já não faz mais parte do cotidiano das pessoas que a compram em pacotes pré-estabelecidos.

O que é vendido pelo turismo não é a aproximação das pessoas com os elementos da natureza, propriamente dito, mas sim todo um conjunto de sensações e mitos que acompanham a imagem criada e idealizada do que seja natureza. Reafirmando essa posição LUCHIARI (1999, p.39), ressalta:

> A outra expressão da atividade turística, em plena expansão com a mitificação dos lugares, é o turismo em áreas verdes, serras, planícies, vales, ou litorais... O atrativo central é a qualidade de vida que as áreas naturais preservadas podem propiciar. (...) ao revalorizarem a natureza para o lazer, para o turismo ou para implantarem as suas segundas residências, as elites sociais têm tomado para si o papel de *guardiãs da natureza*, ou das áreas de proteção ambiental.

Eis uma das grandes preocupações da Geografia quando se analisa a atividade turística: o fortalecimento da estetização no consumo de paisagens, de expressões culturais e legitimação das territorialidades sociais seletivas. Pois conforme LUCHIARI (2002, p.31), a territorialidade constituída – que seleciona lugares por classe social – mediatiza a relação entre os homens, e a destes com a natureza. Assim, podemos dizer que a apropriação da natureza, de certa forma, exterioriza a dominação entre os homens. A análise da territorialidade rompe com a dicotomia clássica entre o Homem e o Meio, pois, ao traçarem territorialidades, os homens conjugam as relações com a natureza e as próprias relações sociais de poder. Lembrando aqui do poder simbólico defendido por Pierre Bourdieu, 1998.

De acordo com a mesma autora, os processos de planejamento turístico, ao invés de evitar, acabam reforçando a mitificação dos lugares atrativos, assim o lugar não é visto, vivido ou compartilhado, dele são selecionados um conjunto de pontos atrativos que constróem uma narrativa artificial do lugar.

Isso acontece porque se realiza o planejamento[21] turístico com vistas para o mercado, desta forma o planejamento deixa de ser uma condição prioritária

[21] Maiores informações ver: SILVA, Charlei Aparecido da. **Analise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP.: [s.n.], 2006.

nos municípios onde ela se desenvolve, e não é utilizado como instrumento capaz de agregar políticas públicas, aspectos legais e os interesses da comunidade, bem como os do mercado turístico.

Além da mitificação dos lugares atrativos, muitas relações complexas envolvendo a apropriação turística do ideário de natureza tem sido também alvo de constantes preocupações e debates. Vejamos por exemplo, a utilização da mídia dos termos (carregados de ideologia mítica) “indústria limpa”, ou “industria verde”, “industria sem chaminés”, para referir-se ao dinamismo econômico do turismo em áreas onde o ambiente é resguardado em seus aspectos naturais.

Tais nomenclaturas objetivam construir a idéia de que a atividade turística reacende a economia de determinados lugares sem agredir, danificar ou poluir agressivamente o meio natural. Simplesmente mais um chavão para atrair turista. Esse pensamento é uma ilusão que mitifica a exploração de consumo da atividade turística.

Nesse sentido SILVA (2006, p. 78), contribui afirmando que a atividade industrial não pode servir de analogia para a turística, que esse mito não deve e não pode continuar se difundindo, seja em trabalhos acadêmicos, no mercado, ou nas políticas públicas. E ainda relata que termos como esses citados, bem como uma diversidade de outros, são apropriados pelo mercado turístico como instrumentos de *marketing*, e pelas políticas públicas na forma de discursos desenvolvimentistas, que por repetição e senso comum, têm criado uma imagem distorcida da capacidade do Turismo de causar impactos negativos em seu ciclo de desenvolvimento, impossibilitando a contestação e o avanço de uma crítica mais efetiva.

Segundo LUCHIARI (2002, p.35), as modalidades de turismo de natureza que, aparentemente, estão mais próximas de uma concepção de *turismo sustentável*, são limitadas pelas estratégias de mercado, pelas políticas públicas de turismo, que tomam a natureza como uma mercadoria valorizada pelas práticas sociais que, ao valorizarem as áreas naturais, tornando-as exclusivas das elites econômicas, instauram um processo contraditório de privatização de extensas áreas públicas.

A construção da idéia de natureza faz parte de um processo continuo e bastante antigo, não abordamos aqui o movimento como um todo, somente relatos de alguns aspectos hegemônicos que predominaram enquanto ideais em alguns períodos históricos.

Além de ser um processo continuo, as mudanças de ideologia se tornaram constantes desde a antiguidade, em determinados momentos a natureza é vista como algo negativo para o homem, prejudicial, em outros, a natureza é vista como algo positivo, capaz de trazer numeráveis benefícios á toda a humanidade, logo, é valorizada como tal. Essas mudanças na leitura do que é natureza são constantes, e acontecem num mesmo tempo histórico, por isso abordamos as idéias dominantes em cada período referido.

Um exemplo desses vai e vem constante da idéia de natureza é o fato de que hoje, alguns autores a conceituam como vingativa e maldosa, capaz de responder aos impactos ambientais destruindo a humanidade a partir de algumas catástrofes naturais como maremotos, terremotos, vulcanismo, tempestades, etc., certamente uma ideologia ingênua que convive ao mesmo tempo com a idéia de uma mãe natureza capaz de nos fornecer qualidade de vida, saúde, bem estar, conforto espiritual, satisfação emocional, etc.

A natureza comercializada através de paisagens pelo turismo é uma natureza artificializada, domesticada e construída especificamente para o consumo. É uma encenação daquilo que o turista deseja ver, com uma infra-estrutura, geralmente urbanizada, para amparar seu conforto e satisfação pessoal. “Essas novas formas construídas pela indústria turística roubam grandes parcelas do território, não se comunicam com a população local, instituem o isolamento das sociabilidades e evitam a possibilidade do encontro entre os turistas e o lugar”. LUCHIARI (2002, p. 37). O fazer turístico evidencia muitas conseqüências de transformação espacial, e de acordo com a mesma autora, “Se isso nos oferece um estímulo a uma mudança sociocultural, as necessidades de mercado não deveriam ditar todas as regras”.(2002, p. 39).

A preservação ambiental nesses lugares de paisagens naturais exuberantes é motivada pela rentabilidade financeira que as políticas públicas envolvem. O meio ambiente é visto com um olhar consumista, segundo LUCHIARI (2000, p.111) “Só os que puderem pagar terão acesso a esta natureza revalorizada, reorganizada, segura, tecnificada, mas romântica, (...)” e a cada dia mais urbanizada.

Através de estratégias comerciais, os ambientes do Parna de Ilha Grande (imagem em Anexo) estão sendo expostos nesse intuito de revalorização da natureza romântica e (re) encantada, com o propósito de sustentar a atividade

turística como uma alternativa de renda para os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que se delimitam com a Unidade.

Em decorrência da expressividade no mercado, a atividade turística se mostra como produtora de espaço, reorganizando a sua configuração territorial e imprimindo funcionalidades às estruturas pré-existentes e introduzindo novas. Independentemente de local, tempo, cultura, a atividade turística se apropria do espaço e produz seus territórios para a lógica do consumo.

## 2.3 A produção e o consumo Turístico

A Geografia entende o turismo advindo das relações sociais – históricas, e reconhece a força das relações econômicas diante de sua constituição. Apesar de ser recente o estudo da categoria pela ciência, as analogias que as envolvem são antigas, antes mesmo de seu reconhecimento enquanto ciência, afinal, como esclarece ASSIS (2001, p. 106) respaldam-se nas práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento de novos lugares, afim de catalogações sistemáticas de dados e informações sobre os continentes e países descobertos.

De acordo com NUNES, (2006, p. 187), a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela grande influência do materialismo histórico nos trabalhos geográficos, a autora, ressalta que tais trabalhos tinham como prioridade a discussão do econômico como elemento essencial na explicação e na análise dos fatos geográficos, havia, segundo ela: “(...) o excesso de economicismo apresentado nessas análises, desconsiderando critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e individuo”. Entre outras subjetividades que devem ser consideradas de extrema importância ao analisar a atividade turística, pois é a “especificidade” que garante a atratividade da mesma.

Ao supervalorizar as questões econômicas dentro da Geografia, outras perspectivas de análises foram esquecidas e atualmente elas reaparecem com o advento da chamada pós-modernidade[22], cuja característica principal é o retorno às especificidades.

[22] Não é nosso objetivo neste trabalho discutir a complexidade de tal termo, muito menos, levantar a polêmica conceitual que o envolve, porém cabe-nos relatar que trabalhamos com a perspectiva de que a pós-modernidade na Geografia deve ser tratada pelo rompimento de suas próprias fronteiras

Segundo OLIVEIRA (2000, p. 241), o século XX chega ao seu final marcado por grandes transformações mundiais: "(...) O mundo contemporâneo rompeu as distâncias, aproximando os povos; uniu e separou nações; fez emergir e fez sucumbir potências mundiais; disseminou guerras e colocou o planeta à beira de um holocausto nuclear; (...)".

É no final desse século também que se torna evidente a deflagração do capitalismo concorrencial e a hegemonia do capitalismo monopolista, segundo o mesmo autor, isso se dá a partir de três processos combinados contraditoriamente: "os movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacionalizada e as ações internacionais de governo"; juntos, estão na base da formação do mercado mundial, onde "o econômico" é prioridade inconteste nos diversos campos de relações. Nesse sentido BRAVERMAN (1974, p. 215), afirma:

> O modelo atomizado e concorrencial do capitalismo, no qual o proprietário individual do capital (ou grupo familiar, ou pequeno grupo de sócios) e a firma capitalista eram idênticos, e a produção em cada indústria era distribuída entre um número razoavelmente grande de firmas, já não é mais o modelo de capitalismo atualmente. Economistas e observadores sociais de vários credos estão em acordo geral quanto a que ele foi deslocado por uma estrutura consideravelmente diferente, embora possam discordar em seus arrazoados e análises da nova estrutura. Os marxistas empregaram diversos nomes para este novo estágio do capitalismo desde o seu aparecimento: *capitalismo financeiro, imperialismo, neocapitalismo, capitalismo recente*. Mas desde que se admitiu em geral que, como Lênin declarou em um dos estudos pioneiros do assunto, "a quintessência econômica do imperialismo é o capitalismo monopolista", foi esta última expressão a que se mostrou mais aceitável.

O autor nos relata também, que, concorda-se geralmente que o capital monopolista teve início nas últimas duas ou três décadas do século XIX, época em que a concentração e a centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a firmar-se. Isso significa dizer, que, entre outras coisas, o mundo está nas mãos dos grandes monopólios que se apropriam dos espaços seguindo a lógica do capitalismo que se transforma e se flexibiliza de acordo com a necessidade da própria sobrevivência, significa dizer também, que a geografia como as demais ciências sociais, toma o econômico como ponto de referência para as mais variadas discussões.

---

teórico – metodológicas, como incita Cássio E. V. Hissa, em sua obra: "A mobilidade das fronteiras, inserções da Geografia na crise da modernidade", que nos leva a refletir sobre a subjetividade do ser, sobre a limitação do conhecimento pelos métodos e pela lógica da objetividade, e principalmente sobre as indefinições que abrangem conceituar este termo.

A dimensão econômica é mais do que nunca central para a reprodução social e para a produção do espaço social geográfico, pois como HERNÁRDEZ (2003, p. 209), nos diz: *"queramos o no, la economía, la lucha por la vida, es un componente esencial de toda sociedad y, por ello mismo, un poderosísimo motor de cambio espacial"*. Contudo, não deve ser entendida como a base central para a explicação das variadas relações sociais.

> Para a Geografia, o econômico é imprescindível para entender à lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido a mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espaciais, cobrando análises pertinentes. NUNES, (2006 p.193).

A atividade turística, como um segmento das relações citadas, comercializa a paisagem, as experiências, as sensações, a aparência projetada para aquilo que o turista quer conhecer na área de atrativo.

> (...) a palavra turismo é particularmente polissêmica, evocando ao mesmo tempo uma atividade humana e social, hoje convertida em fundamental, e todo aparelho econômico – igualmente muito importante – que a rejunta. E quando se fala em turismo, nem sempre é fácil saber a qual realidade se faz alusão. Ele é uma atividade que se repousa na turbulência das populações; sua análise corre um permanente risco de confusão. KNAFOU, (1999 p.63).

Remy Knafou discute, em sua obra citada, as idéias prontas e equivocadas, referente à atividade turística. Aponta que cada realidade é única e que é de extremo perigo subestimar ou até mesmo superestimar o peso do turismo.

A Geografia se insere nesse estudo com o propósito maior de analisar as conseqüências da atividade turística no espaço em construção e/ou reconstrução, desmistificando idéias alusivas criadas para espetacularizar os lugares a serem consumidos.

O turismo é uma das novas estratégias do sistema, para garantir a reprodução do capital em alta escala. Essa atividade se apropria do território, criando nele atributos físicos e imagéticos, segundo interesses próprios do modelo econômico atual; ele produz o próprio espaço pleiteando seu consumo.

> Tradicionalmente, el turismo he sido conceptualizado como un desplazamiento territorial con fines de ocio, motivado por la existencia en el lugar de destino de condiciones aptas y deseadas para la realización de estas actividades de ocio. Estas condiciones suelen definirse como "atractivos turisticos", también vistos como recurso. BERTONCELLO (2004 p.03).

Atualmente há uma grande variedade de atrativos criados pela atividade turística, isso porque, o que atraí, é de imediato muito específico e individual (forte característica da modernidade), os desejos só se tornam coletivos quando são trabalhados ideologicamente. *"Atractivos naturales, históricos o culturales, son grandes categorias de uso habitual para referirse a los atractivos turísticos".* (BERTONCELLO, 2004 p.03). Diante desta característica o mesmo autor aponta:

> (...) plante la posibilidad de que en el lugar de destino turistico lo que se muestre al turista sea una mera "escenificación" montada en función de sus espectativas (marketing y negocios mediante), para ser convenientemente consumida. Esta postura, que pone en cuestionamento toda la discusión sobre la autenticidad del hecho turístico, si bien no debería ser asumida sin reparos (como lo muestran las críticas que ha recibido, por ejemplo de MacCannell, 2001) advierte sobre una cuestión que resulta aquí central: la necesidad de observar porqué y cómo ciertos atributos de algunos lugares se convierten, en contextos sociales y temporales específicos, en atractivos turísticos. BERTONCELLO (2004 p.04).

Essa questão representa uma das grandes preocupações incumbidas ao modelo turístico atual e nos leva a refletir sobre a hegemonia econômica discutida anteriormente, pois o turismo é uma atividade econômica crescente e está alicerçada em estratégias de mercado, induzida pelas políticas públicas e ainda legitimada pelas práticas sociais. Reafirmando esse contexto LUCHIARI (2002, p.111) nos diz:

> Lembrar que o turismo é uma atividade econômica que tem ganhado extrema importância na reorganização das territorialidades locais não é novidade. Refletir como o ócio, o lazer, o tempo livre e o turismo tem sido historicamente incorporados à esfera econômica e às mudanças no território, é um pouco mais complexo.

A respeito do ócio Lafargue o trabalha em: "O direito a preguiça[23]". Ao construir uma crítica á exploração da mão-de-obra trabalhista, abordando fatores históricos que relatam a vida fabril do século XIX, o autor relata sobre as inovações tecnológicas, que a seu ver, deveriam reduzir o trabalho humano, podendo este aproveitar o tempo livre que as máquinas ofereciam para o gozo e o deleite do ócio

[23] A preguiça é considerada por Lafargue um exercício benéfico para o organismo humano, ao ócio, é incumbido o prazer, a criatividade, a produção artística e literária. As concepções de preguiça e ócio eram trabalhadas pelo autor como sinônimos do atual trabalho intelectual.

e do lazer, contudo, diante dessa situação houve uma forte resistência entre as pessoas, que se comportavam “como se quisessem rivalizar com a máquina”.

Desta forma o ócio torna-se um contraponto ao lazer, mesmo que ambos provenham do tempo livre (fator em comum citado pelo autor entre as duas atividades).

Ao analisar a obra de Lafargue, Marilena Chaui esclarece:

> Além de controlar o corpo e a mente dos trabalhadores por meio da “gerência científica” ou da chamada “organização científica do trabalho”, a sociedade administrativa também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso, ou o chamado “tempo livre”. A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista e são elas que consomem todo o tempo que Lafargue esperara que fosse dedicado às virtudes da preguiça. CHAUI (1999 p.48).

O tempo livre tornou-se alvo fácil do sistema capitalista que se aproveitando dessa condição manipula ações de consumo, como é o caso do turismo.

> A burguesia, porém, soube perfeitamente como transformar em ganho para si o que lhe aparecera inicialmente como uma perda, inventando o consumo de massa de produtos de baixa qualidade e descartáveis, inventando necessidades fictícias de consumo por meio da indústria da moda, controlando o tempo livre dos trabalhadores com a indústria cultural, a do esporte e a do turismo. Ela nada perdeu e muito ganhou, pois tornou invisível a dominação de classe e a exploração. CHAUI (1999 p.49).

Nessa mesma linha de pensamento Luchiari complementa:

> A ideologia do trabalho na economia capitalista incorporou ao tempo livre a técnica, a especialização e a normatização das práticas sociais. Ao mesmo tempo, nas territorialidades do tempo livre, um conteúdo ideológico capaz de vender paisagens idealizadas pela mídia, pela moda, pelas possibilidades técnicas de fazer um europeu se sentir um Tarzan dentro de um *lodge* na floresta amazônica, vem imprimindo, ao território, enclaves monofuncionais e socialmente seletivos. LUCHIARI, (2002 p.112).

Segundo a mesma autora, o que poderia ter reconduzido o homem ao ócio criativo é, hoje, um grande negócio que, efetivamente, reorganiza os territórios. O resultado dessa ação é o fortalecimento da estetização no consumo de paisagens, de expressões culturais e legitimação das territorialidades sociais seletivas.

O turismo se tornou uma essencial estratégia do desenvolvimento capitalista; as atividades e localidades atrativas obedecem às regras do mercado

comercial, em função disso, os espaços são construídos e as territorialidades são impostas.

O território, de acordo com GARCIA (2008 p. 01), está relacionado com as raízes, a formação, o povoamento, nas palavras da autora: “O homem, em coletividade, se instala em determinada área e nela produz e reproduz suas condições de sobrevivência”. Desta forma a articulação entre os atores movidos por interesses comuns em torno de uma mesma atividade, organiza e fortalece o território, conseqüentemente formas são inseridas para dar maior especialização.

> Um dos elementos integrantes do território é evidenciado por estas formas em maior ou menor grau, com interferência do trabalho estão dispersas e representam o esforço do homem e a heterogeneidade sócio-espacial. A outra parte, não menos importante, se refere à diversificação cultural contextualizada nesta realidade sócio-espacial que se torna notória pela informação transmitida através de símbolos, comportamentos, entre outros inerentes à cultura. GARCIA (2008 p.02).

A autora demonstra que em alguns casos a delimitação não é anunciada, mas acena nos comportamentos e atitudes, como afirma RAFFESTIN (1993, p. 165), “(...) o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada”. Assim as fronteiras político-administrativas, por si só, não discernem os territórios, e sua sobreposição é inerente à mobilidade, comunicação e relações estabelecidas na sociedade moderna.

Multifacetado, o território para HAESBAERT (2006 p. 40) é compreendido sobre os seguintes aspectos:

> - política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.
> - cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
> - econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Conforme explica GARCIA (2008 p. 02), a partir das relações humanas são expressas suas proximidades, seus costumes, suas habilidades, ou seja, a

cultura de um povo. O território é uma extensão das relações humanas, é onde se encontram suas raízes, sua história, seus ancestrais. Primeiramente, como valor de uso, o território é um forte elo de identidade; e posteriormente, como valor de troca, demonstra a apropriação.

Segundo a autora, a intensificação do uso do espaço por qualquer atividade, por qualquer forma de expressão, numa área relativamente definida, concebe o território. O uso efetivo por indivíduos e a maneira intrínseca da prática de apropriação e relacionamentos particulares estabelecidos delineiam a territorialidade.

Desta forma, as relações sociais, as formas, os novos significados adquiridos por essa área concebe uma territorialidade pelo grupo que vai ocupar, usufruir, dinamizar e dar singularidade ao espaço, ou ainda configurá-lo.Quanto à configuração espacial, SANTOS (1988 p.111), á define a partir da formação de dois conjuntos distintos:

> O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: *a)* a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos “sistemas de engenharia”; *b)* a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento.

De acordo com GARCIA (2005 p.02), as ações humanas são registradas no espaço, não são passíveis de mensuração e representam um processo linear histórico concretizado em aspectos físicos, condicionados e condicionantes das atuais e futuras ações. E ainda afirma que o turismo atua como um consumidor ao apoderar-se do espaço para comercialização de seus atributos físicos, sejam naturais ou históricos.

Como o turismo é permitido por Lei em áreas restritas de algumas categorias de Unidades de Conservação, representantes públicos vêem ai uma oportunidade única de geração de renda para tais locais.

A idéia de que o turismo é uma fonte de recurso econômico indispensável para garantir a preservação do Parque Nacional de Ilha Grande e das pessoas que residem ao seu entorno é predominante dentro do órgão público responsável pelo mesmo.

Desta forma seria indispensável que a população local tivesse a prioridade em explorar turisticamente os locais, contudo percebe-se pelas pesquisas

de campo, que a falta de recursos financeiros, a falta de cooperativismo e de espírito empreendedor, torna a ação inviável aos mesmos.

O caso do Parna de Ilha Grande chama a atenção para o fato de que várias áreas particulares, cujos proprietários são em sua maioria agricultores e pescadores, se tornam públicas com a criação de uma Unidade de Conservação, para futuramente voltarem ao estágio de privatizadas com a implantação de atividades turísticas – responsáveis como já vimos, pela territorialização seletiva dos lugares.

> (...) é uma grande ironia constatar que enquanto as populações tradicionais vão sendo expulsas de suas territorialidades originais, ou simplesmente perdendo a possibilidade de manutenção de suas atividades de subsistência, devido a uma legislação ambiental restritiva ao seu uso econômico, ou devido à valorização dessas áreas para a produção ou para a sociedade de consumo do lazer e do turismo, é criada, na preocupação com a sustentabilidade ambiental global, mais uma forma excludente de tratar as comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo em que extensas áreas do território nacional foram sendo tomadas dessas populações para se transformarem em Unidades de Conservação e ser excluídas da dinâmica de mercado, elas foram reincorporadas ao mercado por meio da apropriação e da valorização dos empreendimentos turísticos. LUCHIARI (2002 p.118).

A legislação ambiental não permite, como já vimos, o domicílio populacional nessas áreas de Proteção Integral, contudo permite a visitação pública para fins recreativos, que se transforma em fonte de renda aos investidores que ali constróem toda uma infra-estrutura para receber e acomodar as pessoas que poderão pagar pelos serviços prestados a elas.

De acordo com HARVEY, 2005, embora a singularidade e a particularidade sejam cruciais para a definição de ”qualidades especiais” (fonte maior do atrativo turístico), o requisito relativo à negociabilidade significa que item algum pode ser tão único ou tão especial que não possa ser calculado monetariamente.

O Parque Nacional de Ilha Grande está sendo, negociado diretamente, via compensação de reserva legal, as negociações realizadas em 2007 e 2008 oscilaram entre valores de R$1.000,00 a R$5.000,00 reais o alqueire. No futuro, se implementado for o turismo, as mesmas áreas serão negociadas indiretamente, pelo consumo das paisagens, pelas experiências a serem vivenciadas, pela prestação de serviços; segundo HARVEY (2005 p.222), este é um caso indireto de renda monopolista, isto porque, não se comercializa a terra, como a princípio, ou o recurso natural em si e/ou o local de qualidade singular, mas sim a mercadoria ou o serviço

produzido por meio do seu uso. Referente ao fato, o autor ressalta: “Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares (...)” p.224.

> (...) cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. SANTOS, (1997, p.252).

Dentro dessa perspectiva analisam-se as mudanças mais atuais do capitalismo monopolista, mudanças essas que se reflete em todos os lugares do mundo, pois de acordo com M.A. de Souza (1995 p.65), *In* SANTOS, 1997, p.252, “todos os lugares são virtualmente mundiais”, pois o mundo hoje esta acelerado, o espaço se globaliza, porque as pessoas e os lugares se globalizam. A globalização é uma realidade atual e traz consigo contradições sociais culminantes a esse processo.

Por meio da atividade turística os órgãos públicos (discutiremos mais a fundo no próximo capítulo) da região acreditam que poderão dinamizar financeiramente as áreas protegidas “integralmente” do PNIG, contudo nos esclarece HARVEY (2005 p.224):

> (...) os processos de mercado dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra. O poder monopolista da propriedade privada é, portanto, tanto o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista.

A maior fonte atrativa que poderá efetivar a atividade turística no Parque estudado, está relacionada com as condições ambientais da área, como se pode notar no desenvolvimento deste trabalho os elementos naturais se destacam no transcorrer das informações e a natureza é percebida como um recurso indispensável para esse fim.

No turismo, o principal estímulo para o turista é o atrativo. Os pontos estratégicos para aproximação do turista são fundamentais para que o consumo exista. Desta forma, ocorre uma concentração de equipamentos em uma determinada área a fim de comercializar bens e serviços delineando a formação de territórios pela atividade. O mesmo pode-se dizer quanto ao fomento às atividades de lazer para a população local.

# 3 AS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO TURISTICO NO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE

As propostas turísticas para o Parque Nacional de Ilha Grande, não deveriam passar, de projetos a serem elaborados e concretizados a partir de investimentos públicos e principalmente privados. Afinal o Plano de Manejo, onde se definem quais os ambientes que poderão ser explorados com a atividade só foi divulgado ha pouco menos de 01 ano.

De acordo com o Encarte III, p. 164, do Plano de Manejo desta Unidade, apesar da inexistência de autorização por parte da Chefia, existem algumas agências de turismo que realizam passeios no interior do Parque, dentre elas estão: Martin Travel, cujos passeios de caiaque são divulgados no *site*: www.martintravel.com.br, de uma agência de turismo de Foz do Iguaçu, com dois roteiros compostos por navegação entre o Porto Figueira até a praia de Paracaí (37Km), e da praia de Paracaí até o Porto Yara (32Km), com observação de flora e fauna e paradas para descanso em pequenas praias e lagoas, no último roteiro há também uma caminhada de 5Km pelo caminho Jatobá no interior da Ilha Grande. Entur Destino, de propriedade do Sr. Edson Camargo, que opera um barco para 30 pessoas, sendo o destino principal, a lagoa Saraiva, de grande beleza cênica, possui 12Km de extensão e é navegável em todo o trecho. Há outras embarcações menores com motores de popa, do tipo “voadeira”. Ivan Giasson, opera um barco lento, com capacidade para 70 pessoas; realiza um roteiro no interior do Parque, que abrange a Ilha São Francisco, Ilha das Gaivotas e lagoa Saraiva, adentrando a esta.

Todas essas atividades são realizadas a partir da porção paranaense do Parque e a preocupação maior do Instituto é que não existe um acompanhamento ou monitoramento do impacto que a visitação vem provocando.

Ainda de acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p. 172, hotéis e algumas agências de turismo, concentradas em Guaíra-PR, possuem alojamentos construídos em ilhas do Parque para abrigar grupos de pescadores amadores que procuram a região para a prática da pesca desportiva. “Alguns desses alojamentos tem capacidade para até 40 pessoas e sua manutenção é feita por moradores locais, que prestam serviços de zeladores”.

Segundo o relatório de Uso Público citado pelo Plano de Manejo, Encarte III, p. 172, há, variados festivais de pesca que são realizados em quase todos os municípios lindeiros ao Parque, que levam, geralmente o nome do peixe a ser pescado. São eventos sem datas fixas para ocorrerem, variando dentro das épocas mais propícias para a pesca da espécie determinada, conforme o calendário regional de eventos e as condições favoráveis de clima.

Conforme o Plano de Manejo, Encarte III, p. 170, a pesca desportiva tem recebido incentivos dos municípios com a organização desses grandes festivais de pesca, visando o turismo na região. Em 2006, por exemplo, a partir de dados obtidos do *site* da Prefeitura Municipal de Itaquiraí-MS, na 6ª edição da Itaquipesca foi estimado um público de 10 mil pessoas, que participaram nos três dias de festa.

A Chefe do Parque, afirma que já existe um planejamento de atividades para o Uso Público do mesmo, e que esse documento - Plano de Uso Público - se encontra em processo de revisão, já que a empresa entregou há uns 3 a 4 anos, devendo assim ser adequado á atualidade, Leonhardt, 2008, continua dizendo: “aliado a essa revisão temos que fazer um plano de capacidade e suporte, um outro de viabilidade econômica e então apresentá-los aos municípios, depois de aprovado pelo IBAMA, e só depois ser aplicado juntamente com os municípios, e eventualmente serão feitas concessões” á empresas ou pessoas físicas que se interessarem pela exploração turística dos locais.

O referido documento, construído pela mesma empresa que fez o Plano de Manejo (equipe multidisciplinar), possui sugestões de atividades diversas, para dentro e para fora do Parque (por municípios) e só poderá vir a público depois de revisado, pois como explica Leonhardt, 2008, há ali algumas alternativas que não são viáveis e nem serão no futuro próximo, ou mesmo longínquo, o exemplo usado por ela para contextualizar, são de algumas alternativas de passeio noturno, que se tornam inviáveis pela impossibilidade de operacionalização, visto a necessidade extrema de segurança.

A figura a seguir, mostra-nos a partir de um mapa como serão organizados espacialmente, os diferentes usos pretendidos para o Parque, a partir de zonas, a fim de facilitar a implementação de ações de manejo e melhor cumprir os objetivos de conservação.

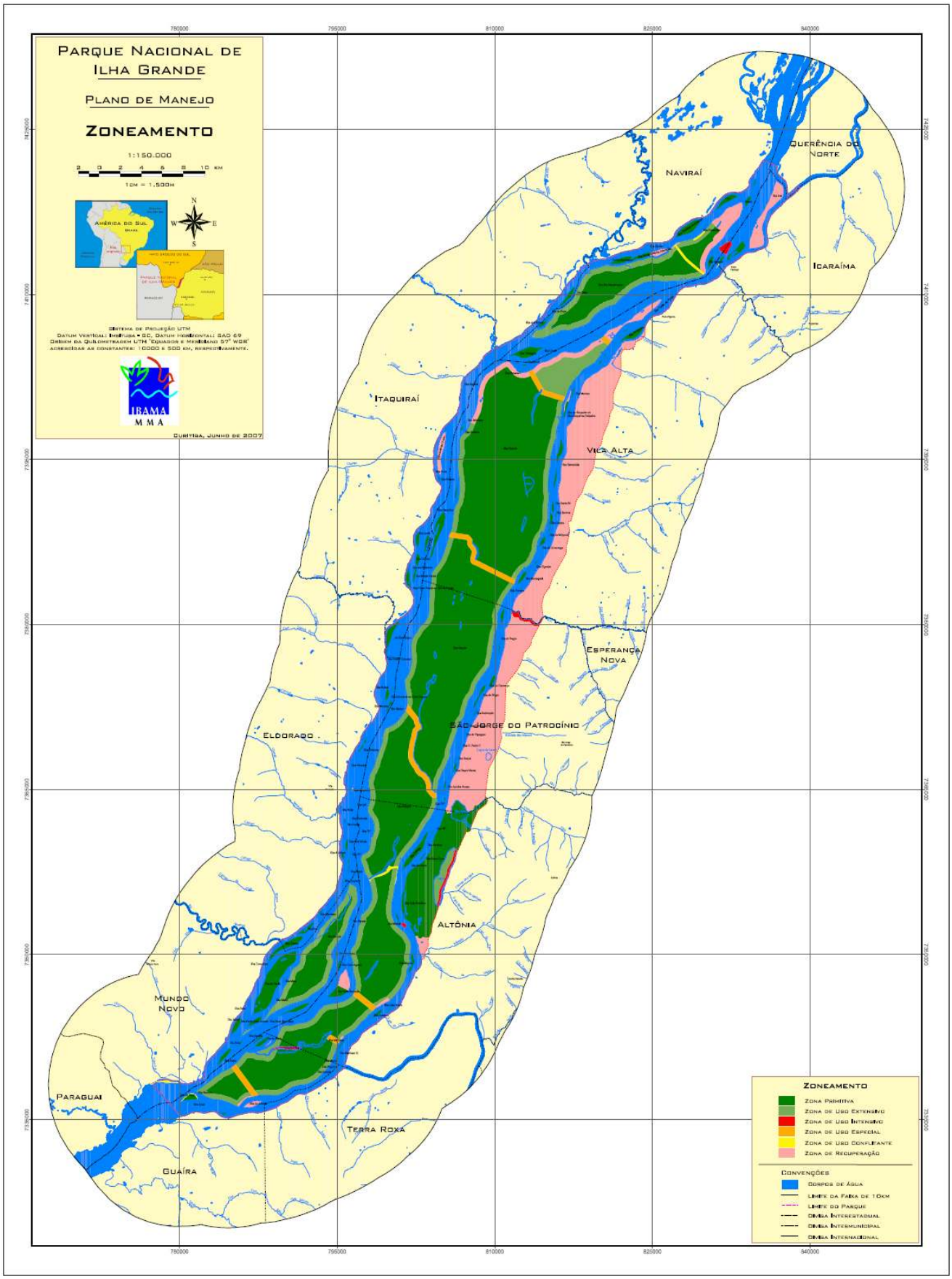



Figura 5 – Mapa de Zoneamento do PNIG.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR.

Cada zona estabelecida e identificada no mapa corresponde a determinados cuidados e a determinados objetivos traçados de maneira específica. No Parque Nacional de Ilha Grande, foram estabelecidas 06 zonas de diferentes proporções, com limites, conceitos e normas variadas. A saber:

Tabela 1 – Zonas de Manejo e suas extensões relativas á área total do Parque Nacional de Ilha Grande.

| **Zona** | **Área Relativa (%)** |
|---|---:|
| Zona Primitiva | 62,23 |
| Zona de Recuperação | 18,09 |
| Zona de Uso Conflitante | 0,37 |
| Zona de Uso Especial | 2,07 |
| Zona de Uso Extensivo | 16,72 |
| Zona de Uso Intensivo | 0,51 |
| **TOTAL** | **100,00** |

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 12, Plano de Manejo do Parque.

De maneira sucinta a zona primitiva é composta de áreas naturais com mínima intervenção antrópica, onde os ecossistemas mantêm suas características primitivas. Segundo o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 16, são áreas onde prevalecem elementos da biota ou da paisagem relevantes para a conservação e para a ciência. Sendo o maior objetivo, preservar integralmente os ecossistemas para garantir sua evolução natural.

A zona primitiva estende-se por 46.832,82ha, o que corresponde á cerca de 62,23% do Parque, foi constatada a existência de quatro dos seis sítios arqueológicos descobertos até o presente. Está dividida em cento e oitenta e sei áreas.

As duas maiores áreas, 12.110 ha e 9.986 ha correspondem, respectivamente à zona primitiva Lagoa Azul e à zona primitiva Lagoa dos Padres, ambas localizadas no interior da ilha Grande. Seguem, em tamanho, as zonas primitivas Lagoa Jatobá (4.639 ha), Lagoa Saraiva (3.791 ha), Lagoa Xambrê (3.271 ha), Ilha Bandeirantes Sul (2.398 ha), Ilha Peruzzi (1.398 ha) e Ilha Pavão (831 ha). As demais zonas primitivas se distribuem entre as ilhas menores do arquipélago.

Nessas áreas são proibidos qualquer tipo de exploração e construção de infra-estrutura, apenas as atividades de pesquisa científica e monitoramento serão admitidas, desde que não alterem os ecossistemas naturais.

A zona de recuperação contém as áreas muito alteradas ou completamente descaracterizadas de sua cobertura vegetal original por atividades humanas. De acordo com o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 19, são zonas de caráter transitório, pois na medida em que sejam restabelecidas as condições naturais do ambiente, serão incorporadas a outras zonas, de acordo com sua vocação e com as revisões futuras do planejamento.

A zona de recuperação comporta 49,16% de áreas antropizadas e 46,50% de formações pioneiras com influencia Flúvio-Lacustre pressionadas por canais de drenagem, presença de gado bovino, espécies exóticas de capins e fogo, entre outros problemas. Essa zona contém uma área aproximada de 10.588,16 ha e de acordo com a Chefe do Parque uma pequena parte dela está em processo de estudo para efetivar o Uso Público.

Conforme o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 21, a zona de uso conflitante distingue-se das demais pelos tipos de uso estabelecidos antes da criação do Parque, que são contrários aos seus objetivos de manejo, mas que devem ser ajustados á curto, médio e longo prazos. Há seis áreas de uso conflitante no Parque e cinco locais são utilizados como vias de tráfego terrestre e aquático, cujos usos deverão ser regulamentados e receber ações especificas de manejo. Assim não será impedido o uso desses locais, mas eles serão normatizados, organizados e fiscalizados.

Cerca de 65% da zona de uso conflitante são compostos por formações pioneiras com influência Flúvio-Lacustre (183ha) e 28% (78,4ha) por áreas antropizadas (rodovias, estradas, áreas degradadas, construções, pastagens, plantios e demais usos antrópicos), as estradas dentro das ilhas servem á pescadores, turistas e moradores da região como atalho entre os canais leste e oeste do rio Paraná.

Tabela 2 – Zonas de Uso Conflitante do PNIG, suas áreas absolutas e relativas.

| **Zona de Uso Conflitante:** | **Área (há):** | **Área Relativa (%):** |
|---|---:|---:|
| Lagoa Jatobá | 85,58 | 37,57 |
| Rodovia (BR-487 á PR-82) complexo de pontes Luís Eduardo Magalhães | 79,37 | 34,84 |

| | | |
|---|---|---|
| Ilha do Bugio | 53,68 | 19,07 |
| Ilha Bandeirantes | 30,93 | 13,58 |
| Ilha Pacu | 22,58 | 9,91 |
| Ilhas Gêmeas | 9,34 | 4,10 |
| **Total** | **281,48** | **100,00** |

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 23, Plano de Manejo do Parque.

O Plano de Manejo, Encarte IV, p. 24, explica que é na zona de uso especial que deve estar contida a infra-estrutura destinada á administração, manutenção e serviços de Unidades de Conservação federais. No PNIG. seu setor administrativo foi implantado na sede do município de Guaíra-PR, por essa razão, as zonas de uso especial englobam somente aceiros existentes ou reservam locais para sua implantação, quando necessários ao manejo do Parque, a fim de protegê-lo contra incêndios.

A zona de uso extensivo é uma zona de transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo, ela é composta de pequenas áreas dispersas com um intenso grau de alteração antrópica ao longo das margens das ilhas maiores, mas que não justificam a criação de uma zona de recuperação pelo seu tamanho e concentração.

Conforme o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 27, o principal objetivo nessa zona, é manter os ambientes naturais com mínimo impacto humano e possibilitar o acesso do público para fins educacionais e de lazer, com implantação mínima de infra-estruturas e equipamentos turísticos. Desta forma, “propiciar atividades de educação, contemplação e interpretação da natureza de baixa intensidade e baixo impacto”.

Ainda de acordo com o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 27, na zona de uso extensivo será permitida a visitação de baixo impacto, após a efetivação do Plano de Uso Público, o acesso de visitantes será condicionado ao acompanhamento de guias especializados em turismo e conhecedores dos ecossistemas do Parque e de normas de segurança. As espécies domésticas da fauna e da flora ocorrentes nesta zona deverão ser erradicadas.

São dezoito as zonas de uso extensivo, que predominantemente situam-se ao longo das margens das ilhas Grande, Bandeirantes e Peruzzi, cada uma delas nomeadas com topônimos ou locais específicos, descritas na tabela a seguir:

Tabela 3 – Zonas de Uso Extensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas.

| **Zonas de Uso Extensivo:** | **Área (há):** | **Área Relativa (%):** |
|---|---|---|
| Ilha Bandeirantes Sul | 1.701,387 | 13,52 |
| Ilha Peruzzi | 1.492,037 | 11,86 |
| Porto Figueira | 1.277,487 | 10,15 |
| Paracaí | 1.044,611 | 8,30 |
| Lagoa Azul | 876,273 | 6,96 |
| Porto Morumbi | 860,555 | 6,84 |
| Pirajuí | 827,917 | 6,58 |
| Porto Byington Leste | 680,343 | 5,41 |
| Lagoa Saraiva Norte | 549,656 | 4,37 |
| Porto Byington Oeste | 546,714 | 4,34 |
| Porto Santo Antonio | 524,619 | 4,17 |
| Piquiri Sul | 481,702 | 3,83 |
| Lagoa Ilha Grande Sul | 420,666 | 3,34 |
| São João | 370,624 | 2,95 |
| Lagoa Xambrê | 338,716 | 2,69 |
| Lagoa Saraiva Sul | 225,376 | 1,79 |
| Piquiri Norte | 198,057 | 1,57 |
| Ilha Bandeirantes Norte | 167,47 | 1,33 |
| **Total** | **12.584,21** | **100,00** |

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 28, Plano de Manejo do Parque.

A zona de uso intensivo constitui-se de áreas mantidas o mais próximo possível de suas condições originais, onde se concentram as atividades públicas atribuídas à Unidade de Conservação e na qual pode ser implantada infra-estrutura necessária à visitação.

Segundo o Plano de Manejo, Encarte IV, p. 31, essas áreas tem o objetivo de facilitar a entrada e a permanência de visitantes no Parque Nacional de Ilha Grande, para a prática de atividades de recreação e educação ambiental, com mínimo impacto. Além disso, objetiva-se abrigar nessas áreas a “maior parte da infra-estrutura de apoio ao turista tais como centro de apoio ao visitante, áreas de recreação e descanso, sanitários, lixeiras, eventuais pontos de comércio (lanchonete e loja de *souvenirs*)”. Para tanto é estabelecido no documento uma série de normas:

> Os serviços de atendimento ao público deverão ser executados por meio de contratos de concessão ou de parceria com as prefeituras dos municípios onde o Parque está inserido. Os condutores de visitantes deverão ser capacitados por empresas especializadas para o exercício de sua função e cadastrados junto à administração do Parque. Todo visitante deverá passar pelo centro de visitantes, a fim de cadastrar-se e receber as orientações necessárias para a prática da atividade no Parque. As áreas destinadas à permanência de visitantes deverão ser devidamente sinalizadas (com instalação de elementos educativos, interpretativos e indicativos). Sempre que possível deverão ser eliminadas as espécies exóticas dessas áreas. Não é permitido banho na Lagoa Saraiva. Encarte VI, p. 31, Plano de Manejo.

A zona de uso intensivo estende-se predominantemente sobre água (71%), uma vez que das seis áreas, a maior delas, com 110,58ha, está inteiramente dentro da Lagoa Xambrê e a terceira em tamanho, com 78,11ha, está integralmente situada na Lagoa Saraiva.

Tabela 4 – Zonas de Uso Intensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas.

| **Zona de Uso Intensivo:** | **Área (há):** | **Área Relativa (%):** |
|---|---:|---:|
| Lagoa Xambrê | 110,58 | 28,86 |
| Paracaí | 106,93 | 27,91 |
| Lagoa Saraiva | 78,11 | 20,39 |
| Praia do Meião | 73,55 | 19,20 |
| Masuki | 11,49 | 3,00 |
| Praia das Gaivotas | 2,48 | 0,65 |
| **Total** | **383,14** | **100,00** |

Fonte: Adaptado de Encarte IV, p. 23, Plano de Manejo do Parque.

Já está definido no Plano de Manejo, Encarte IV, p. 33, o horário de visitação ao Parque, que deverá ser das 8h00min às 18h00min de terça a domingo, mantendo as segundas-feiras restritas aos serviços administrativos.

Ainda em conformidade com o referido documento, a implantação de qualquer infra-estrutura no Parque deverá limitar-se às necessidades de manejo, devendo-se empregar tecnologias de baixo impacto ambiental e formas harmoniosas com a paisagem, para a sua construção.

Mesmo não sendo efetivada a atividade turística dentro do Parque, de maneira legal, as territorialidades turísticas em seu interior e ao seu redor já estavam sendo impostas há tempos através das convergências entre os diferentes atores sociais que ali se estabeleceram, afinal, comungam de um mesmo espaço e dividem

as responsabilidades na construção do mesmo, basicamente, dois grupos sociais; os ilhéus ou ribeirinhos que não deixaram de exercer suas atividades cotidianas dentro e fora do Parque, como a pesca, a agricultura, a pecuária; e os veranistas que usufruem das áreas a partir do exercício ao lazer, além disso, em alguns casos a população local presta serviços diretos aos veranistas, o que promove o confronto entre as realidades divergentes.

De acordo com TURRA NETO (2000), o comportamento, os hábitos, as roupas semelhantes impõem a presença de determinado grupo ou determinadas práticas sociais em uma determinada área, e em sua concepção isso é compreendido como territorialidade.

Assim, a atividade turística dos quatro municípios do Mato Grosso do Sul que fazem divisa territorial com o Parque é apoiada pelas Residências Secundárias, que efetivam a territorialidade dentro e no entorno do Parque e dinamizam o espaço quando constituem um novo território.

Uma vez que as Residências Secundárias foram instaladas com o auxilio do ilhéu ou ribeirinho, as territorialidades turísticas já foram impostas por esses “visitantes” cujo modo de vida e interesse pessoal em relação ao ambiente se confronta com a realidade vivenciada pelo habitante local.

O espaço geográfico é dinamizado pelas relações interpessoais que constituem “barreiras” e “limites” de confrontação entre realidades e seres distintos.

SPOSITO (2008), afirma que de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território. Nessa perspectiva vale destacar o que HAESBAERT (2006, p. 56) ensina sobre território:

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. O território dessa forma é uma produção a partir do espaço e qualquer projeto que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

De acordo com MILANI & ARANHA SILVA (2007), o homem ocupa o espaço por meio das ações e objetos e a partir dele configura e se apropria do território; logo, o território é decorrente das ações humanas e a articulação entre os

atores movidos por interesses comuns em torno de uma mesma atividade organiza e fortalece o território.

Cada município investigado sobre a ótica do campo de relações com o Parque Nacional de Ilha Grande, apresenta uma realidade que se manifesta nas intenções de promover o turismo utilizando-se das “belezas cênicas” e dos recursos naturais ali existentes, isso proporcionaria uma nova funcionalidade ao espaço em questão e (re)qualificaria o território. O que significa dizer que um novo território se consolidaria, pautado em relações de novos interesses e de outras dinâmicas sócio-espaciais.

Nesse contexto, o turismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento, podendo ou não, contribuir para a dinamização econômica e social de cada município, além de possibilitar a valorização e preservação dos recursos naturais existentes no Parque Nacional de Ilha Grande e em seu entorno.

A Chefe do Parque expõe de maneira pessoal, que independente da existência do mesmo a atividade turística é bem vinda para qualquer região, contudo, lembra: “deve ser muito bem pensada e planejada”. Leonhardt, 2008, continua sua explanação sobre o turismo dizendo que o trabalho do Parque é de estimular sim a atividade, pois se entende que ele tem que ser uma fonte de desenvolvimento regional, sendo uma das atrações. Nas palavras da entrevistada: “(...) o nosso plano prevê exatamente a integração entre atrações no Parque e fora dele, isso é um plano de desenvolvimento regional. Vai dar certo? Não sei! Vai depender de muito trabalho, não só da equipe do Parque, mas também dos municípios e do apoio das comunidades”.

Leonhardt, 2008, explica que deve haver um entendimento da comunidade que tem de reconhecer que não poderá mais passar os finais de semana em suas casas no Parque, “pois isso não é uso público”, afirma. Por isso destaca: “(...) nós prevemos algumas ações de convencimento, onde envolve educação, palestras, cursos, enfim, tudo isso está inserido num grande plano de estratégia de aplicação, e é claro que isso não vai acontecer de hoje para amanhã, pois estamos começando a trabalhar com o uso público”.

Cada município do Estado do Mato Grosso do Sul que se delimita com o Parque Nacional de Ilha Grande possui uma realidade e por isso faz-se necessário apresentar as propostas turísticas planejadas pelo poder público de cada um de forma separada.

## 3.1 O município de Naviraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno.

O município de Naviraí possui aproximadamente 41.091 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.751 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

De acordo com o *site* da Prefeitura, a região Cone Sul que ampara Naviraí é formada por municípios de origem agropecuária, contudo Naviraí exerce também a função de pólo comercial e industrial.

Segundo o mesmo *site*, a rede hoteleira da região é modesta e tem sua estrutura destinada a atender viajantes (vendedores) e homens de negócios. Os serviços de hotelaria e restaurantes são de modo geral administrados por familiares.

De acordo com a turismóloga[24] do município, apesar de possuir cerca de 300 leitos, as acomodações existentes não suportam os turistas quando há algum evento; em suas palavras:

> (...) há pessoas que vão até Itaquiraí para se hospedar nos hotéis, somos deficientes nisso e também o nosso aeroporto é só a pista, não faz embarque e desembarque, é só pra aviões de médio porte, na questão de bancos e hospitais está melhor do que com relação aos hotéis, e a rede de alimentos e bebidas, restaurantes, está ali na média, em geral acho que a estrutura é regular, não conseguimos acomodar todos quando há eventos e precisamos melhorar os restaurantes, só temos 02 de boa qualidade.

Naviraí possui 05 Unidades de Conservação dentro do município, dentre elas, uma parte do Parque Nacional de Ilha Grande com 6.585,6880 ha. correspondente á seu território, o Parque Natural Municipal do Córrego Cumandaí, com cerca de 12ha. o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, que tem em seu total cerca de 73.000,00 ha. e Naviraí possuí cerca de 16.000,00 ha. em seu território, e o Parque Natural Municipal Naviraí, que terá em seu total 16.300,00 ha, mas que ainda está em fase de constituição, já que está sendo composto a partir de compensação de Reserva Legal, conforme explica o gerente[25] de Meio Ambiente: “ele já começou com uma doação de 2.843,00 ha, e como será de doação em

[24] Priscila Volpato Nascimbeni, turismóloga que compõe o corpo técnico da Gerência de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Naviraí-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 12/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

[25] Professor João do Carmo Neves, gerente municipal de Meio Ambiente de Naviraí-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 19/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

doação, ele irá sendo composto até o final de 2009, acredito"; além da APA das ilhas e várzeas do rio Paraná.

De maneira geral, as Unidades de Conservação são criadas pelo estimulo do ICMS ecológico, mas também com a intenção de serem usadas como atração no processo de implementação da atividade turística, já que a Lei abre essa possibilidade, que aos olhos do poder público se torna mais um gerador de renda para o município.

Segundo o Professor João do Carmo, Naviraí, recebeu no ano de 2008 um valor de R$2.322.280,41 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), de ICMS ecológico, desse valor, cerca de 40% foi referente ao Parque Nacional de Ilha Grande, esse recurso vem servindo ao município como ponto de apoio para a criação de novas Unidades, além de manter a gerência de Meio Ambiente, com seus núcleos técnicos e seus diversos serviços públicos.

Com relação do Parque Nacional de Ilha Grande especificamente, o ambiente já estava sendo usado pelos veranistas do município [como é o caso de todos os municípios que se delimitam com o mesmo], e também de regiões próximas, no caso de Naviraí-MS as casas de veraneio situam-se na APA federal, no Porto Caiuá, área ribeirinha do rio Paraná, que foram interditadas com o propósito de regularizar a área que deveria ser ocupada pela mata ciliar.

No Porto Caiuá há uma estimativa de 58 famílias ribeirinhas residindo atualmente. Há também uma estimativa de 29 casas de veraneio. [Levantamento feito pelo IBAMA e pela Prefeitura Municipal de Naviraí].

As pessoas que desfrutam daquele ambiente para lazer nos finais de semana e feriados, são em sua maioria da própria cidade, contudo há pessoas do Estado do Paraná, e até de São Paulo. O Professor João do Carmo afirma que o mais antigo clube pertence a uma família de Sorocaba no Estado de São Paulo.

De acordo com o Professor, os ribeirinhos ocupam a área do Porto desde a colonização do município de Naviraí, pois era uma importante via de acesso ao Estado do Paraná; as Áreas são de Preservação Permanente, como em Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo, são áreas que deveriam resguardar a mata ciliar do rio Paraná, como a ocupação é irregular, diz o Professor, eles não se importam em vender partes de seus terrenos aos veranistas, os títulos de propriedade são feitos verbalmente e escritos á mão.

A iniciativa de interditar as casas de veraneio no Porto Caiuá, foi do Ministério Público Federal, por intermédio do Sandro chefe da APA federal, que tentou regularizar a área. Contudo na tentativa de resolver o problema da ocupação irregular da APP, descobriu-se que havia em sua maioria, ribeirinhos residentes no local há mais de 40 anos, isso antes mesmo da Lei de Código Florestal, (1.965), sendo assim essas pessoas estariam imunes á ela, então o Ministério Público Federal tomou por bem, que as ocupações das casas de veraneio deveriam ser retiradas, e permaneceriam somente as casas dos ribeirinhos.

A pesar do rio Paraná ser um rio Federal, somente em Naviraí houve essa interdição, segundo o Professor João do Carmo, nos outros municípios que se delimitam com o Parque, isso não aconteceu.

Em uma visita de campo no Porto Caiuá constatamos essa interdição, e também a revolta da população ribeirinha que dependia do dinheiro trazido pelos veranistas na compra de produtos comercializados por eles, ou no pagamento da mão de obra, por serviços prestados.

O Porto Caiuá foi objeto de pesquisa do referido trabalho dissertativo, pois a população ribeirinha que ali reside, está iludida com a possibilidade da implementação da atividade turística, já que o local recebia periodicamente a visita de veranistas, proprietários de casas, conhecidas como “clubes”, o que acendia a economia local, e que atualmente estão interditados por Lei federal, lacrados pelo órgão competente.

No dia 09 de dezembro de 2008 foram entrevistadas 05 pessoas[26] residentes do Porto Caiuá:

Sr. Maurício, brasileiro, casado, comerciante, 48 anos, natural de Pereira Barreto-SP, possuí como nível escolar o ensino médio completo, tem 03 filhos que dele dependem financeiramente, sua remuneração média mensal é de R$2.500,00. Reside no Porto Caiuá de maneira fixa há 23 anos. É presidente da Associação de moradores do Porto Caiuá.

Ele nunca morou nas ilhas, chegou ao Porto Caiuá no dia 03/06/1985 para trabalhar de empregado em um posto de gasolina, que fechou anos depois. Sr. Maurício se aproveitou do movimento decorrente ao trânsito local por conta da Balsa que era a única ligação entre os Estados e negociou com um ribeirinho local sua propriedade atual no Porto, além de negociar com o fazendeiro (proprietário das

[26] Os personagens receberam nomes fictícios a fim de preservar a privacidade dos mesmos.

terras da região) o direito de fixar-se ali, assim abriu um comércio alimentício e uma borracharia que teve que ser fechada após a construção da rodovia do Porto Primavera, e da rodovia do complexo de pontes Luiz Eduardo Magalhães, que liga o município de Itaquiraí-MS á Icaraíma-PR, pela conseqüente queda de fluxo. Aparentemente o Sr. Maurício é muito bem estruturado financeiramente (comparando com os outros entrevistados) possuí duas casas pequenas em Naviraí (para seus filhos trabalharem e estudarem), uma casa ali no Porto, o comércio confortável e um veiculo automóvel.

Sr. Getúlio, brasileiro, viúvo, agricultor aposentado, 83 anos, natural de Piracicaba-SP, analfabeto, não tem dependentes, além do salário mínimo, recebe R$200,00 por mês para zelar de 04 clubes vizinhos de sua casa. Reside no Porto Caiuá há 43 anos.

O Sr. Getúlio chegou ao Porto Caiuá para trabalhar em sistema camponês[27] na Fazenda Caiuá como agricultor de arroz basicamente, ele relata que por muitas vezes ajudou a desviar o curso do rio laranjaí para as roças de arroz da fazenda, além de desmatar tais áreas. Com os recursos excedentes de sua produção ele comprou o direito de posse de aproximadamente 10 alqueires da ilha grande, onde possuía criação de gado e cultivava lavouras temporárias de arroz, milho, mandioca, entre outras culturas. Com a criação do Parque Nacional de Ilha Grande ele foi obrigado a abandonar a área sem a ilusão de ser restituído de algum direito indenizatório. Há 18 anos negociou a posse de uma casa no Porto Caiuá e assim como o Sr. Maurício teve que pedir o aval do fazendeiro para isso.

Sr. Jeremias, brasileiro, separado, aposentado, 78 anos, natural de Virgem da Lapa-MG, analfabeto, tem 06 filhos, mas nenhum dependente, um de seus filhos mora com ele e trabalha na fazenda, além de pescar para o consumo basicamente, sua remuneração é de um salário mínimo. Reside no Porto Caiuá há mais de 30 anos.

Assim como o Sr. Getúlio, o Sr. Jeremias chegou ao Porto Caiuá para trabalhar na Fazenda, hoje aposentado reside em uma das casas construídas na área, não possuí bem nenhum e diz que quando sua moradia e lavouras de subsistência forem substituída pela recomposição da mata ciliar (área de APP) ele nem estará vivo para ver.

---

[27] O Fazendeiro, como forma de pagamento, cedia uma parte de sua propriedade para seus funcionários plantares suas próprias lavouras.

Sr. Santos, brasileiro, casado, aposentado, antigo operador da balsa pertencente á empresa Bergamo, 58 anos, natural de Mangueirinha-PR, possuí como nível escolar o primário, tem 03 filhos, mas somente o mais novo reside com ele e sua esposa, sua remuneração é complementada com a venda de excedentes de sua produção de mandioca e da pesca exercida por ele e seu filho de 17 anos. Reside no Porto Caiuá há 15 anos aproximadamente.

O Sr. Santos chegou ao Porto Caiuá em 1993 para trabalhar operando a balsa que fazia o trajeto no rio Paraná transportando os veículos e pessoas de um estado para o outro, após 09 anos de trabalho conseguiu se aposentar e mesmo assim continuou residindo no local, em uma das casas da firma que presta o serviço no local, declara não possuir bens e reclamou muito pela falta de assistência política e infra-estrutura, como escola, atendimento médico e policial. Está preste a se mudar para o Porto Morumbi (Eldorado-MS) com a esperança de melhora de vida.

Senhorita Jussara, brasileira, solteira, do lar, mas com desejo de concluir os estudos, 22 anos, natural de Querência do Norte-PR, possuí o ensino médio incompleto, tem 02 filhos; ela e sua irmã Tatiane, 21 anos, mãe de 03 filhos, são dependentes e residem com seus avós e um tio, todos aposentados no Porto Caiuá desde que nasceram. Seus avós residem no Porto há aproximadamente 40 anos, antes de se aposentarem eram pescadores.

Esta representa a família mais carente visitada no estudo de campo, e o interessante é que eles se consideram privilegiados por não dependerem da pesca como fonte de renda, afinal, nas palavras da entrevistada: “temos 03 salários mínimos garantidos”. A moradia é um rancho de madeira sem piso, com 04 cômodos que acomoda 10 pessoas. As remunerações de Jussara e de Tatiane são as diárias de limpeza que elas fazem nas casas de veraneio (R$20,00 quando os proprietários aparecem), com a interdição dos “clubes” a renda da família é menor. Os vizinhos de sua casa é quem as contratam, Jussara relata que quinzenalmente eles vinham e que elas cuidavam de 03 clubes.

De acordo com Sr. Maurício, o Porto Caiuá possuí aproximadamente 32 casas de veraneio construídas em APP, misturadas ás casas dos ribeirinhos, isso porque foram os ribeirinhos que venderam as áreas para que os veranistas construíssem seus “clubes”. Segundo o Sr. Maurício foi por causa dessas casas que a infra-estrutura de água encanada e energia elétrica existe no local.

Após a construção das pontes a economia local foi prejudicada, afinal, como afirma Sr. Maurício, o trânsito de veículos diminuiu cerca de 90%, os menores comerciantes faliram, fechando seus estabelecimentos abandonando o local, assim as esperanças de ascensão econômica foram todas voltadas para exploração turística e com a interdição das casas de veraneio essas esperanças estão distantes de se concretizarem aos olhos dos ribeirinhos.

Todas as pessoas entrevistadas não têm uma idéia formada sobre o que seja o turismo, além disso, suas visões estão voltadas basicamente para a lucratividade financeira que a atividade lhes garantirão, através da disponibilidade de mão-de-obra, da venda de seus produtos, como o peixe, os legumes e verduras produzidos no quintal, os artesanatos, em suma, o turismo é visto como a solução para todos os problemas financeiros dos habitantes do Porto Caiuá.

A Jovem Jussara nos lembra da “diversão” trazida pelos “turistas”, afinal, declara a entrevistada: “eu e minha irmã somos jovens, precisamos nos divertir”, a vinda dos veranistas traz, segundo ela, a única diversão existente no local.

O Sr. Maurício é o único que reconhece a necessidade do investimento maciço em infra-estrutura confortável para receber o fluxo de turistas, mas lembra que os ribeirinhos (inclusive ele) não possuem condições financeiras para isso, e com receio de que futuros investidores se instalem ali a fim de explorarem economicamente as belezas cênicas das U.C. que os rodeiam (Parque Nacional de Ilha Grande, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Parque Natural Municipal Naviraí) os ribeirinhos decidiram montar a Associação de Moradores, (devidamente registrada) na qual o Sr. Maurício é presidente, assim a associação por meio de assembléias decide e seleciona os moradores do local, “mantendo certas garantias”, como afirma o Sr. Maurício.

O plano inicial da população é vender artesanatos de argila, bambu, e de matérias primas naturais diversas, abundantes do local, vender passeios de barco pelos canais e praínhas do rio Paraná, e tentar com a ajuda do governo construir uma pousada e uma praça de alimentação para receber os turistas priorizando o trabalho do habitante local, “administração local” insiste o Sr. Maurício.

Foto 18 – Imagens do Porto Caiuá – APP em Naviraí-MS.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (09/12/2008).

Foto 19 – Casas de veraneio do Porto Caiuá.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (09/12/2008).

Conforme as explicações de Volpato, 2009, o primeiro projeto turístico a ser desenvolvido no município de Naviraí será o ecoturismo de base comunitária, no Porto Caiuá. Nas palavras da turismóloga: “(...) a gente vê que a região tem um grande potencial turístico e a população também necessita, né, porque são em torno de 60 famílias que vivem em condições precárias que a gente pode estar ajudando a melhorar”.

Segundo a entrevistada, no Porto Caiuá, há muitos recursos naturais que faltam ser transformados em atrativos turísticos, em seu depoimento ressalta:

> (...) vamos trabalhar em cima do ecoturismo mesmo, com trilhas, cachoeira, *rafting*, se tiver paredões vamos trabalhar com *rapel*, flutuação, a gente vai partir para essa área, como se fosse em Bonito, rio, bote. Pensamos em construir um *Resort*, lá no Porto Caiuá, mas isso vai ser difícil por conta das legislações ambientais. Nós temos cerca de 18 ilhas do Parque Nacional da Ilha Grande, que pertence ao município de Naviraí, então a gente vai tentar a partir de 2012 desenvolver o turismo náutico, com barcos, flutuação, passeio de barco, mergulho, (...) já estamos pensando. Usando como atrativo a contemplação da beleza cênica, mergulho, ecoturismo mesmo, turismo de aventura também. Temos a intenção de criar um ônibus para levar as pessoas da cidade pra visitar os recursos, para informar a população local do que a gente tem, porque uma grande parte da comunidade nem sabe das Unidades de Conservação que existem na nossa cidade.

Além dessas propostas, a turismóloga afirmou que em uma parceria com a gerência de cultura, estão planejando a construção de um museu a fim de expor as peças encontradas nos sítios arqueológicos do Parque e do próprio Porto.

Com relação a visitação e á contemplação dos futuros atrativos, a turismóloga vê a necessidade de focar primeiro a comunidade local, depois os turistas da região, e assim receber as pessoas que estejam de passagem para Bonito ou Pantanal, e até mesmo turistas do exterior, pois como diz Volpato, 2009: “eles estão procurando muito pela natureza, e o que a gente mais tem aqui, é recurso natural, a gente vai trabalhar com todos os turistas, tanto com os daqui da região, quanto de outros estados e até de outros países”.

A turismóloga relata que todas essas informações já estão na Fundação de Turismo esquematizadas, e que o desenvolvimento desses projetos vão sendo realizados aos poucos.

De acordo com a entrevistada está sendo criado o Conselho Municipal de Turismo, assim todos os projetos deverão passar por ele, depois pelo fórum e por fim chegar ao Ministério do Turismo para a captação de recursos, depois desse processo vão ser designados os técnicos, que fazem uma avaliação da região, e uma analise geral do que será preciso enquanto recursos humanos e financeiros para efetivar os projetos. Naviraí foi considerada pela Fundação de Turismo a partir de uma visitação feita há dois meses, como uma cidade de grande potencialidade turística.

Antes, Naviraí pertencia á região caminhos da fronteira, o pólo de discussão e concentração de recursos era Nova Andradina, houve uma mudança na regionalização turística do Estado e atualmente Naviraí é o pólo da região turística do Cone Sul, e de acordo com a turismóloga, foi o único município a receber do

Ministério do Turismo um recurso de oitocentos mil reais para a construção de um aeroporto melhor estruturado. Fazem parte dessa região, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Mundo Novo, Juti, Japorã e Iguatemi.

Sendo pólo regional turístico, divulgada pelo *site* da prefeitura como a cidade de bem viver, Naviraí pretende se destacar como centro regional de recepção ao turista, além de atrair investimentos privados nesse propósito.

## 3.2 O município de Itaquiraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno

O município de Itaquiraí possui aproximadamente 17.751 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.71 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Este município que também se delimita com o Parque possui dois hotéis, um com 19, outro com 18 apartamentos, todos com TV, Ar, cama de casal e de solteiro. Somados os 37 leitos, não suportam a demanda. Em uma conversa informal com um dos proprietários, descobrimos que em épocas de festas há uma superlotação e muitos visitantes procuram em cidades vizinhas acomodações. A Prefeitura Municipal realizou há pouco tempo um concurso público na área da saúde e de acordo com esse empresário, muitos candidatos pernoitaram na rodoviária por falta de vagas. A infra-estrutura do município é basicamente para amparar a comunidade itaquiraiense, as lanchonetes, os restaurantes, os hotéis, a única agencia bancária da cidade, são todos de pequeno porte.

Com relação à atividade turística, Itaquiraí também possui alguns trabalhos em andamento com a exploração de recursos naturais como é o artesanato com fibra de bananeira e a iniciação do turismo rural, embasado na Agricultura Familiar e suas produções alimentícias.

A Área de Preservação Permanente do rio Paraná, que faz parte do município de Itaquiraí, não possui casas de veraneio, isso porque esses estabelecimentos são localizados no interior do Parque, espalhados pelas 17 ilhas correspondentes ao seu território.

Contudo, de acordo com a bióloga[28], responsável pela gerência de Meio Ambiente em Itaquiraí, as áreas de encosta do Rio Paraná foram loteadas pelo INCRA na promoção da Reforma Agrária no município, sem respeitar a distância (500m) de mata ciliar correspondeste ao rio.

Na área ribeirinha de acesso ao público, estão exatos 48 lotes do Assentamento Sul Bonito, além do antigo Porto Santo Antônio (Foto 20), onde existem mais de 20 famílias de pescadores residentes.

Foto 20 – Antigo Porto Santo Antônio – APP em Itaquiraí-MS.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (Janeiro/2008).

[28] Francielli Ludyana Bússolo, bióloga que compõe o corpo técnico da Gerência de Meio Ambiente de Itaquiraí-MS. Concedeu a este trabalho duas entrevistas uma no dia 06/02/07 e outra no dia 08/05/09, formalizadas a partir de anuência para publicação.

Desses 48 lotes, 03 são onde se estabelece o maior ponto de lazer do município, chamado, praia da Amizade, é neste ambiente (zona de amortecimento ao Parque), que acontece uma grande parte das festividades comemoradas; ela está há aproximadamente 21 Km de distância da cidade, e é cede permanente do Itaquipesca, um tradicional evento de competição de pesca, com *camping*, *shows* musicais, apresentações culturais e variadas atividades desportivas, promovidas pelo município, com oferta de vários prêmios, dentre eles, barcos, motores e até automóveis zero Km.

Um evento regionalmente conhecido e divulgado, que se encontra em sua oitava edição e mobiliza um público de cerca de 10 mil pessoas, segundo o site da prefeitura.

Foto 21 – Praia da Amizade – APP em Itaquiraí-MS.
Fonte: www.itaquirai.ms.gov.br

A Praia da Amizade possui infra-estrutura para acomodar as pessoas que gostam de acampar, com churrasqueiras, pias de louça com água encanada acompanhadas por lixeiro e tomada elétrica, banheiros com chuveiro elétrico e vestiários, conjuntos sanitários, rede de energia com disposição de lâmpadas por todo o ambiente, rampa para embarque e desembarque para barcos e lanchas.

Foto 22 – Vista parcial da Praia da Amizade, Itaquiraí-MS.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 210.

De acordo com a gerente de Desenvolvimento Econômico[29], as propostas turísticas de Itaquiraí, que usufruiriam das áreas do Parque, estão em fase inicial, pois como ressalta: “hoje nosso maior espaço para a exploração do turismo é a Praia da Amizade, e a partir dela pensamos em estender para passeios de barco, visitas nas ilhas, entre outras atividades (...) mas enquanto a área não é regularizada não podemos fazer nada de mais ousado a não ser manter a estrutura que já temos ali”.

Por serem áreas loteadas indevidamente, esses terrenos não estão regularizados, por isso explica Oliveira, 2009, não é possível conseguir licença

[29] Professora Valdenice de Oliveira, gerente de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município de Itaquiraí-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 11/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

ambiental para nenhum tipo de construção turística, ou atividade. Nas palavras da entrevistada:

> Nós temos um projeto arquitetônico maravilhoso para a Praia da Amizade, porém dependemos dessa regularização, e como o INCRA vai regularizar a praia (03 lotes) e deixar os outros 45 lotes sem a devida regularização. Estamos tentando resolver esse problema. Porque ali a Prefeitura não pode nem desapropriar, nem comprar as áreas, pois não há títulos de propriedade das terras, sendo assim ainda pertencem ao INCRA, embora, já tenham sido doados.

Antes de relatar o que se pretende fazer para fomentar o turismo na região, a gerente é bem cautelosa em suas palavras e lembra que primeiramente é preciso estudar o Plano de Manejo do Parque, contudo o município vai esperar pelas propostas que virão do Instituto Chico Mendes, pois de acordo com a mesma, na última reunião com a Chefia do Parque, no Porto Figueira, Estado do Paraná, eles garantiram que vão discutir com cada município o que será feito em cada área que os correspondem. Adiantando alguns planejamentos futuros, Oliveira, 2009, afirma:

> É preciso melhorar a estrutura da Praia, sem melhorar a estrutura não é possível pensar em projetos mais ousados, porque ali vai ser um grande ponto de Desenvolvimento Econômico, quando se pensa que vamos precisar de guias, vamos precisar de gente que pilote os barcos para os turistas, a questão da gastronomia, então pensamos numa série de projetos para o local. Nós já estamos discutindo a questão da colônia de pescadores para realizar ali um processo de revitalização para recuperar a imagem do antigo Porto Santo Antonio, e criar ali um ponto de turismo também, vamos apresentar esse plano no papel para estar trazendo recursos do governo federal, criando ali um *point* para barqueiros e recuperando a imagem do pescador aliado ao Porto. Já estivemos debatendo sobre esse plano com o superintendente da Secretaria Nacional da Pesca em Campo Grande, vamos estar em breve debatendo com os pescadores sobre o assunto.

A esse respeito a gerente afirma que se pretende qualificar os habitantes locais para as eventuais prestações de serviços, e também, relata que atualmente os projetos turísticos estão recebendo um incentivo especial do governo federal, com disposição de recursos financeiros e apoio técnico.

Oliveira, 2009, afirma que nesse processo há uma parceria sendo realizada entre a gerência e a rede TUR[30] no Estado do Paraná, que são aliados á Universidade de Maringá, além disso, estão constituindo o Fórum de Turismo regional e elaborando junto com todos os municípios da região Cone Sul, macroações turísticas. Em suas palavras:

---

[30] A gerente de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Itaquiraí, explica que a rede TUR é uma ONG que trabalha com regionalização turística.
Não foi encontrada nenhuma informação dessa ONG nos meios de pesquisas disponíveis.

> A idéia com a rede TUR é aproveitar do rio que também tem uma influencia muito forte no noroeste do Paraná, para desenvolver um projeto relacionado á pesca, isso já está quase fechado, que vai ser a tríplice fronteira entre os Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, já estamos discutindo calendários de festas ligadas á água, além disso, eles têm um projeto para vender pacotes turísticos incluindo a Praia da Amizade, ai devemos incluir a gastronomia, o artesanato, e o espaço, porque, eles não têm um espaço como o nosso, que une a água, a sombra, a areia, a infra-estrutura, então eles ficam extremamente empolgados, tudo isso nós vamos estar explorando o Parque Nacional de Ilha Grande, porque pra nós é um lote muito grande de divulgação, enfim, quem tem um espaço desse próximo não pode deixar de explorar, pois é um Parque conhecido nacionalmente, mas nós temos que respeitar o Plano de Manejo do Parque, então tudo isso nos estamos pensando e construindo.

A atividade turística em Itaquiraí, como esclarece Oliveira, 2009, não se restringe a essas propostas, contudo, para a área ribeirinha do município, a pesca, o *camping*, a gastronomia, a contemplação das "belezas" naturais, seriam os maiores atrativos. O turismo é visto no município como atividade econômica, promotora de desenvolvimento local, nas palavras da entrevistada: "estamos trabalhando com a diversidade da economia local, para não ficarmos tão vulneráveis á febre aftosa, à secas, estamos criando alternativas de desenvolvimento econômico, uma delas é o turismo".

Com relação á clientela que se espera conquistar, Oliveira, 2009, afirma:

> Quando a gente pensa, a principio no turista, a gente não pode focar o turista que vem no Mato Grosso do Sul em alta escala, aquele que vem pra Campo Grande para ser distribuído pelo estado, porque ele vem pra conhecer o Pantanal, Bonito, o Trem do Pantanal, Corumbá, nós não esperamos que as operadoras atraiam para nós esse turista. Então nós temos que buscar um turista diferenciado para a nossa região Cone Sul, por isso estamos fazendo essa parceria com a rede TUR, para atrair o turista do Paraná, principalmente. Obviamente queremos atrair turistas de Dourados, Nova Andradina, ou seja, da região próxima de Itaquiraí, mas não podemos ficar só nisso, também. Então a gente tem essa conversa com a rede Tur para atrair turista do Paraná, e principalmente explorar a questão da pesca, porque é forte isso. O pescador, ele busca espaço, ele arruma dinheiro pra montar essas pescarias, então a gente foca muito a questão da pesca, não só no período de Itaquipesca, mas trazer o pescador pra passar finais de semana, e ai a gente tem algo melhor pra vender, que é a área da Praia da Amizade quando a gente tem uma estrutura que ele pode trazer a família pra aproveitar o final de semana, e ele ficar pescando, pois a maioria dos espaços não oferece isso. E do Estado de São Paulo também, por isso o projeto da tríplice fronteira, que está bem avançado essa discussão com o pessoal da rede TUR (noroeste do PR).

A gerente relata que a cidade é carente de infra-estrutura para receber o fluxo turístico, mesmo que ele seja pequeno, então ressalta: “não temos infra-estrutura pronta, por isso não vamos fazer loucura, são planos de longo prazo. Mas só pelo fato da gerência deixar estruturado o setor do turismo com um plano aprovado em Lei, a contribuição está dada ao município, os futuros gestores é que vão colocar em prática os planos”.

A esse respeito, a gerente afirma que há um empresário comerciante do município com grande interesse em investir na construção de uma pousada na região próxima ao rio Paraná, contudo, este espera por uma avaliação sobre os impactos ambientais e também o inventário turístico que irá ser realizado pela Fundação de Turismo do Estado, dentro do planejamento regional.

Sendo assim, o principal objetivo da gerência atualmente é de regularizar as áreas de APP, e de adequar os projetos turísticos á Legislação Ambiental e ao Plano de Manejo do Parque. A captação de recursos não seria um empecilho de acordo com a gerente.

O município de Itaquiraí possui partes de duas Unidades de Conservação, a saber, uma área de aproximadamente 926,3391 ha. correspondente á 17 ilhas no Parque Nacional de Ilha Grande, e também parte correspondente á Área de Proteção Ambiental das ilhas e várzeas do rio Paraná.

De acordo com a bióloga responsável pela gerência de Meio Ambiente, o município arrecadou no ano de 2008 R$ 411.141,40 (quatrocentos e onze mil, cento e quarenta e um reais e quarenta centavos), de ICMS ecológico, sendo que o Parque Nacional é o que mais pontua com relação ao seu índice no município.

Como afirma Bússolo, 2009, uma pequena parte desse recurso é utilizado para o pagamento de uma empresa terceirizada que presta serviço de limpeza pública para a prefeitura. No mais, são utilizados para o desenvolvimento de Educação Ambiental, recuperação de áreas degradadas, e na criação de novas Unidades de Conservação, além disso a porção territorial do Parque e da APA federal que pertence ao município devem ser sinalizadas com placas informativas e educativas. Em suas palavras:

> Estamos em processo de tramitação para criar mais algumas Unidades de Conservação no município, estamos avaliando o rio Amambaí para criar uma APA em conjunto com o município de Naviraí, Iguatemi, e com os municípios que o envolvem, estamos querendo criar consórcios ou coisa assim, para estar inter-relacionados, porque não compensa o município de

> Itaquiraí criar uma APA, o município de Naviraí criar outra, então é melhor trabalhar em conjunto, em nível de custo nos levantamentos, poupa tempo, e a gente está querendo casar as ações para criar uma Unidade só, mas isso está no papel ainda, estamos aguardando o levantamento da bacia do rio Amambaí, para propor. (...) há 04 áreas interessantes para serem criadas RPPNs, contudo é preciso incentivar os proprietários e estes devem enxergar as vantagens, como redução de impostos, facilidades para créditos, etc. (...) então quanto mais o município conseguir fazer de UC dentro dele, maior é o índice de ICMS ecológico e automaticamente a gente consegue fazer mais ações por conta do recurso que acaba entrando no município".

Desta forma o município se insere na região turística Cone Sul, e pretende dinamizar o setor valorizando os recursos naturais existentes em seu território, oferecendo hospitalidade e suas especificidades até então disponíveis. Afinal como é nomeada publicitariamente "a capital da Agricultura Familiar", possui entre outros atrativos essa característica de produção e de trabalho com base familiar.

## 3.3 O município de Eldorado-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno

O município de Eldorado possui aproximadamente 11.084 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.708 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Este município que também se delimita com o Parque Nacional de Ilha Grande apresenta uma característica estrutural semelhante a Itaquiraí, isso porque a cidade não possui também acomodações suficientes para atender turistas, apenas viajantes, vendedores e população local.

Os trabalhos de planejamento turístico vem sendo realizados em conjunto com os municípios que compõe a região, afinal, eles estão em fase de elaborar macro ações com o auxilio da Fundação Turística do Estado, por meio de oficinas.

A principio Eldorado está trabalhando com suas festas típicas, como a festa da melancia, a expo-eldorado, a festa do peixe no Morumbi, o turismo rural na Fazenda Caçula, e a gastronomia regional. A gerente de Meio Ambiente e Turismo[31]

[31] Edina Brindarolli, bióloga e secretária de Meio Ambiente e Turismo de Eldorado-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista no dia 26/02/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

nos relatou que no salão do turismo, em Campo Grande, o município ganhou com o prato típico regional, Cabrito com pimenta rosa.

Na porção ribeirinha, Eldorado possui uma área povoada nomeada de Distrito Morumbi, onde se localizava o antigo Porto do município, também povoado no período de sua colonização, como o Porto Caiuá em Naviraí.

De acordo com um dos *sites* da prefeitura[32], o Morumbi trata-se de um antigo porto banhado pelo Rio Paraná que se encontra desativado. Atualmente o local é um Distrito de Eldorado denominado Distrito do Morumbi. Localizado a 20 km da sede do Município, o distrito já foi o local principal de entrada e saída de pessoas e mercadorias da região. Recebeu seus primeiros moradores a partir de 1954, em sua maioria, migrantes do Estado de São Paulo e Paraná.

> Foi nessa época que um Senhor chamado Leocíndio Batista, chegou ao porto e junto a outros empresários resolveu investir no local. Com o passar do tempo dividiram a região do porto em lotes com a intenção de torná-lo um município. Em entrevista com a Sra. Dair Brum Batista, esposa do Sr. Leocíndio Batista, este já falecido, nos foi relatado que na época em que seu marido chegou ao porto havia um residente no local, o Sr. Peruci que vivia em uma das ilhas próximas dali. Atualmente a ilha em que este senhor morava recebe seu nome. O acesso ao Porto Morumbi era feito, principalmente, via fluvial, mas havia também o acesso aéreo para pequenos aviões que aterrisavam em uma das ilhas do Parque Nacional da Ilha Grande, muito utilizado por colonizadores que vinham conhecer a região e adquirir terras. O porto não era apenas uma rota comercial, mas também um ponto de fluxo turístico. As pessoas que vinham ao rio Paraná visitar as famosas Sete Quedas, localizadas próximas ao município de Guairá, desciam da balsa no porto de Morumbi e seguiam de barcos até as quedas d'água. Ausentes a madeira e o palmito a atividade econômica voltou-se para a confecção de tijolos, através da exploração da argila. Tal exploração iniciou-se nas últimas duas décadas. Atualmente a principal economia local ainda é a confecção de tijolos. Existem no local três indústrias de cerâmica com produção de tijolos de 6 e 8 furos, e 12 olarias que produzem o tijolinho maciço, de forma artesanal. Há uma expectativa por parte da comunidade quanto a implantação do Núcleo de Artesanato em argila, pois representa oportunidade de gerar renda, possibilitando o crescimento e desenvolvimento da economia local. (www.revivendoeldorado.com).

O censo de 2000 do IBGE aponta uma população de 1.964 habitantes no Distrito Morumbi, contudo de acordo com a secretária de Meio Ambiente, o número de habitantes vem decaindo ao longo dos tempos, por conta das restrições de exploração da área.

A partir do referido *site*, encontramos imagens interessantes do antigo Porto, dentre elas a planta territorial do Distrito, com o loteamento realizado no

[32] www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

intuito de transformá-lo em uma cidade emancipada (Planta territorial em Anexo). E também imagens aéreas que nos mostram algumas das construções ribeirinhas.

Foto 23 – Imagem Aérea do Distrito Morumbi- APP Eldorado-MS.
Fonte: www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

Atualmente não se sabe o número de pessoas que ainda residem no Distrito, contudo, há uma estimativa de 80 famílias, de acordo com o *site* de noticias do Mato Grosso do Sul /2007 (www.portalms.com.br/noticias). Mesmo porque a Unidade Escolar Silo Vargas, do Distrito, de acordo com o *site* da prefeitura, vem desempenhando seus trabalhos nos três turnos desde sua inauguração em 1972.

> O prédio escolar fica situado no centro do distrito, favorecendo o acesso de alunos, funcionários e demais pessoas e é um cartão postal da localidade. A construção desta escola atendeu o anseio da população local em ter no distrito, uma escola bonita, bem localizada geograficamente e com ensino de qualidade, acessível a todos, pois atendeu, desde a sua inauguração, nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Desde a sua inauguração até aos dias atuais foram quatro os diretores desta escola, a saber: Sidney Vargas Batista, Gilberto Dias Sampaio, Luiz Roberto Nogueira e Antonio Pinho. (www.revivendoeldorado.com)

Segundo o mesmo site, este nome Silo Vargas, foi atribuído à escola em homenagem a um dos fundadores da região, parente dos pioneiros deste distrito, morto em um acidente de avião na Fazenda Indiana, no atual Município de Mundo Novo-MS, em 04 de agosto de 1957.

Foto 24 – Imagens da Escola Silo Vargas no Distrito Morumbi.
Fonte: www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

Há também muitas casas de veraneio no Distrito Morumbi, de acordo com a secretária de Meio Ambiente, contudo, não se sabe concretamente o número. Segundo a entrevistada, além dos eldoradenses, há pessoas de Londrina-PR e São Paulo, que desfrutam desse ambiente em virtude da pesca.

A Gerência de Meio Ambiente e Turismo exerce na região um trabalho de conscientização com relação aos dejetos e resíduos sólidos que vão para o rio. Contudo, com relação especifica ao turismo ainda não existe um trabalho concreto, nas palavras da entrevistada: “há pretensão de contratar uma turismóloga para potencializar a área do Morumbi”. A secretária nos lembra que a área oferece

potencial para a pesca, náutica, *camping*, e até *rapel*. Em suas palavras: “o Morumbi, tem um potencial turístico muito grande, e isso é preciso ser trabalhado”.

Foto 25 – Imagem Aérea do Distrito Morumbi- APP Eldorado-MS.
Fonte: www.revivendoeldorado.com. Acessado em maio/2009.

A secretaria está no inicio de seus planejamentos turísticos, e a proposta para a área do Morumbi, é produzir artesanatos em argila, como ressalta Brindarolli, 2009, “já existe o núcleo de artesãos no Morumbi e um processo de licenciamento ambiental para a extração da argila”.

Além disso, os calendários de festas e eventos estão sendo planejados, de acordo com a secretária, para que a cada ano tenham maior participação do público, não só do município, mas também da região.

Outro objetivo da secretaria é promover visitação pública ao Parque Nacional de Ilha Grande, pelo acesso que o Distrito Morumbi oferece, nas palavras de Brindarolli, 2009: “Nossa região do Parque, são 28 ilhas, então se pretende promover a visitação a elas... isso são planos, nada concreto”.

Com relação á esse fato, Brindarolli, 2009, esclarece que o Instituto Chico Mendes, órgão administrador do Parque, estará orientando o município no processo de exploração turística do mesmo, bem como no investimento de ICMS ecológico dentro dessa Unidade de Conservação.

Eldorado possui quatro Unidades de Conservação, uma parte do Parque Nacional de Ilha Grande, com área correspondente á 3.619,47 ha. uma parte

da Área de Proteção Ambiental das ilhas e várzeas do rio Paraná (federal), uma Área de Proteção Ambiental do rio Iguatemi (municipal) e uma Área Indígena.

Devido a APA municipal, Eldorado pertence ao Consórcio Intermunicipal para Gestão da Bacia Hidrográfica do rio Iguatemi (CIABRI). Devido a APA federal, o município pretende aderir no futuro ao Consórcio Intermunicipal para Conservação do Rio Paraná e Áreas de Influências (CORIPA), pois como explica a secretária de Meio Ambiente:

> O CORIPA é um consórcio intermunicipal que atende os municípios que fazem parte do Parque no Paraná, e estamos num processo de conversação para fazermos parte desse consórcio, se inserirmo-nos nele, assim ele se tornaria um consórcio interestadual, para nos fortalecer e estruturar nossas ações referentes ao Parque. Um consórcio só de Mato Grosso do Sul, é preciso estrutura, de profissionais que componha o corpo técnico (engenheiro, biólogo, geólogo, entre outros), financeiramente não é viável. O CORIPA já tem 14 profissionais, já é bem estruturado, e tem experiência com ações ao Parque. Isso está em discussão. Ou fazemos parte do CORIPA, ou formaremos um consórcio dos municípios de Mato Grosso do Sul.

O município arrecadou no ano de 2008, um valor de R$2.225.344,63 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), de ICMS ecológico. Desse valor, cerca de R$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) foram recebidos pelo município, referente a sua territorialidade constituída com o Parque Nacional de Ilha Grande.

Quanto aos investimentos realizados pelo município do valor de ICMS ecológico, Brindarolli, 2009, nos diz que tais recursos são usados diretamente nas Unidades de Conservação. “No Parque, por exemplo, nós investimos em placas, identificando onde inicia e onde termina, e também placas identificando as ilhas”; no trabalho de Educação Ambiental junto ás escolas, a questão dos resíduos sólidos do município, “nós terceirizamos o serviço de limpeza pública do município”, manutenção da secretaria, recuperação dos córregos que abastecem o rio Iguatemi, entre outros trabalhos, nas outras Unidades, como plantio de árvores nativas, construção de curvas de nível, caixa seca, etc.

Eldorado, conhecida popularmente como a “capital da Melancia”, se insere na região turística Cone Sul, com o propósito de expandir seus festivais, valorizando a cultura regional, além dos recursos naturais existentes em seu território, dinamizando economicamente o município a fim de melhorar as infra-estruturas e criar novas possibilidades de geração de renda.

## 3.4 O município de Mundo Novo-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno

O município de Mundo Novo possuí aproximadamente 14.020 habitantes (IBGE-2006), seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.761 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Mundo Novo é o único dos quatro municípios que se delimitam com o Parque no Mato Grosso do Sul, que está situado na fronteira com a República do Paraguai e na divisa com Guaíra no estado do Paraná, ambos estão ligados, por via rodoviária, através da ponte Ayrton Senna, sobre o Rio Paraná.

A rede hoteleira do município é composta de oito hotéis de pequeno a médio porte, o maior deles dispõe em torno de vinte apartamentos e o menor, dispõe de oito apenas. Possui como em Eldorado, duas agências bancárias e seus restaurantes são também de pequeno porte.

No *site* www.ferias.tur.br/informacoes/4203/mundo-novo-ms, o município é apresentado de tal forma:

> Mundo Novo é uma cidade bem arborizada, ajardinada, pequena e convidativa. Em suas atividades econômicas destacam-se a pecuária leiteira e a produção moveleira. Seus arredores são privilegiados de áreas rurais e, parte de suas terras, é banhada pelo Rio Paraná, atraindo tanto os praticantes de esportes náuticos, quanto os pescadores e os amantes da natureza. A produção caseira de doces, queijos, compotas e carnes defumadas, desperta o interesse de residentes e não residentes no município.

Além do rio Paraná, de uma das áreas ribeirinhas do município e das áreas do Parque Nacional de Ilha Grande, é exposto pelo *site* www.mundonovo.ms.gov.br, como um atrativo turístico, o museu municipal Itapuy Porá, que é administrado pela própria prefeitura, foi fundado em 19/11/1998, construído em madeira com uma área de 360m2, e abriga um acervo de aproximadamente 350 peças, que expressa retratos da história da colonização local e regional. (fotos, maquinários e utensílios domésticos, equipamentos elétricos, entre outros). Dispõe de estacionamentos, sanitários e bebedouro de água.

Em Mundo Novo há três regiões ribeirinhas sendo usufruídas, pela população local e visitantes. Dentre eles, está o antigo Porto Fragelli, e o antigo Porto Izabel que são povoados com famílias pescadoras, cujos habitantes

residentes, segundo a secretária de Meio Ambiente do município[33], é reduzido atualmente, chegando em torno de quatro famílias em cada Porto. A foto 26 mostra-nos uma vista parcial do Porto Fragelli, com infra-estrutura para receber visitação.

Foto 26 – Porto Fragelli - APP em Mundo Novo-MS.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 210.

Embora esses antigos Portos sejam procurados para fins de Lazer e possuam em média vinte e cinco casas de veraneio, conforme explica a secretária, é em outro ponto do rio, na "prainha do Cascalho" que há maior concentração de pessoas nos finais de semana, feriados e dias similares.

A secretária nos explica que essas áreas que possuem infra-estrutura estão totalmente irregulares, são construções muito próximas da margem do rio, sendo que os antigos moradores já foram indenizados há alguns anos, e mesmo assim, tais proprietários venderam os lotes que amparam as construções de segundas residências.

A prefeitura tem recolhido o lixo dos locais e doado mudas de árvores nativas para recompor a mata ciliar. Não foi feito nenhum investimento da prefeitura nesses locais, a rede elétrica, rede de esgoto, bem como qualquer tipo de infra-estrutura que existe nessas localidades são investimentos privados. O *site* da

[33] Iana Aparecida Dalla Valle, bióloga e secretária de Meio Ambiente de Mundo Novo-MS. Concedeu a este trabalho uma entrevista no dia 26/05/09, formalizada a partir de anuência para publicação.

prefeitura municipal de Mundo Novo apresenta a área da prainha do Cascalho, descrevendo-a:

> Área particular de lazer, localizada à beira do Lago Itaipu, dotada de uma bela vista para a Ilha das Gaivotas, no Parque Nacional de Ilha Grande, nas proximidades da ponte Ayrton Senna e do município de Guaíra. No espaço encontram-se instalados churrasqueiras, lanchonetes, sanitários, estacionamento, quadras de vôlei e de futebol de areia, choupanas na areia da praia e área destinada para acampamentos. É atração, o passeio de barco à Ilha das Gaivotas, a 1500 metros de distância, em viagem com duração média de dez minutos, em embarcação náutica, possibilitando a visitação de recanto natural, formado por um banco de areia e localizado próximo ao Parque Nacional de Ilha Grande. O Rio Paraná, na divisa dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, além da beleza natural, é muito procurado para a pesca esportiva, sendo que os peixes mais encontrados na região são o dourado, o jaú, e o pintado, e para a prática de esportes náuticos (canoagem, vela, jet-ski e esqui aquático). O empreendimento permanece aberto durante todo o ano, porém, no inverno (março a novembro), não oferece os serviços de bar, sanitários, água potável e energia elétrica. (www.mundonovo.ms.gov.br).

Por ser a principal área de lazer do município, é bem zelada a este fim, contudo a Área de Preservação Permanente do rio Paraná, que deveria compor a mata ciliar, é apresentada como uma área privada.

Foto 27 – Imagem da Praia do Cascalho em Mundo Novo-MS.

Fonte: www.jacareagora.com/eventos/prainha. Acessado em maio/2009.

Há como em Itaquiraí um campeonato de pesca, realizado na praia do Cascalho, de acordo com a secretária de Meio Ambiente, a festa é típica no município e atrai público da região do Paraná, cidades próximas do Mato Grosso do Sul e até do país vizinho, Paraguai.

A festa da pesca é realizada com competições do maior peixe, com sorteios aos participantes e com premiações aos pescadores mais idoso e mais jovem, geralmente a festa é promovida com parcerias entre a Prefeitura, o comércio local, instituições públicas e privadas da região, como a Itaipu, por exemplo.

Foto 28 – Imagens da Praia do Cascalho- APP Mundo Novo-MS.

Fonte: www.jacareagora.com/eventos/prainha. Acessado em maio/2009.

A secretária de Meio Ambiente nos esclarece que não há projetos sendo elaborados pela prefeitura a fim de promover a atividade turística para os locais, contudo há intenções futuras, em suas palavras: “isso é algo que o Prefeito atual quer fazer, mas acredito que para esse ano não devemos mexer com isso, (...) intenções nós temos, mas no papel não há nada ainda”.

Valle, 2009, relata que o Município de Mundo Novo possuí três Unidades de Conservação, partes do Parque Nacional de Ilha Grande, com 17 ilhas que correspondem a uma área aproximada de 1.450,22 ha, partes da APA Federal (APA das ilhas e várzeas do rio Paraná), e uma APA municipal que ampara o Rio Iguatemi, cuja extensão territorial abrange os 09 municípios que são banhados pelo rio, inclusive Eldorado. Por esse motivo o município de Mundo Novo faz também parte do consórcio intermunicipal CIABRI, a secretária ressalta que em sua opinião o ICMS ecológico foi o que alavancou a criação das Unidades de Conservação e por trás disso é que estão as questões ambientais com a preservação dos locais.

Quanto ao ICMS ecológico, a secretária explica que o valor depende do peso ponderado do Parque. Como as outras secretarias, também reclamou sobre o decréscimo do recurso, dizendo que o valor diminuiu cerca de 45% do ano passado para este ano.

Valle, 2009, explica que há uma avaliação qualitativa e uma avaliação quantitativa, a quantitativa refere-se à quantidade que o município tem de Parque em seu território. Já a qualitativa refere-se às ações ambientais que são realizadas pelo município, e outra questão importante, está relacionada com o bioma que compõe as áreas das Unidades de Conservação, em suas palavras: “hoje o peso ponderado do cerrado é 03, o pantanal é 02 e a mata atlântica é 01. O Parque antes, ele tinha um peso ponderado de 03 e caiu para 01, nossa briga ferrenha hoje é equipará esses pesos, pois não há lógica em dizer que a mata atlântica é menos importante do que cerrado, ou menos importante que qualquer outro bioma”.

O município de Mundo Novo arrecadou no ano de 2008 o valor de R$2.051.528,76 (dois milhões, cinqüenta e um mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos) de ICMS ecológico. Nas palavras da entrevistada: “(...) recebíamos em torno de 180 mil reais por mês no ano de 2008, e para esse ano o valor está em torno de 80 mil reais mensais, e dos valores recebidos, 68% refere-se ao Parque, por isso tudo o que se faz no Parque pesa muito mais para nós”.

Quanto aos projetos para este ano da secretaria, a entrevistada explica que para a APA Federal foi definido que em todos os municípios que a compõe (10 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul), se fará tais ações: “primeiro se fará um levantamento superficial de como está às propriedades dentro da APA, em seguida será feita à instalação de uma brigada no combate de incêndios, após, devemos colocar placas informativas ao longo da APA, e também fazer a divulgação da APA, pois muitas pessoas dos próprios municípios não sabem de sua existência”.

No Parque Nacional de Ilha Grande, de maneira particular no município será feito um levantamento fotográfico das ilhas pertencentes á Mundo Novo, com a produção de um vídeo, para divulgação das mesmas. Nas palavras da entrevistada: “faremos também por meio de um convenio com a UEMS, através de bolsas de iniciação científica, um catálogo ilustrativo ecológico dos peixes da lagoa Saraiva, e dentro do Parque e da APA municipal, iremos colocar placas informativas também”.

Outra ação seria a limpeza do rio Iguatemi até sua foz no rio Paraná (Porto Izabel). Além de variadas outras ações que serão desenvolvidas com o recurso de ICMS ecológico, nas palavras da secretária: “(...) é preciso registrar a partir de fotografias e relatórios, as realizações dessas ações constantes no plano de aplicação do recurso, para que o IMASUL, e os responsáveis pelas Unidades de Conservação, avaliem a fim de definir o índice anual de ICMS ecológico do município”.

Dessa forma Mundo Novo se insere na região turística Cone Sul, buscando valorizar sua história, sua cultura e também suas riquezas naturais, e assim dimensioná-las para atividades turísticas, potencializando a economia local. A publicidade maior esta relacionada com as festas promovidas pelo município, a festa das nações é a principal delas, onde o resgate da cultura torna-se fundamental, com apreciação dos costumes, vestimentas, artesanatos e pratos típicos de cada nação representada por seus descendentes que ali residem.

## 3.5 Analise das propostas turísticas para as áreas do Parque Nacional de Ilha Grande.

De maneira geral, são programadas para a área do Parque Nacional de Ilha Grande e seu entorno atividades turísticas voltadas para a contemplação das “belezas cênicas” ali existentes, com observação educativa da fauna e flora para

interpretação do ambiente natural, com recreação náutica, bem como atividades desportivas relacionadas á pesca, á exercícios como caminhadas por trilhas, canoagem com caiaque ou canoa, *camping*, flutuação, e até exercícios radicais como o *rapel*.

Em comparação com as mais variadas propostas que são citadas pelos representantes de cada município investigado, realiza-ser-á uma analise de como está sendo desenvolvida a atividade turística já implementada em Unidades de Conservação como essa de Proteção Integral.

De acordo com SILVA & SILVA, 2008, p.01, a política ambiental de criação e instituição de Unidades de Conservação, sejam elas de Proteção Integral ou Uso Sustentável, tem conseguido alguns resultados concretos quanto a atingir objetivos de proteção paisagística. Muitos países, explicam, “têm definido políticas públicas de conservação ambiental atreladas ao desenvolvimento de práticas turísticas, principalmente as modalidades vinculadas aos ecossistemas naturais e ao espaço rural”.

De forma generalizada os autores acima mencionados, afirmam que as Unidades de Conservação tem recebido constantemente pessoas que habitam em suas proximidades, que vão em busca de lazer, e turistas interessados em conhecer os atrativos naturais destes lugares.

Segundo os mesmos autores, a questão do lazer e do turismo em Unidades de Conservação constitui um dos problemas para sua gestão, pois, em muitos casos estas atividades são planejadas visando a mercantilização da paisagem pela atividade turística, e neste sentido as áreas das Unidades destinadas a atividade turística são produzidas de acordo com as normatizações especificadas pela atividade. Muitas vezes estas normatizações exigem transformações radicais no ambiente natural, com a sua artificialização, espetacularização e urbanização.

De forma geral, os impactos ambientais advindos do turismo ou de atividades ligadas ao lazer são causados pelo domínio do econômico na definição do manejo dos recursos naturais. DIAS, 2003, p.99, comenta que os impactos do turismo sobre o meio ambiente são inevitáveis, o que se pretende é mantê-los dentro dos limites aceitáveis, para que não provoquem modificações ambientais irreversíveis. Contudo, o autor afirma, o turismo tem um potencial de criar benefícios no meio ambiente e contribuir para a sua conservação, pois a partir da atração que exercem, os locais naturais são considerados de valor inestimável para a atividade.

Concordando com esta afirmação, a proposta que parece ser mais adequada é que as comunidades locais tenham o domínio sobre a prática turística, com a tentativa de manutenção, quando existirem, das práticas locais que permitiram a existência do lugar conservado.

De acordo com o SNUC (2000), as visitas dependendo dos grupos de Proteção (Integral ou Uso Sustentável), tem que serem feitas de acordo com as orientações do Plano de Manejo ou orientação dos órgãos públicos e quando forem em propriedades privadas (Reserva Particular do Patrimônio Natural), os proprietários tem o direito de estabelecer as condições de visitas.

Mesmo quando há essa implementação turística dentro de todas as legalidades e planejamentos dentro da Unidade, ocorrem eventuais falhas na proteção, organização e manutenção das áreas visitadas.

Tomemos como exemplo o Monumento Natural das Falésias de Beberibe no Ceará, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em 04 de junho de 2004, através do decreto nº 27.461, pela necessidade de manter o ambiente preservado e regularizar a visitação pública que já estava sendo desenvolvida de maneira predatória no local.

A cidade de Beberibe-CE, atrai muitos turistas o ano inteiro, e possui como atrativo belas praias, dentre as quais se destacam a Praia de Morro Branco e a Praia das Fontes, nas quais se situa o Monumento Natural das Falésias de Beberibe.

De acordo com SILVA & SILVA, 2008, o município de Beberibe, distante a 83km de Fortaleza, abrange em seu território duas Unidades de Conservação: a APA da Lagoa do Uruaú e o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, ambas, administradas pelo governo estadual, através da SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente). Mesmo possuindo uma série de equipamentos turísticos na cidade e infra-estrutura capaz de acomodar o fluxo turístico em toda a região litorânea do Estado, a atividade não acontece como deveria no Monumento das Falésias. Como ressalta os autores:

> Beberibe é um dos municípios mais visitados por turistas no Ceará. Segundo os dados da Secretaria de Turismo do Estado (Setur) em 2005, o município foi o 5º mais visitado com 142.176 turistas (...). No tocante a infra-estrutura turística do município, as praias de Morro Branco e Fontes possuem bares, restaurantes e pousadas a fim de atenderem os visitantes, mas não só estas duas praias detêm estes equipamentos, outras localidades do município como Uruaú e Canto Verde atendem a demanda

> de visitas. (...) A beleza natural das praias de Beberibe, que talvez sejam a principal causa do grande volume de visitas, aliadas ao grande marketing existente na área, pois o labirinto das falésias com areias coloridas da praia de Morro Branco é o que os turistas mais procuram. (...) O que se encontra dentro do Monumento Natural é um sistema de placas informativas na entrada e durante a trilha que visa organizar os passeios e assim a preservação do meio ambiente das falésias. Encontram-se lixeiras e bancos (ambos de madeiras) durante o percurso, mas em número reduzido, principalmente as lixeiras. O local não possui nenhuma infra-estrutura que possa contribuir financeiramente para o monumento, mesmo assim a Unidade funciona todos os dias e está sempre aberta a visitação. SILVA & SILVA, 2008, p. 06 á 09.

Paisagens que atraem o fluxo turístico retratado (Foto 29), cujo processo é causa dos problemas incumbidos á conservação da Unidade, pois como declaram os autores, a área sofre com vândalos que insistem em riscar as falésias, com lixo que alguns visitantes jogam, e mesmo com fiscalização durante todos os dias para se evitar tais problemas, eles persistem.

Foto 29- Falésias de Beberibe - Praia de Morro Branco.

Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_Natural_das_Falésias_de_Beberibe

Apesar da paisagem ser o atrativo turístico de maior importância na área, ela acaba sendo desvalorizada pelas relações humanas que se desenvolvem no local.

> Após o decreto de criação do Monumento Natural, o turismo melhorou na área, havendo uma redução do número de impactos ambientais que ocorriam anteriormente nas falésias. Mesmo com este quadro, é visível a falta de infra-estrutura que se adeque a uma Unidade de Conservação que tem o costume de receber muitos turistas. (...) Durante a trilha observa-se a falta de algumas cercas que possam proteger os visitantes das escarpas das falésias que podem causar acidentes, em alguns pontos as cercas estão danificadas ou com avanço de dunas. (...) falta pessoal qualificado, (...) Verifica-se a necessidade de um ordenamento das visitas no Monumento, visto que é uma área aberta com fragilidades ambientais e deficiência de infra-estrutura (principalmente de placas) que possa melhorar a sinalização da Unidade de Conservação. (...) Não só o interior do Monumento precisa melhorar as atividades turísticas, mas todo o seu entorno precisa urgente de um ordenamento do turismo, pois o avanço da pressão imobiliária poderá comprometer a integridade e os objetivos de criação do Monumento Natural das Falésias de Beberibe. SILVA & SILVA, 2008, p. 13 á 15.

Nesse sentido os autores apresentam pontos positivos e pontos negativos, quanto á atividade turística em Unidades de Conservação.

Tabela 5 – Pontos positivos e negativos do turismo em Unidades de Conservação.

| Pontos Positivos | Pontos Negativos |
|---|---|
| Possibilidade de uma maior integração das UCs com comunidades locais e com a sociedade mais ampla; | Necessidade de “sacrifício” de áreas para descanso, abertura de trilhas e acesso, construção de infra-estrutura etc; |
| Circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitação; | Pisoteamento, compactação, erosão na abertura de atalhos em trilhas; |
| Aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer; | Depredação da infra-estrutura, das árvores e das rochas por pichações ou coleta de *souvernirs*; |
| Adesão de visitantes às tarefas de fiscalização; | Deposição inadequada de lixo, que interfere na alimentação da fauna e polui solo e cursos d ´água; |
| Facilidade do controle sobre grupos organizados; | Distúrbio do ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio; |
| Divulgação da própria unidade e o estabelecimento de “redes” de interessados em sua manutenção. | Incêndios. |

Fonte: Adaptado de SILVA & SILVA, 2008, p. 03.

Recentemente o Ministério do Meio Ambiente publicou o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”, o objetivo deste documento é apresentar um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas com vistas a ordenar a visitação em Unidades de Conservação.

De acordo com SILVA & SILVA, 2008, o que se almeja é que as Unidades de Conservação possam estabelecer um plano de gestão de visitas, que integre o visitante com a natureza, sem que haja modificações significativas.

No Parque Nacional de Ilha Grande, pelo que há estabelecido em seu Plano de Manejo, todas as regras e recomendações especificas ao Uso Público estão postas, contudo, devido à extensão da Unidade, poderá haver o não cumprimento das normas.

Nas Falésias de Beberibe o que tem intensificado os impactos é a grande pressão que a visitação sem controle exerce sobre o ambiente, além da falta de um acompanhamento profissional para guiar e orientar os visitantes e a falta de investimentos sobre as infra-estruturas existentes.

Por não possuir atrativos de excepcionais particularidades, o Parque Nacional de Ilha Grande certamente não possuirá um fluxo turístico comparável ao das Falésias de Beberibe, contudo o Parque deverá estar preparado, bem como as populações locais, para gerenciar e controlar as práticas turísticas.

Um outro exemplo tomado, este com uma maior semelhança paisagística ao Parque Nacional de Ilha Grande (Foto 30), é o turismo no Parque Nacional do Araguaia, no Estado do Tocantins.

Foto 30 - Parque Nacional do Araguaia-TO.

Fonte: br.viarural.com/.../**turismo**/**parque**s...**araguaia-tocantins**

O Parque Nacional do Araguaia foi criado em 1956, abrangendo parte dos municípios de Pium e Lagoa da Confusão no médio Araguaia no extremo norte da Ilha do Bananal. (Figura 6)

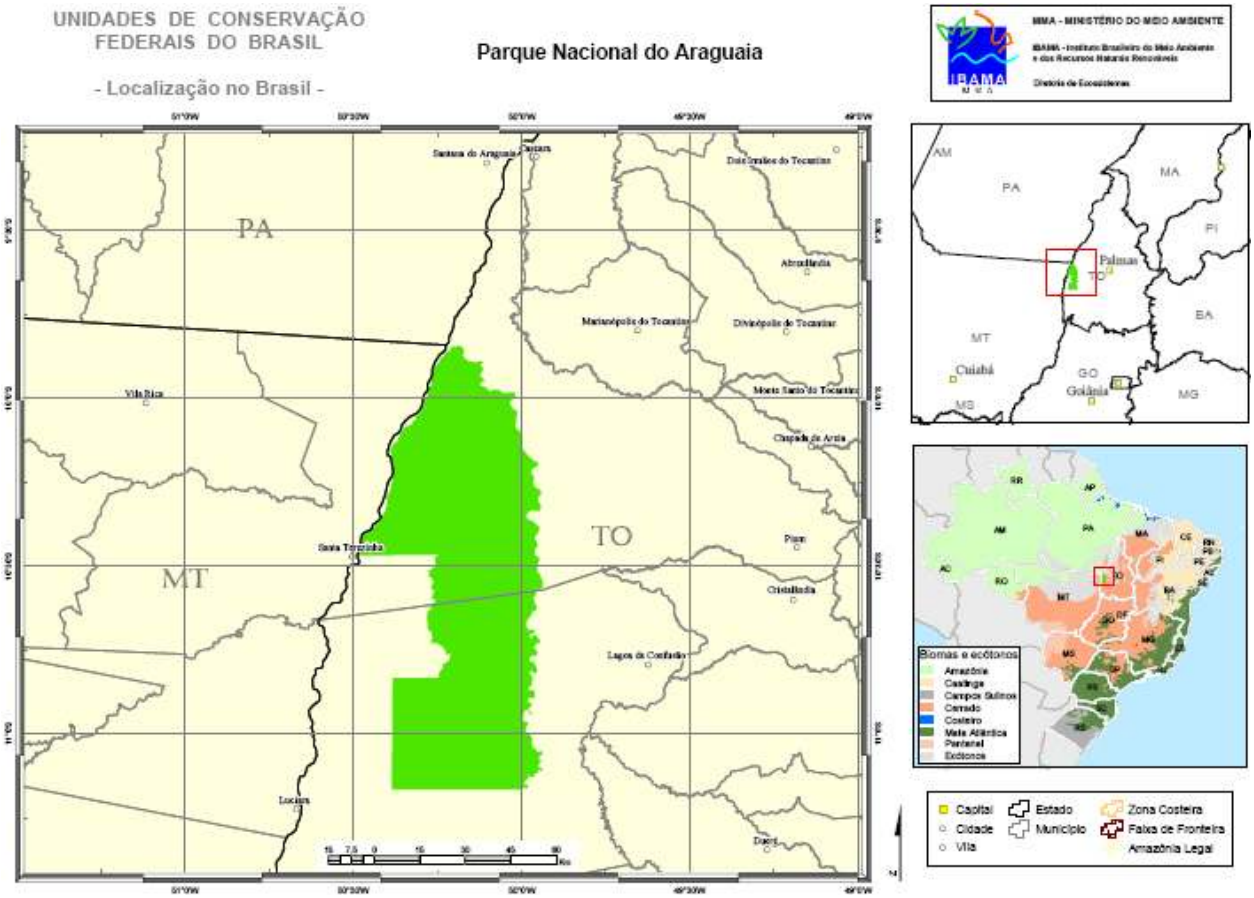



Figura 6 - Mapa de Localização do Parque Nacional do Araguaia-TO.
Fonte: www.ibama.gov.br Acessado em 15/06/09.

Sua Unidade de Conservação divide a ilha com reservas indígenas, entre as quais, a dos índios Carajás. A principal característica deste Parque é sua ampla rede de drenagem, formada por vários rios de grande e médio porte. Alguns rios formam belas praias, de areias claras e praticamente desprovidas de vegetação.

Durante a época das chuvas, a área fica toda recoberta pelas águas, com exceção da parte conhecida como Torrão, onde se situa a sede do Parque. A vegetação dos 562 mil hectares é bem diversificada, predominando os campos de várzeas inundáveis, com cerrados e florestas ao longo dos rios, onde são encontradas palmeiras típicas como maçarandubas, canjeranas e piaçavas e espécies como a onça-pintada, a arara-azul, o gavião real e a águia pescadora. A

fauna é rica e diversificada, apresentando elementos que habitam o cerrado e a região amazônica.

De acordo com a reportagem de Marcelo Russo/2001, na revista turismo, disponível *on-line*, o Parque enfrenta grandes problemas pela falta de demarcação das divisas com a área indígena - os índios alugam pastos para fazendeiros em área que faz parte do Parque Nacional, prejudicando a conservação das matas nativas, afugentando espécimes da fauna e trazendo o risco das queimadas.

Segundo o *site* www.amazonia.org.br, o Plano de Manejo desta Unidade foi elaborado em 1981 e o Plano de Ação Emergêncial elaborado em janeiro de 1995. A revisão do Plano de Manejo foi realizada em 1999/2000, contudo faltam recursos para a sua implementação.

Sendo assim a elaboração do documento não é garantia de um bom desenvolvimento quanto ao Manejo das Unidades. Sem a devida implementação às ações no interior da Unidade acontece aleatoriamente aos seus propósitos.

De acordo com a reportagem mencionada o Parque do Araguaia, não possui boas estradas para seu acesso, além de ser uma área localizada na fronteira agrícola do Centro–Oeste brasileiro. Faltam profissionais da área ambiental para fiscalizar o local, pois são áreas extensas e necessitam fiscalização, pois ocorrem muitos crimes ambientais como: pesca predatória, captura de animais silvestres, roubo de espécies vegetais, queimadas, poluição das águas, etc. A mesma reportagem apresenta como atrações do Parque:

> No Parque é possível percorrer estradas e caminhos existentes próximos à sede, fazer excursões terrestres e fluviais na porção oeste da Unidade, acompanhados por funcionários, com o intuito de observar e fotografar diferentes ambientes e paisagens, vários grupos de animais são vistos facilmente em abundância e espécies raras da flora. Nas proximidades do Parque Indígena do Araguaia há excelente ponto de observação astronômica: pôr-do-sol e praias fluviais no período de seca. (...) Em São Miguel do Araguaia é possível alugar um barco para conhecer de perto a rica fauna e o ambiente deslumbrante em toda a extensão do Parque (...). Oportunidades de visualização de mamíferos ameaçados de extinção como o tamanduá-bandeira, o cervo-do-pantanal, a ariranha e os botos que fazem um rebuliço nas águas do Araguaia, aves como a ema e a arara azul e ouvir o folclórico canto do uirapuru, só entre as aves são mais de 660 espécies. Entre os répteis é possível ver a tartaruga-da-amazônia, sucuris, jibóias e o jacaré-açu. (...) Visita as Tribos Indígenas - Devem ser autorizadas com antecedência pela FUNAI, em Gurupi ou em São Félix do Araguaia. Os índios Carajás, da aldeia Santa Isabel apresentam danças típicas aos turistas. (...) As praias formadas pelos rios que cortam o parque, em Tocantins, são de água doce, mas não ficam devendo em nada para o litoral brasileiro. (...) As vantagens são a limpeza e o visual. Se em uma

> praia do litoral brasileiro você encontra muitas pessoas, muito lixo - às vezes espalhado e sem tratamento - e um horizonte belo e interminável, nas praias do Araguaia é possível mergulhar na água doce, pegar uma cor na areia e observar a vegetação tipicamente amazônica, de um lado, e os contornos do cerrado, de outro. www.revistaturismo.com.br/Ecoturismo/araguaia Julho/2001.

São promovidos esportes como a canoagem e a pesca com a devida licença concedida pelo IBAMA, entre os meses de abril a setembro, no médio rio Araguaia, exterior aos limites do Parque Nacional.

Apesar das diversas divulgações encontradas *on-line* do turismo no Parque Nacional do Araguaia, e em todo o pólo turístico Araguaia – Tocantins, das diversas opções quanto a estadias no endereço eletrônico, ecoviagem.uol.com.br, nas cidades próximas e das agencias de viajem e turismo em Ilha do Bananal, o Parque não apresenta um controle, ou uma estimativa do fluxo turístico existente em sua área.

Com a pesquisa parcial sobre o Parque Nacional do Araguaia, percebe-se que as acomodações são suficientes para atender a demanda, mesmo não sendo evidenciado o fluxo de visitantes na Unidade.

O Plano de Manejo ainda não foi implementado devido principalmente aos conflitos sociais existentes e que por isso, e pelo difícil acesso ao Parque, suponha-se que o fluxo turístico não seja de grande porte como no primeiro exemplo em Beberibe-Ce, mesmo com a semelhança na falta de regulamentação da visitação pública e na falta de estrutura interna para melhor zelar das áreas apresentadas.

O último exemplo utilizado é o turismo implementado no Parque Nacional do Iguaçu, situado no extremo oeste do Estado do Paraná, considerado por CARVALHO, 2006, p. 175, o modelo de gestão pública de Unidade de Conservação com base em atividades licenciadas à iniciativa privada mais bem sucedido no Brasil. (Figura 7)

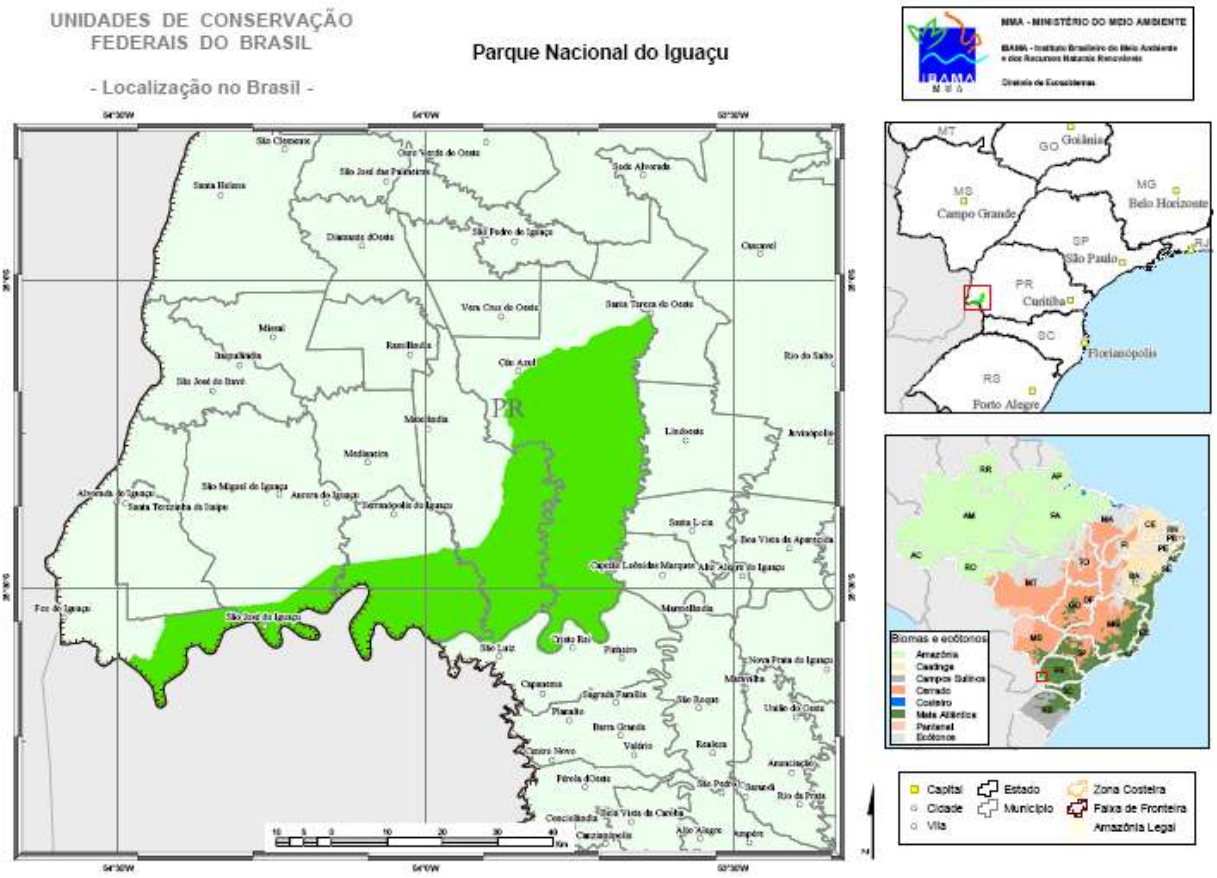



Figura 7- Mapa de Localização do Parque Nacional do Iguaçu-PR.
Fonte: www.ibama.gov.br Acessado em 15/06/09.

O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 10 de janeiro de 1939, através do decreto Lei n 1.035, foi o segundo Parque Nacional brasileiro a ser criado e atualmente sua área total é de 185.262,2 ha, o que representa a maior área remanescente de mata atlântica no Brasil. Embora criado em 1939, só em 1967 foram iniciados os trabalhos de levantamento fundiário e de demarcação dos limites, com identificação das propriedades, sua situação legal e as benfeitorias existentes.

De acordo com CARVALHO, 2006, p. 187, hoje a situação fundiária do Parque Nacional do Iguaçu está praticamente resolvida, restando apenas alguns ocupantes particulares em ilhas do Rio Iguaçu.

Segundo o mesmo autor, as Cataratas do Iguaçu (Foto 31) são o grande atrativo turístico do parque, o que, por si só, explica o grande número de visitantes – principalmente se comparado à maioria dos Parques Nacionais brasileiros – e sua situação diferenciada do ponto de vista da sustentabilidade

financeira. Assim, o fato de o PNI ter se tornado pioneiro no Brasil na concessão de serviços e atrativos turísticos está fortemente ligado à presença das cataratas e à atração que elas exercem.

Foto 31 - Parque Nacional do Iguaçu-PR.
Fonte: www2.fozdo**iguacu**.pr.gov.br/**Turismo**

As Cataratas do Iguaçu são, na verdade, um complexo de 275 quedas que se estendem por quase cinco quilômetros do Rio Iguaçu. Três quartos das quedas situam-se na Argentina e podem ser melhor vistas do lado brasileiro. São cercadas pelos parques nacionais de mata atlântica. No Brasil, pelo Parque Nacional do Iguaçu, e na Argentina, pelo Parque Nacional del Iguazú. É uma área com fauna e flora ricas.

Conforme o endereço eletrônico www.guiageo-parana.com, a região é uma das mais visitadas da América do Sul. Possui vôos diretos de várias capitais e é cortada pela movimentada rodovia Assunção-Paranaguá. Cerca de 700 mil pessoas visitam as cataratas, anualmente. Além das cataratas do Iguaçu e dos Parques Nacionais, a região oferece como atrativo a visitação a maior hidroelétrica do mundo - Itaipu; o Macuco Safári, com trilhas ecológicas e *rafting* pelo Rio Iguaçu; o Parque das Aves, entre outros.

O Programa de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu tem como objetivo implementar novas atividades, voltadas à recreação, interpretação e

educação ambiental, grande parte delas desenvolvidas por empresas concessionárias, sob monitoramento do Instituto Chico Mendes. Esse modelo de envolvimento e participação da iniciativa privada, em que ha operação e administração de certas áreas e atividades no Parque foram cedidas por meio de concessões, em processos licitatórios realizados entre 1998 e 2002.

> A implantação do modelo descrito só foi possível pelo fato de o Parque reunir um conjunto de condições adequadas: (i) maturidade do seu plano de manejo – a revisão em 1999 permitiu várias correções e ajustes ao antigo plano; (ii) viabilidade econômica, em função do histórico já elevado de visitantes do Parque – em 1990, esse número já era superior a 800 mil visitantes, tendo ultrapassado 1 milhão em 2005; (iii) equacionamento da questão fundiária, assim como da estrutura antiga de contratos permissionários, o que permitiu a implantação do novo modelo de concessões; e (iv) boa infra-estrutura externa de acesso ao Parque. Por meio dos investimentos privados, priorizou-se o estabelecimento de um novo padrão de atendimento ao visitante e obteve-se uma significativa melhoria na infra-estrutura turística do Parque. Resumidamente, tais investimentos disponibilizaram melhores condições de acesso ao PNI – com a construção de estacionamento, centro de visitantes e área de exposição ambiental – e maior gama de atividades de lazer e aventura, incluindo novos passeios/trilhas, restaurantes e lanchonetes, além de pontos de venda de produtos característicos do PNI e dos municípios onde está situado. Também introduziu-se o sistema de transporte interno, com uma linha de ônibus ligando as atrações do Parque, o que contribuiu para diminuir a poluição do ar e evitar o atropelamento de animais silvestres. CARVALHO, 2006, p. 188.

A sustentabilidade financeira do Parque, referida pelo autor, está relacionada a esse processo de concessão. A licitação da operação do Hotel das Cataratas, por exemplo, se tornar uma importante fonte de custeio de investimentos para o PNI. Conforme explica CARVALHO, 2006, p. 189, o imóvel, com 203 apartamentos, situado no interior do Parque, pertence ao Serviço de Patrimônio da União (SPU) e tem como atual concessionária a Rede Tropical, do grupo Varig. O edital, publicado em 28 de abril de 2006 no *Diário Oficial* da União, determina que o vencedor da licitação aplique aproximadamente R$ 25,5 milhões em novos investimentos no Parque, incluindo a construção de uma ciclotrilha margeando a estrada principal, o enterramento de toda a rede elétrica, a construção de um centro de recepção aos hóspedes, junto ao portão principal da Unidade, e o custeio de um projeto de pesquisa sobre os carnívoros do Iguaçu, previsto em seu Plano de Manejo.

De acordo com o autor, a maior de todas as concessionárias do PNI é a empresa Cataratas do Iguaçu S.A., responsável pela administração do Centro de Visitantes, do sistema de transporte e dos espaços Naipi, Porto Canoas e Tarobá. A

empresa entrou em operação no fim de 2000, após conclusão da primeira fase dos investimentos, que incluía o Centro de Visitantes e o Espaço Porto Canoas.

> As duas licitações vencidas pela Cataratas do Iguaçu S.A. totalizam 12 unidades de receita e abrangem 57 obrigações por parte da concessionária, a serem fiscalizadas (...). As principais fontes de receitas obtidas pela Cataratas S.A. no PNI provêm do estacionamento e da bilheteria. O estacionamento, que recebeu 32 mil veículos na alta temporada (somando os meses de janeiro, fevereiro e julho), custa R$ 11,00 (apenas para automóveis e *vans*, pois os ônibus não pagam). As faixas de preço dos ingressos, cujos valores são determinados pelo Ibama, estão atualmente fixadas da seguinte forma: R$ 12,50 para brasileiros, R$ 17,00 para residentes nos demais países do Mercosul e R$ 20,00 para visitantes de outros países. Há ainda o passe-comunidade, no valor de R$ 3,00 (50% para a concessionária, a título de remuneração pelo transporte, e 50% para o PNI). Esse passe, criado para aproximar o Parque dos moradores da região, (...). Do valor unitário do ingresso, R$ 5,00 são destinados à unidade de receita de transporte e R$ 2,50 à unidade de receita de bilheteria, de onde saem os recursos para manutenção de enfermaria, ambulância, seguro e outros, de responsabilidade da empresa Cataratas S.A. No período de 2001 a 2005, o Ibama arrecadou de receita, somente com os ingressos, os seguintes valores, já deduzido o repasse para a Cataratas S.A.: em 2001, R$ 2 milhões; em 2002, R$ 2,8 milhões; em 2003, R$ 6 milhões; em 2004, R$ 7,7 milhões; e em 2005, R$ 8,7 milhões. Em 2005, a Cataratas S.A. teve uma receita bruta total de R$ 22,6 milhões e repassou em torno de R$ 1,4 milhão à União (esse valor não inclui a receita da bilheteria anteriormente descrita). A empresa tem 210 funcionários e 50 terceirizados. CARVALHO, 2006, p. 192.

Além das duas concessionárias citadas, o autor apresenta outras empresas, dentre elas a Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda., responsável pelo Macuco Safári, que oferece aos visitantes um passeio que se inicia com uma trilha de 3 km pela mata em jipes elétricos, caminhada de 600 m e subida no Rio Iguaçu em barcos infláveis bimotores.

Conforme explica CARVALHO, 2006, p. 193, o grupo composto pelas empresas Ilha do Sol e Macuco Ecoaventura faturou cerca de R$ 6 milhões no ano de 2005 e empregava no ano de 2006, aproximadamente 120 funcionários. A Ilha do Sol repassava nessa época ao Ibama, por meio do orçamento da União, o valor fixo mensal de R$ 60 mil e a Macuco Ecoaventura repassava o percentual de 3% sobre seu faturamento.

O autor ainda destaca o Consórcio Escalada Cânion Iguaçu que oferece atividades de *arvorismo*, *rapel*, *rafting*, *tirolesa* e escalada em rocha, tendo recebido sete mil turistas no ano de 2005. Do faturamento total, 3% foram repassados ao IBAMA, via orçamento da União. E também a concessionária Helisul que realiza sobrevôos panorâmicos no PNI desde 1972.

> A empresa dispõe de 23 helicópteros e realiza em média 45 vôos diários em Foz do Iguaçu. Em 2005, o grupo Helisul Táxi Aéreo Ltda. faturou cerca de R$ 25 milhões. No início de 2006 a empresa pagava ao Ibama R$ 16 mil mensais, mas vem negociando para que parte desse pagamento passe novamente a ser em horas de vôo para fiscalização do Parque pelo Ibama, como já ocorria anteriormente. CARVALHO, 2006, p. 194.

Segundo o mesmo autor o modelo implantado no PNI exige o aprendizado contínuo dos empreendedores privados e do órgão público para viabilizar uma operação lucrativa, que atenda, no entanto, aos objetivos maiores de uma Unidade de Conservação.

Do ponto de vista da hospitalidade, a região que abrange o PNI está bem organizada, possuindo hotéis capazes de atender a demanda, programas de educação ambiental, estrutura física e humana (pessoal especializado), atividades recreativas, etc. O questionamento sobre esse modelo está no processo de privatização do uso do bem público, ou seja, as cataratas e o Parque em si, são bens públicos, privatizados, sendo o seu uso definido pela capacidade de pagamento do visitante.

De acordo com a Chefe do Parque Nacional de Ilha Grande, a Unidade irá também passar por esse processo de concessão, a preocupação nesse caso é com a elitização dos lugares a partir da privatização das áreas públicas promovidas pelo turismo.

Leonhardt, 2008, afirma: “dentro de uma área federal existe um processo legal de concessões para a exploração turística, e garantir que o empresário regional ou que os pequenos empreendedores locais se efetivem nesse processo é incerto”. Continuando esclarece: “(...) a Lei de concessões não abre possibilidades para favorecimento regional, o principio jurídico desse processo é que qualquer pessoa pode participar (...)”. Por conta da insipiente demanda, como nos diz a Chefe do Parque, talvez não tenham grandes empresários de fora que se interessem em participar.

A realidade turística do Parque Nacional do Iguaçu levou muito tempo para se concretizar, além disso, o fluxo promovido pela principal atração foi o que viabilizou sua implantação, a realidade do Parque Nacional de Ilha Grande é diferenciada, mesmo usando idênticos métodos de execução da atividade turística, os resultados certamente serão diferentes, mesmo porque as atrações são diferentes.

Apesar de conceber de forma positiva a idéia do turismo para as áreas do Parque Nacional de Ilha Grande, Leonhardt, 2008, explica que não basta possuir um aspecto turístico excepcional, para que a atividade seja implementada de maneira gradativa, as localidades devem oferecer bem estar e satisfação á toda demanda, e afirma: “não estamos preparados para receber o turista”.

A partir do momento em que a atividade turística for planejada e praticada seguindo os princípios básicos de educação ambiental, conservação da natureza, valorização das manifestações culturais locais e envolvimento das comunidades locais, os impactos negativos gerados por essa atividade provavelmente serão minimizados e seus impactos positivos serão potencializados.

# 4 A PRODUÇÃO DO PARQUE, O TURISMO E A POPULAÇÃO LOCAL

Durante o processo de constituição do Parque Nacional de Ilha Grande, a visitação pública foi, e ainda é, realizada de forma espontânea, não ocorre o planejamento na perspectiva da prática turística ser incorporada na valorização da Unidade de Conservação, a visitação ocorre no sentido de uso dos recursos do Parque, principalmente a pesca amadora. Além disso, há uma tendência entre os grupos sociais e instituições investigadas em superestimar a atividade turística como fator de desenvolvimento econômico regional.

Sobre essa questão CORIOLANO (2006, p.177) afirma que:

> O turismo é apresentado como o melhor negócio do mundo, podendo transformar tudo em mercadoria e em riqueza. Os discursos dos governos e dos órgãos de turismo mostram essa possibilidade e acrescentam a nova abordagem da inclusão social. Tudo, entretanto, parece que acontece ou vai acontecer como um passe de mágica, pois nada fica explicitado de como mudar a realidade da população local, o que isso representa em termos de qualidade de vida, de apropriação da terra, de melhores condições de vida e de habitação no lugar.

A autora ressalta que a Organização Mundial de Turismo considera que o turismo representa uma atividade com forte intensidade de absorção de mão-de-obra, que proporciona abertura para as pequenas empresas e iniciativas locais, garante ainda que sua capacidade de criar empregos para as camadas mais pobres é enorme, inserindo jovens, mulheres, enfim, várias comunidades. (Op. cit. 2006).

Essas idéias intensificam as esperanças de que o setor possa contribuir para mudar a realidade local, contudo, sendo uma atividade econômica, como na maioria dos setores econômicos mundiais, existem os processos de inclusão e de exclusão social, pois em geral, grande parte da população de menor qualificação e de baixo poder aquisitivo permanece excluída dessa atividade, tanto na prática da mesma, quanto na sua inserção como mão-de-obra.

Do mesmo modo que a atividade turística em Unidades de Conservação possibilita a inserção social, viabilizando as experiências de contato entre o turista e a natureza, comete a exclusão social quando expulsa de seus domínios a população local (tradicional) e exige dela condições econômicas para promover a aproximação com o ambiente. Nesse sentido MILANI & ARANHA SILVA, 2007, p. 06, afirmam:

> É importante lembrar, que ainda de maneira diferenciada as cidades defrontam-se com esse quadro de inclusão e exclusão social, abrem-se espaços públicos de lazeres sem infra-estrutura, socializa-se a vida urbana e crescem as zonas privatizadas sem meios para o público ter acesso a esses serviços e equipamentos.

Como qualquer atividade econômica o turismo é alicerçado nos meios de produção atual e como tal empenha essa função excludente. MORETTI, 2002, p. 15, contribui com essa discussão esclarecendo:

> (...) esta atividade está inserida no processo geral de produção capitalista, sendo uma das formas encontradas pelo capital para sua reprodução, portanto é uma atividade complexa que está inserida em um processo geral de acumulação. Neste contexto a atividade turística gera a idéia de desenvolvimento local, principalmente para áreas que passam, por uma estagnação econômica e apresentam características que indicam a possibilidade do consumo através da atividade turística (elementos naturais e/ou culturais).

Para destacar o processo turístico em suas conseqüências usamos também a contribuição de LUCHIARI, 1999, p.108, quando destaca:

> (...) ao inserir-se em uma determinada localidade, o turismo também agrega novos valores e formas de convívio social, substituindo ou transformando os antigos costumes e tradições locais, mostrando que o lugar encontra-se constantemente sendo recriado em suas relações com o mundo.

Desta forma, entendemos que o turismo é um fenômeno social da modernidade, e no processo de implantação da Unidade de Conservação enquanto território, o turismo assume o papel de internalizar a chamada “natureza conservada” aos ditames do mercado, e, portanto, na privatização do uso da paisagem socialmente produzida.

No Parque Nacional de Ilha Grande, a atividade turística – como atividade econômica – é inserida no discurso pelos órgãos públicos investigados, como uma proposta de desenvolvimento social para a população local. Como se crescimento econômico fosse sinônimo de desenvolvimento social.

Diante da ideologia construída após a Segunda Guerra Mundial, MORETTI, 2007, p. 17, nos relata:

> A identificação social da problemática ambiental e o movimento social apontam para a necessidade de repensar o desenvolvimento, principalmente, refletir sobre o que é entendido por desenvolvimento. O desenvolvimento enquanto capacidade de consumo de mercadorias, base da idéia de desenvolvimento do mundo capitalista, está alicerçado na máxima “o que conta é o que pode ser contado”, o significado alcançado pela noção de desenvolvimento — crescimento indefinido, a maturidade, o

> crescimento sem fim — é consubstanciado por algumas noções, de que, para CASTORIADES, 1987, p.146, as mais importantes são: "*a 'onipotência' virtual da técnica; a 'ilusão assintótica' relativa ao conhecimento científico; a 'racionalidade' dos mecanismos econômicos*".

Fica claro que é preciso ir além dessa noção de desenvolvimento centrada no quantitativo, no econômico e no crescimento linear sem fim.

## 4.1 O Parque Nacional de Ilha Grande e as propostas de Desenvolvimento para o entorno da Unidade.

Diante das constatações é preciso ressaltar quais são as propostas de desenvolvimento econômico e social incumbidos ao Parque e a população de entorno, apontadas no Plano de Manejo da Unidade.

Dentre as alternativas de desenvolvimento apresentadas pelo Plano de Manejo, Encarte IV, p. 74, está o programa de Uso Público, além dele outros programas de ação são propostos como o de Operacionalização, Proteção e Manejo, Pesquisa e Monitoramento, Educação Ambiental, Integração Externa, entre outros.

De acordo com a referência acima, um dos objetivos constante no Plano é de apoiar o ordenamento e a criação de novas atividades de turismo na região, com destaque para o Parque Nacional de Ilha Grande, como oportunidade de conhecimento, recreação e Educação Ambiental. Além de:

> Desenvolver atividades integradas de turismo praticadas no Parque e na região de entorno. Criar e implementar um programa de turismo para a região, que destaque o Parque como pólo irradiador. Incentivar o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer de baixo impacto ambiental nessa região e que podem se integrar a outras atividades exercidas nos atrativos turísticos do Parque. Diversificar os atrativos turísticos da região de modo a manter o turista por mais tempo nos municípios ou incentivá-lo a retornar para outras visitas. Divulgar os atrativos e os roteiros turísticos junto aos meios de comunicação dos municípios da região do Parque Nacional de Ilha Grande. Encarte IV, p. 75 do Plano de Manejo.

Para realizar tais objetivos, consta no Plano de Manejo da Unidade, a criação de um grupo de trabalho interno para discutir e reavaliar a viabilidade das propostas contidas no Plano de Turismo e Uso Público da Unidade, (já em andamento); Avaliar as atividades realizadas no Parque, e regulamentar aquelas compatíveis com os objetivos da Unidade de Conservação; Suspender quaisquer atividades de Uso Público desenvolvidas por particulares dentro do Parque até a

finalização dos trabalhos de avaliação e regulamentação; Aplicar as normas de Uso Público às atividades compatíveis; Fomentar a melhoria de infra-estrutura básica e a implantação de equipamentos e de instalações turísticas nos municípios do entorno, de modo a atender públicos diferenciados; e também divulgar na mídia local dos estados fronteiriços, os locais de venda de ingressos, e as condições de visita aos atrativos turísticos.

No discurso, todos os objetivos de ação estão programados com intuito de apoiar o desenvolvimento e a prática de alternativas econômicas geradoras de renda, compatíveis com a conservação ambiental da região e com o perfil e o ramo de atividade identificados. Por exemplo:

> Apoiar o desenvolvimento de tecnologias ambientais que promovam a melhoria social e econômica das comunidades moradoras da região; Realizar parcerias com instituições de fomento e pesquisa para treinar e capacitar moradores regionais para o exercício de atividades que utilizem tais tecnologias ou métodos de trabalho; Estimular a adoção de técnicas produtivas ecologicamente equilibradas nos municípios do entorno de modo a ampliar os resultados econômicos regionais com a agregação do valor dos produtos naturais, bem como para a redução de impactos provenientes da agropecuária "tradicional" sobre os recursos naturais da região. Plano de Manejo, Encarte IV, p.72.

Apesar da projeção descrita, não está esclarecido no Plano de Manejo da Unidade como irá se realizar as propostas, nem é apresentado de maneira clara e objetiva quais seriam as estratégias adotadas para esse fim.

Há, no entanto, menção de um programa de desenvolvimento de gestão compartilhada chamado PRODETUR/SUL, no Encarte I, p. 75, do Plano de Manejo da Unidade, que visa disponibilizar recursos financeiros, através do Ministério do Esporte e Turismo (MET), junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para o fomento da atividade turística dos estados da região sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul. Os recursos previstos, segundo o Plano de Manejo, são da ordem de US$ 400.000.000, e estão sendo concebidos para serem executados em quatro anos.

Contudo, no estado de Mato Grosso do Sul os recursos previstos para a implantação do Prodetur Sul, não contempla a região do PNIG, pois de acordo com o Plano de Manejo, Encarte I, p. 81, a área prioritária para a atuação do programa fica na região sudeste do estado, nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, sendo responsabilidade da Secretaria de Estado da Produção e Turismo repassar os recursos.

Além disso, o único município sul-matogrossense com direito a receber *royalties* (compensação financeira) da Itaipu Binacional, pela utilização do potencial hidráulico do rio Paraná para fins de produção de energia elétrica, e pelo alagamento de áreas produtivas, é Mundo Novo, município lindeiro ao reservatório de Itaipu que tem território no PNIG.

Segundo o Plano de Manejo, Encarte II, p. 105, a maioria dos moradores locais apresenta uma ligação muito forte com o rio Paraná, suas ilhas e lagoas, sendo este motivo de orgulho para eles.

> Os representantes do poder público, da maior parte dos municípios vêem o Parque como uma fonte de recursos através da exploração turística, sem se preocupar necessariamente com a proteção da área. Esta visão ocorre, em muitos casos, da ilusão de que somente o turismo pode ser a "salvação" para todos os problemas financeiros dos municípios. Encarte II, p.106, Plano de Manejo do PNIG.

Nota-se a falta de valorização do Parque Nacional de Ilha Grande enquanto Unidade de Conservação.

O Plano de Manejo apresenta ainda, como alternativa de Desenvolvimento econômico para os municípios de entorno ao Parque, a agricultura familiar diversificada e agro-ecológica, a agricultura comercial, com o incremento de monocultura de soja e de trigo, associada à produção animal que inclui a aqüicultura, no setor primário da economia; a agroindústria no setor secundário; e o turismo, em várias modalidades, no setor de prestação de serviços. (Encarte II, p.106).

De acordo com o Plano de Manejo, a agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas no entorno do Parque Nacional de Ilha Grande, também a extração de areia é uma atividade consolidada na região. A produção animal está representada pela criação dos gados bovinos, suínos, eqüinos, ovinos, avicultura, sericicultura e apicultura. Nas lavouras permanentes o destaque é para a fruticultura, a presença do café é registrada em pequena escala e também o cultivo do chá-da-índia. Nas lavouras temporárias destacam-se, as culturas do milho, da soja, da cana-de-açúcar, da mandioca, trigo, feijão, arroz, algodão e amendoim. A pesca profissional é uma atividade artesanal, com expressividade localizada. Apresenta baixo investimento tecnológico e baixa produtividade. (Encarte II, p. 43 – 54).

O que se pretende com as proposições é a mudança da produção agrícola “tradicional” para a produção orgânica, como uma das formas de buscar o desenvolvimento econômico regional, levando em consideração as questões ambientais. Contudo, a realidade do mercado, a relação custo/benefício de produção, à adaptação dos produtores, a falta de incentivos e recursos financeiros para investimentos, impedem o desenvolvimento satisfatório das alternativas apresentadas.

Além disso, como ressalta MORETTI, 2007, p.16, o modelo de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul tem na agropecuária sua base de sustentação. O modelo agropecuário implantado no Brasil teve e tem como objetivo atender as necessidades de exportação e busca atingir níveis avançados de competitividade no mercado internacional, com conseqüente transformação do ambiente natural em grande escala.

Esse modelo agrícola que atende os interesses do agronegócio tem como base o uso intensivo dos elementos da natureza, a submissão da agricultura á industria e a conseqüente mecanização, visando o ganho de competitividade almejando atingir o mercado internacional, tornando-se assim, um dos geradores, do que chamamos de “problemas sócio-ambientais”, que por sua vez impulsionam a criação de Unidades de Conservação como método de conservação dos ambientes selecionados e como fonte de exploração econômica através do turismo.

Por conta disso, é preciso repensar a idéia da produção baseada na pilhagem ambiental e na exploração social, baseando-se na idéia de que os problemas sócio-ambientais estão inseridos na crise da modernidade capitalista e sua superação está associada á construção de novas relações sociais, novos paradigmas, e novas práticas que superem a idéia da dicotomia sociedade/natureza, numa perspectiva para alem do capital.

De acordo com ALMEIDA, 2007, p. 106, é comum atualmente, nos cenários global e local como nos cenários presentes e futuros, discursos que associam o ambiente com o desenvolvimento. Segundo a autora: “ambiente” e “desenvolvimento” passaram a ser efetivamente considerados como dimensões norteadoras do progresso econômico e social.

A autora afirma que, para o turismo, o ambiente resultaria de uma combinação entre o natural e o cultural sendo que é a cultura que atribui significado ao natural. Ela cita Besse (1992, p.18), quando ressalta: "O ambiente é pois um

território, isto é, uma mescla de natural e de artificial, uma humanização da natureza e uma naturalização do homem, [...]". (ALMEIDA, 2007, p. 107).

## 4.2 A produção do Parque Nacional de Ilha Grande, enquanto um Território Turístico

O fato é que a intensificação do uso do espaço por qualquer atividade, por qualquer forma de expressão, numa área relativamente definida, concebe o território. O uso efetivo por indivíduos e a maneira intrínseca da prática de apropriação e relacionamentos particulares estabelecidos delineiam a territorialidade.

> A territorialidade é identificada pelas práticas sociais que, por um lado, são definidas por relações de poder, através do controle, e, por outro, pela apropriação simbólica e afetiva de uma área geográfica por indivíduos ou grupos. Assim sendo, o território, nada mais é, do que a manifestação geográfica dessa territorialidade, através dos seus limites, que se dão de modo diferenciado. (RIBEIRO, 1997, p. 96).

Primeiramente, como valor de uso, o território é um forte elo de identidade; e posteriormente, como valor de troca, demonstra a apropriação.

Para SANTOS (1988), o entrelaçamento de interesses comuns unidos a formas semelhantes de utilização de uma área são elementos que estão na gênese da consolidação de um território. Ademais:

> [...] O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. [...] (SANTOS, 2002, p. 9).

As relações sociais, as formas, os novos significados adquiridos por essa área concebe uma territorialidade pelo grupo que vai ocupar, usufruir, dinamizar e dar singularidade ao espaço. "[...] Bem amiúde, o 'planejamento do território' é apenas um planejamento do espaço, no qual o turismo constitui um princípio de organização. [...]" (KNAFOU, 1999, p. 62).

A implantação dos empreendimentos planejados para o Parna de Ilha Grande, e seu entorno, são vinculados ao processo de privatização do patrimônio público, portanto, a produção do território turístico ocorre pela privatização.

Neste Parque, o patrimônio natural de parte do arquipélago, já havia sido privatizado pela propriedade privada da terra, a partir da titulação realizada pelo INCRA no inicio dos anos de 1980, cujo foi transformado em patrimônio público em nome da conservação do meio-ambiente a partir da constituição da Unidade de Conservação de Proteção Integral em 1997. A passagem do privado para o público, quanto ao uso da terra, aparece como conflitante, sendo que a desapropriação é realizada aos poucos pelo processo de Compensação de Reserva Legal.

Em nome da conservação ambiental criou-se um problema social que em curto prazo não se efetiva uma solução, afinal cerca de 200 famílias, de acordo com o Plano de Manejo (Encarte II, p. 31), que exerciam atividades variadas em suas propriedades dentro do Parque, foram obrigadas a alterar radicalmente seu uso econômico e social da área, que passou a ser de uso restrito, ou seja, de uso exclusivo para a pesquisa cientifica e para a visitação pública ordenada. Essa providência impôs a alguns proprietários migrações forçadas, bem como desapropriações indesejadas, e até resistências conflituosas.

Este fato evidencia a separação entre o trato da problemática natural e da problemática social, vistas como “coisas” separadas, com soluções que não apresentam tratamento conjunto para aspectos da realidade.

> A passagem do privado para o público aparentemente é um avanço em relação ao processo geral de mercantilização da natureza. Mas, no caso especifico das Unidades de Conservação o circulo se completa com o retorno ao ponto inicial, a privatização do patrimônio natural, agora não mais da propriedade da terra, mas ao uso da terra e da paisagem enquanto atrativo turístico. MORETTI, 2007, p. 29.

Há esse entendimento, pois a atividade turística é considerada complexa, afinal, além de ser consumidora, é uma atividade produtora de espaços.

Nesse sentido, objetivamente o turismo se insere na “captura” do “tempo livre” do trabalhador, quando o tempo e o espaço para o lazer são mercantilizados. “Na economia global já não há tempo livre, mas a necessidade de empregar, através do deslocamento no espaço, o dinheiro poupado ao tempo do trabalho” (FERRARA, 1996:21, *In* MORETTI, 2007, p.29).

De acordo com MORETTI, 2007, p.30, turismo na modernidade é acompanhado do adjetivo “de massa”, sendo a atividade acessível a um número cada vez maior de pessoas, estando, portanto, de acordo com a idéia da produção

industrial em larga escala, pois, além de ser uma forma de produção de mercadorias, é um modo de vida que tem como estrutura básica o consumo.

URRY (1996) entende a atividade turística como estando intrinsecamente ligada à idéia de uma sociedade moderna:

> Ser turista é uma das características da experiência 'moderna'. Não 'viajar' é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere status, nas sociedades modernas... Se as pessoas não viajarem, elas perdem o status. A viagem é a marca do status. É um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias. (1996:19-20)

Devido à "tendência" apresentada pelos autores a cima, é justificável, a partir de uma perspectiva economicista, a criação de Parques Nacionais, que promovem, ou pelo menos tentam promover, a potencialidade turística de alguns locais internos, criando para isso, atrativos artificiais ou imagéticos, com o objetivo central de mercantilizar o patrimônio natural transformado em Unidade de Conservação.

Segundo MORETTI, 2007, p.31, especificamente no Brasil, os Parques Nacionais, passam no século XXI a serem entendidos formalmente como atrativo turístico, sendo perseguido o modelo adotado no Parque Nacional do Iguaçu, onde a exploração do atrativo turístico, as Cataratas do Iguaçu, foi terceirizada através de concessão para uso e exploração de parte do Parque Nacional pela atividade turística. De acordo com as pesquisas, este procedimento é utilizado como meta a ser atingida por outras Unidades de Conservação no Brasil, como é o caso do Parna de Ilha Grande.

Será que se espera pelos órgãos públicos os mesmos resultados "sustentáveis[34]" conferidos no Parna do Iguaçu, ao utilizarem-se da mesma metodologia de implantação turística aos outros Parques brasileiros?

Que as realidades são divergentes já é um fato, afinal, se elabora um Plano de Manejo para cada Unidade, com a justificativa de que cada qual possuem especificidades próprias.

Não que a atividade turística no Parna do Iguaçu seja realizada com perfeição, a fim de se tornar exemplo, mas com certeza, é realizada de maneira lucrativa a ponto de ser apontada como modelo e estimulo para a implantação do turístico em outros Parques Nacionais.

---

[34] Utilizamos desse termo, para expressar que o Parna do Iguaçu possui rentabilidade suficiente para manter-se sendo zelado sem investimentos públicos.

Diante disso o questionamento é um só: Como fica a população local (principalmente as de menor poder aquisitivo) sendo envolvida nesse campo de relações, cujos interesses são muitos e variados?

## 4.3 – Uma breve reflexão sobre a População de entorno ao Parque Nacional de Ilha Grande

De acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p. 136, em julho de 1976, viviam na ilha Grande 1.471 pessoas, correspondendo a 235 famílias. Até 1982, essa ilha fazia parte do extinto Parque Nacional das Sete Quedas. Segundo um dos pescadores entrevistado, por volta de 1980, a cada 200 metros da ilha Grande, existia uma família constituindo residência.

Segundo GODOY, 2001, p. 37, as enchentes do rio Paraná, foram responsáveis por graves conseqüências sociais. Durante tais períodos (que foram vários) os ilhéus ficavam instalados provisoriamente nos municípios próximos do Estado do Paraná e de Mato Grosso do Sul. As perdas agrícolas e também patrimoniais foram significativas. Os ilhéus que retornavam á ilha, de acordo com a autora, voltavam por falta de trabalho remunerado.

> Várias enchentes se seguiram, em diferentes magnitudes, e motivaram muitos dos ilhéus a saírem das ilhas, alguns retornando em seguida. Um dos principais fatores determinantes do retorno foi a não adaptação ás mudanças na economia: atividades baseadas nas culturas permanentes foram substituídas pela pecuária e culturas temporárias, inclusive mecanizadas. Plano de Manejo, Encarte III, p. 137.

Depois da criação do Parque Nacional de Ilha Grande, e as conseqüentes restrições provenientes desta criação, muitos ilhéus desocuparam suas casas e deixaram suas terras pelo temor ás penalidades ambientais. Embora os ilhéus já estavam adaptados com o ambiente e ligados de maneira afetiva com as localidades a qual residiam.

A partir das entrevistas realizadas com ex-ilhéus, percebe-se que o elo de identidade é superior ao elo de apropriação do território.

Apesar de não ser contabilizado atualmente o número de famílias residentes no Parque de Ilha Grande, é constante no Plano de Manejo que a população do Parque é composta por pecuaristas, sericicultores, aposentados, desempregados, bóias-frias, entre outros. (Encarte III, p. 137).

Aos ilhéus que continuam trabalhando de maneira produtiva em suas terras nas ilhas, (plantando culturas temporárias, mantendo culturas permanentes, criando animais de corte e também domésticos), são incumbidas á estes, pesadas e muitas vezes, impagáveis multas pelo órgão fiscalizador da Unidade.

Como já mencionado pela Chefe do Parque, uma parte dos ilhéus das áreas tituladas pelo INCRA, recebeu indenização da Eletrosul Centrais Elétricas S/A, consta no Plano de Manejo da Unidade, que alguns titulados (sem especificação do número) foram remanejados para áreas de assentamentos no Estado do Paraná. Contudo a falta de adaptação e o receio por perder os direitos à indenização fizeram muitos ilhéus voltarem a constituírem residência no Parque, mesmo sem titulação. (Encarte III, p. 137).

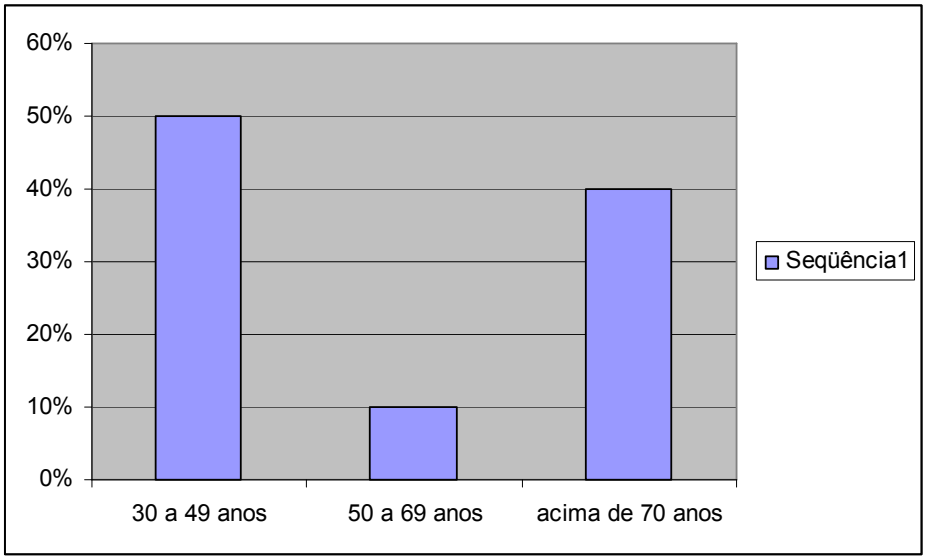
De acordo com as pesquisas realizadas, constatou-se que partes da população que desocupou suas terras nas ilhas o fizeram na ilusão de receberem o valor indenizatório de imediato.

Após uma análise inicial da área em estudo, com base nas observações, foi possível identificar diferentes grupos sociais os quais viveram e participaram da transformação e/ou influenciam no processo de transformação das Ilhas, ao mesmo tempo em que a comunidade que ali morava teve que abandonar suas terras e casas, com a promessa de indenização, sendo que alguns ainda esperam o dinheiro da desapropriação para reconstruírem suas vidas.

Na tentativa de caracterizar a população de ex-ilhéus fez-se uma analise da faixa etária, da profissão exercida fora das ilhas, e da instrução escolar, das 14 pessoas entrevistadas no ano de 2007, residentes no antigo Porto Santo Antônio e na zona urbana de Itaquiraí-MS. Entende-se que essa analise serve como amostra da situação geral das populações tradicionais que fizeram parte da história de constituição de um território, hoje destinado á conservação.

As faixas etárias da população de ex-ilhéus entrevistada foram divididas em três na representação gráfica (30-49; 50-69 e acima de 70). Fica evidente que a maioria da população, 50%, tem entre 30 e 49 anos, o que vale dizer que a maioria é economicamente ativa e está em pleno gozo de sua vida profissional. O Gráfico á baixo ilustra melhor essa situação:

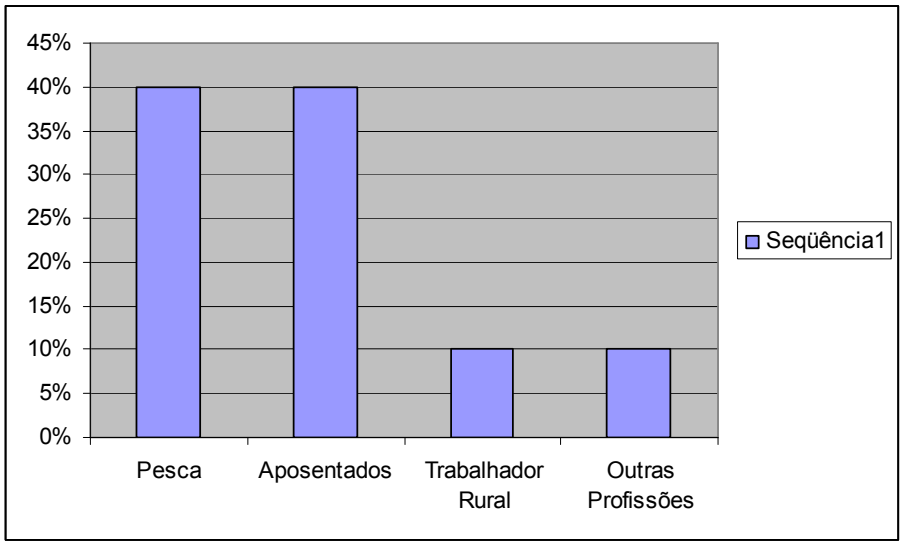
Figura 8 – Gráfico sobre a faixa etária da população investigada.




Com relação a classificação profissional, podemos observar no gráfico a seguir que uma grande parte da população entrevistada, são de aposentados e pescadores, que devido a falta de qualificação profissional encontram na pesca o único meio de sobrevivência, pois os mesmo passaram praticamente a vida toda na ilha e não aprenderam a desenvolver outras atividades profissionais que não seja a pesca e a lavoura.

De maneira singular, os que são pescadores e também trabalhadores rurais, estão residindo atualmente no antigo Porto Santos Antonio. As pessoas entrevistadas que aparecem nessa analise como aposentados e de outras profissões, tais como do lar, empregada doméstica, zelador, guarda noturno, residem atualmente na cidade de Itaquiraí-MS e sobrevivem juntamente com as respectivas famílias de no mínimo 03, no máximo 06 integrantes com a rentabilidade de um salário mínimo.

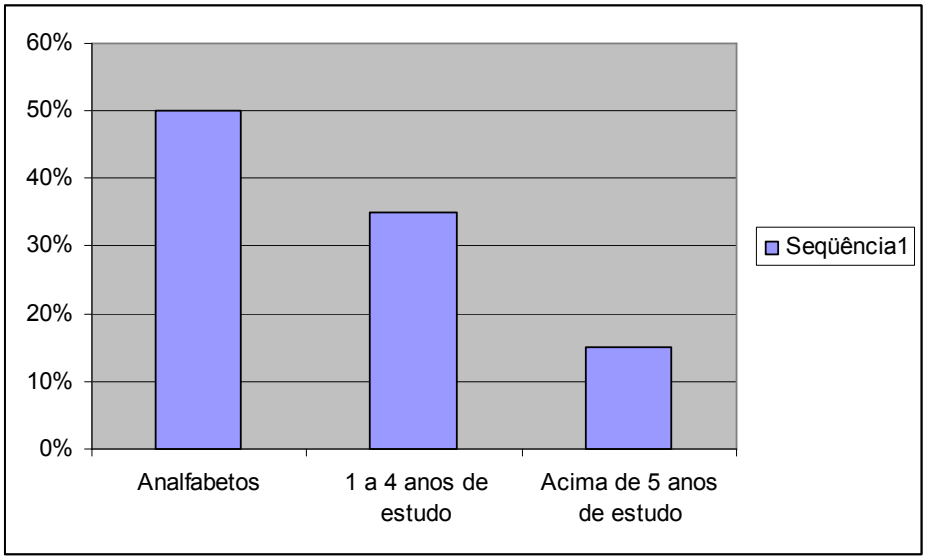
Figura 9 – Gráfico sobre a classificação profissional da população investigada.




Levando-se em consideração o grau de instrução dos entrevistados, a maioria é analfabeta ou possuem somente as séries iniciais do ensino fundamental, como pode ser observado no próximo gráfico. Esse fato dificulta a sobrevivência no perímetro urbano, uma vez que a maioria dos empregos oferecidos nas cidades necessita de mão-de-obra qualificada e um certo grau de escolaridade.

As condições de desemprego e de subempregos hoje é uma realidade abrangente principalmente nos países colonizados de forma predatória, a alternativa que se apresenta com maiores condições de amenizar essa situação (a curto e médio prazo) está vinculada á reforma agrária e aos incentivos á produção familiar agrícola de subsistência, ou seja, a alternativa mais cogitada está em provocar o retorno do homem ao campo.

Figura 10 – Gráfico sobre a escolaridade da população investigada.




Ao serem questionados sobre os problemas enfrentados por estes ex-moradores das ilhas, o não pagamento da indenização é o mais acentuado, pois eles afirmam não possuírem condições financeiras de recomeçarem suas vidas sem esse recurso, “A gente saiu de lá porque eles disseram que iam pagar a indenização, e até hoje nada” diz um dos pescadores ribeirinho de Itaquiraí entrevistado em 2007, que encerra sua entrevista dizendo “lá a terra é muito rica, tudo o que se planta fica bonito, dá gosto de morar e viver lá”.

Esta visão fragmentada mostra um conflito nas idéias do pescador sobre meio ambiente e natureza, considerando o ser humano como não natural ao mesmo tempo em que tem uma idéia do ser humano pertencendo ao meio ambiente, porém um meio ambiente que se distancia e se desarticula, provavelmente em virtude do rompimento das relações anteriormente mantidas com a Ilha.

Percebe-se em geral, que os ilhéus possuem um fraco poder de articulação com as autoridades, refletido também na sua falta de conhecimento, pois ao serem “convidados” a deixarem suas terras e casas com a promessa de indenização, por parte dos órgãos públicos fiscalizadores do Parque, saíram de boa fé esperando que em breve seus problemas seriam resolvidos e suas vidas estariam reestruturadas.

Em todos os municípios lindeiros ao Parque Nacional de Ilha Grande, do Estado de Mato Grosso do Sul, há habitantes ribeirinhos instalados na Área de

Proteção Permanente do rio Paraná, alguns deles, são ex-ilhéus que ao deixarem suas propriedades no Parque ocuparam as determinadas localidades com o propósito de continuar com a atividade da pesca exercida profissionalmente.

No município de Naviraí, a colônia de pescadores situa-se no Porto Caiuá, área externa ao Parque, que se torna estratégica no Plano de Manejo da Unidade, por ser um ambiente que compreende a extensa planície de inundação do rio Amambaí, de grande importância como corredor de biodiversidade entre o PNIG e o PEVRI. Nesta localidade em especifico é grande o interesse da população local de se beneficiar com o advento do turismo.

No município de Itaquiraí há dois grandes assentamentos do INCRA que fazem limite com o rio Paraná, é a área onde se concentra a maior densidade populacional do entorno do Parque. Na região do antigo Porto Santo Antônio situa-se a colônia de pescadores, próxima a essa localidade está a Praia da Amizade, usada como área de lazer pela população local e também regional. De acordo com o Plano de Manejo, “ali se constatou uma forte pressão humana exercida sobre a natureza do Parque”. Indiretamente essa pressão decorre do lançamento de agrotóxicos e afluentes domésticos dos rios Maracaí e Maracaizinho, que desembocam no rio Paraná. (Encarte IV, p.100).

Um dos assentamentos (Indaiá) já possui titulo definitivo de propriedade, podendo ser comercializado, contudo, as Áreas de Proteção Permanente que foram indevidamente loteadas pelo INCRA encontra-se em processo de regularização. De acordo com o Cartório de Registro de Imóveis da comarca, no assentamento Sul Bonito, onde se encontra o antigo Porto Santo Antônio e a Praia da Amizade, há irregularidades constando no desmembramento territorial, por isso, esse assentamento não pode ser registrado.

No município de Eldorado, a Área de Proteção Permanente povoada por pescadores e profissional diversos, dentre eles oleiros, abrange o distrito Morumbi, uma pequena aglomeração humana semi-urbanizada à margem do rio Paraná. Segundo o Plano de Manejo:

> Embora sua população seja pequena, as condições precárias de saneamento básico vêm comprometendo a qualidade do solo e do rio e, conseqüentemente a qualidade de vida de seus moradores. Para que a área participe dos roteiros turísticos da região, juntamente com o Parque e outras localidades é preciso investir no saneamento e na capacitação de mão-de-obra local. (Encarte IV, p. 104).

No município de Mundo Novo, as poucas famílias de pescadores tradicionais do rio Paraná, estabelecidas na APP, residem nos antigos Portos. Não houve uma proximidade com tais famílias, contudo as áreas serão utilizadas no processo de potencialização turística, como todas as áreas que se delimitam com o Parque, a fim de desenvolver a atividade e ampliar o acesso á Unidade.

Com exceção dos habitantes do Porto Caiuá, as populações locais não estão integradas com os projetos turísticos a serem planejados e desenvolvidos nas respectivas áreas. Seria de extrema importância que essas pessoas participassem de todo o processo, mesmo que não fossem beneficiadas diretamente com a ação.

Ao contrário, todo esse processo é feito nos gabinetes e secretarias, e as últimas pessoas a saberem sobre as mudanças e alterações no modo de vida são aquelas que efetivamente sofrerão com as conseqüências das tais ações. Segundo ALMEIDA, 2007, p.114:

> Um elemento fundamental de uma política de turismo e gestão ambiental eficaz e socialmente aceita é assim o conceito de "responsabilidade compartilhada", surgido na junção da visão dos eco socialistas e da visão dos adeptos da participação efetiva das comunidades na definição e escolha do modelo de turismo por elas adotado. Essa consiste em trocar uma visão de um trato das questões ambientais, em que de um lado existem os agentes infratores e do outro lado o Estado fiscalizador-punidor, por uma outra na qual há uma responsabilidade e ação assumidos por todos os agentes sociais. Estes, governamentais e não-governamentais, desempenham as tarefas articuladas e complementares que permitem alcançar objetivos ambientais em torno dos quais é estabelecido um consenso social. Diálogo e senso comum, bem como a transparência da tomada de decisão são condições necessárias para uma efetiva co-responsabilidade.

De acordo com a autora, casos de ocorrência de uma valorização de maior participação por parte de comunidades e populações locais na definição da aceitação do tipo de turismo e no planejamento do turismo desejável são registrados como experiências bem sucedidas. Também é lembrada a valorização dos procedimentos de parceria entre atores públicos, privados e associativos na busca de estratégias que conciliem conservação e turismo.

Afinal, é a população local que conhece empiricamente o ambiente e o espaço geográfico, construído por ela primeiramente, por suas relações sociais cotidianas. Seria justo que essa mesma população que faz parte da história da região se beneficiasse também com a exploração turísticas das distintas áreas e não fossem excluídas pelo processo de elitização do espaço geográfico ou pela constituição de territorialidades impostas pelo capital ou pelo poder público.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas nesta dissertação, fruto de pesquisa acadêmica que teve como metodologias o diálogo através de entrevistas estruturadas, de conversas com agentes envolvidos na problemática aponta levantamento de dados em órgãos oficiais, e com o estudo de obras teóricas e de estudo de caso sobre a área pesquisada, é possível apontar necessidades de ações concretas para a consolidação da Unidade de Conservação em uma perspectiva de valorização sócio-ambiental.

Outras reflexões são levantadas no que diz respeito à constituição de Unidades de Conservação no Brasil, sendo central a idéia de superar o modelo de Unidades de Conservação praticadas nos países centrais do capitalismo, que apresentam historia e relações sociais próprias destes países. Em países colonizados, dos trópicos, como o Brasil, com suas características ambientais e sociais próprias, deve ser constituído um sistema de Unidades de Conservação considerando as realidades nacionais, para implantação de Unidades de Conservação e, principalmente, no formato da gestão destas áreas.

Também se faz uma discussão a respeito da conjugação realizada a partir das políticas públicas de conservação da natureza e de desenvolvimento econômico pela valorização da mesma, afinal, a implementação de Unidades de Conservação tem o propósito de resguardar os recursos naturais como um patrimônio de valor, e o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais tem o intuito de promover rentabilidade financeira a partir da valorização ideológica de tais elementos, além disso, o turismo enquanto uma prática social, cultural e econômica, permite que o patrimônio natural seja resguardado pelo fato de esse ser a fonte de renda dos investidores.

Além da discussão e das reflexões o trabalho apresenta partes da história do Parque Nacional de Ilha Grande e busca apresentar as atuais relações sociais que circundam a Unidade. A partir dos levantamentos e das construções de dados, constatou-se:

- O processo de desocupação do Parque Nacional de Ilha Grande não se trata de um simples desequilíbrio nas relações da população que ali reside com os componentes ambientais. Decorre antes, de um complexo de problemas sociais,

econômicos e políticos, cuja questão distributiva da renda assume papel central. Por esse motivo, não pode ser dissociado das relações de produção e de trabalho, ou seja, das condições materiais de sobrevivência, que se manifestam intensamente na produção do espaço.

- As propostas turísticas estão sendo projetadas pelo poder público a fim de serem desenvolvidas no interior do Parque e em seu entorno, desta forma, é essencial repensar a idéia que relaciona a conservação ambiental com a internalização da natureza no processo econômico, sendo entendida a atividade turística em Unidades de Conservação uma das formas de privatização do patrimônio natural.

- Mesmo, sem a infra-estrutura necessária, é visível o uso do Parque Nacional de Ilha Grande no *marketing* de divulgação da região turística Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p. 139:

> O Parque Nacional de Ilha Grande é um grande "chamariz" para a atividade turística da região, sendo exaltadas sua paisagem e sua fauna alóctone. Entretanto essas exaltações estão sempre em um nível leigo, simplificado e, comumente equivocado de ecologia. Esta estratégia é muito forte em Guaíra-PR, a maior das cidades próximas, que já viveu do turismo de Sete Quedas. Nos outros municípios, parece ser o rio Paraná a "isca" para os turistas pescadores.

Segundo o Plano de Manejo, uma das maiores preocupações das populações do entorno do Parque é sobre o futuro uso desta Unidade de Conservação para turismo e lazer. Para a primeira atividade o enfoque é evidentemente econômico, para a segunda, é mais voltado para a identidade da população regional com o rio Paraná.

De acordo com o Plano de Manejo, Encarte I, p. 86, a região do Parque Nacional de Ilha Grande, tanto no Estado do Paraná, quanto no Mato Grosso do Sul, apresenta potencial para o turismo agroecológico, portanto um incentivo a este setor, bem como a busca de parcerias para expandi-lo é considerada pelo Instituto Chico Mendes, uma atividade positiva para a região.

Diante do exposto no Plano de Manejo do Parque, este possuí potencial turístico para receber visitantes interessados em contemplação dos elementos naturais da Unidade. Desta forma, tem-se como principal atrativo turístico: a fauna e a flora, além dos ambientes locais.

Para que os elementos naturais tornem-se efetivamente um atrativo turístico, é necessário desenvolver um processo de *marketing* que constrói ideologicamente as sensações e as experiências vivenciadas no local como agradáveis e prazerosas.

Uma das poucas propostas de criação de atrativos para o Parque está ligada á prática turística voltada à observação de aves em seu hábitat natural, conhecida no mundo todo como: *Bird watching*.

> Levando-se em consideração o potencial do Parque Nacional de Ilha Grande em receber um turista diferenciado, é possível aproveitar a avifauna local como um interessante atrativo para observadores de aves, uma atividade em crescimento no Paraná e muito forte em todo o mundo. (Plano de Manejo, Encarte III, p. 115).

Para os municípios investigados, o turismo no rio Paraná é considerado fundamental para o desenvolvimento econômico regional. Objetivando esse desenvolvimento as secretarias responsáveis pela atividade turística de cada município, buscam parcerias entre os órgãos públicos e também instituições privadas, a fim de investir no setor.

Vale ressaltar que anterior á busca de incentivos e parcerias para a expansão do setor turístico, a preocupação deverá ser a de criar condições e infra-estrutura nos municípios, tais como: saneamento, estradas, estrutura hoteleira, entre outros, primordiais para receber a demanda a ser gerada. Encarte I, p. 87 do Plano de Manejo da Unidade.

Os desejos de atuação na atividade turística pelas comunidades locais são expressas principalmente pelos moradores do Porto Caiuá, em Naviraí-MS, de acordo com as entrevistas, toda a população ribeirinha do rio Paraná, está impossibilitada de efetivamente implantarem práticas turísticas por falta de recursos financeiros.

Devido a essa realidade sugerimos as seguintes medidas:

- capacitar de forma sistemática a população local para que esta possa competir no mercado turístico, pelo menos com a oferta da mão-de-obra qualificada;

- determinar a capacidade de carga tanto das áreas naturais quanto de regiões próximas aos lugares povoados, com o fechamento temporário das áreas que tenham ultrapassado sua capacidade de carga, evitando dessa forma impactos

irreversíveis e conseqüentemente a perda da atratividade e da potencialidade das áreas em uso;

- estabelecer um monitoramento ambiental (biológico e social) para avaliar os efeitos provenientes da atividade turística nas áreas de visita e nas estruturas de acomodações;

- estimular uma demanda por produtos produzidos pela população de entorno do Parque, seja da pesca artesanal, agricultura ou pecuária. Estimular também o artesanato local que utiliza como motivação e matéria-prima a paisagem e os recursos naturais locais, respectivamente;

- controlar a participação da renda gerada pelo turismo, para que uma parte significativa dos recursos obtidos nas atividades turísticas seja revertida ao Parque Nacional de Ilha Grande e às comunidades locais.

Principalmente, é essencial que o processo turísticos, com suas práticas e mediações, seja controlado pelos moradores locais, que devem controlar e definir o formato deste turismo, superando o modelo de entrega do bem público para a exploração turística por um determinado tempo. Para que isso ocorra é fundamental criar parcerias entre população local e gestão pública, e ao mesmo tempo romper com disputas de poder entre a própria comunidade.

De acordo com ALMEIDA, 2007, p. 108, o turismo exercido em área natural tornou-se um dos segmentos mais promissores de uma das atividades mais dinâmicas da economia mundial. A autora cita Serrano (1997), quando afirma: “na atualidade é com base na representação da natureza como paisagem, e como cenário para as ações humanas, que se institui o seu consumo pelo turismo”.

> O turismo é híbrido sendo simultaneamente um enorme potencial de desenvolvimento econômico e, igualmente, de degradação do ambiente. Híbrido, também, no sentido de ser o turismo um produtor e consumidor de ambiente quando o Estado, investidores privados e comunidades incentivam a sua prática. (ALMEIDA, 2007, p.115).

Considerando a implantação de Unidades de Conservação, com diferentes objetivos, constituindo territórios específicos a partir da idéia da preservação ambiental e a fragmentação territorial em nome da conservação, conclui-se que o poder público na tentativa de atrair fluxos turísticos acaba por construir o território segundo as necessidades dos turistas e alicerçado nos interesses do mercado, através de investimentos em infra-estrutura ou mesmo por legislação favorável à prática turística.

Atualmente as territorialidades no Parque Nacional de Ilha Grande estão sendo impostas pelos veranistas em confronto dominante com a população local e com o poder público federal. Espera-se, no entanto uma mudança nos novos territórios e territorialidades a serem constituídos, onde essa mesma população local seja beneficiada de alguma forma a partir das futuras relações.

As propostas turísticas a serem desenvolvidas pelos municípios que se delimitam com o Parna de Ilha Grande, deverão estar em conformidade com as ações, regras, limitações e possibilidades de uso ligadas ao zoneamento constante no Plano de Manejo da Unidade.

Para não haver uma estagnação no processo de exploração turística é essencial que cada município ofereça atratividades distintas, para assim diversificar os produtos turísticos a serem comercializados. Logicamente controlando o acesso público aos atrativos naturais.

É importante criar condições especificas de acesso para promover a visitação ao Parque pelas comunidades locais, e não permitir que o patrimônio natural de sociocultural do Parque e região seja depreciado em detrimento de ganhos econômicos imediatistas.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AB'SABER, A. N. **Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos.** *In:*AB'SABER. A. N.; MÜLLER-PLATENBERG, C. Previsões de Impactos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 30.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Turismo e os Paradoxos no Consumo e Conservação do Ambiente.** Atelie Geografico, v. 1, p. 102-118, 2007. Disponível em: www.revistas.ufg.br Acessado em Junho de 2009.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **A difusão do turismo de segundo residência nas paisagens da ilha de Itamaracá-PE**. Boletim Goiano de Geografia. 21 (2): 103-135. jul./dez. 2001. Disponível em: www.revistas.ufg.br Acessado em Janeiro de 2009.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de analise geográfica**. Revista Território. Rio de Janeiro, ANO VII – n. 11, 12 e 13 – set./out. 2003. Disponível em: www.artigocientifico.com.br Acessado em Janeiro de 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 2001.

BECKER, Bertha K (1995). **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *In* ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de analise geográfica**. Revista Território. Rio de Janeiro, ANO VII – n. 11, 12 e 13 – set./out. 2003. Disponível em: www.artigocientifico.com.br Acessado em Janeiro de 2009.

BERTONCELLO, Rodolfo. **Turismo y preservación ambiental: conflictos y contradicciones El caso del Parque Nacional Nahuel Huapi (Argentina).** Trabajo presentado en el IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, organizado por el Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Turismo-NEMATUR, Joinville (Brasil), noviembre de 2000.

BERTONCELLO, Rodolfo. **Patrimonio y territorio. Claves e partir de la valorizacion turística.** Presentado en *Terceras Jornadas Interdepartamentales de Geografia*, Tucuman, octubre, Buenos Aires: mimeo, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomáz. FADITU – BIBLIOTECA "PADRE PIERONT". Rio de Janeiro – RJ. Bertrand Brasil, 1998, 332 p.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3ª ed. 1.974.

BRASIL. Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação. Áreas Protegidas do Brasil. Brasília: IBAMA/MMA, 2006. Disponível em www.mma.gov.br. Acesso em 10/06/09.

CAMPOS, J.B.(org.) **Parque Nacional de Ilha Grande: re-conquista e desafios.** 2ª ed. – Maringá: IAP, 2001. 118p.:il.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência en la Geografía contemporânea: una introducion a la Geografia**. Barcelona, Barcanova 1981

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Circulo do livro, s.d. 1993.

CARVALHO, Daniel Mostacada Pinho. *et al*. **Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque Nacional do Iguçu.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.24, p.171-210, set. 2006. Disponível em www.**bndes**.gov.br/conhecimento Acessado em Junho de 2009.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**/2. **Os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CHAUI, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo:HUCITEC, UNESP, 1999.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **O turismo e a relação sociedade-natureza:** realidade, conflitos e resistências. Fortaleza: UECE, 2006.

COSTA, C.A, *et.al.***O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema-MS: Produção do Território e Proteção Ambiental**.(UFMS, Campus Dourados) 2005.

CUNHA, S.B*, et.al* (org.). **Avaliação e perícia ambiental**, 2ª ed.-Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2000. 296p.

CUNHA, S.B. e GUERRA, A.J.T. **A questão ambiental.** Diferentes Abordagens, Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ecologia Humana e Planejamento em áreas costeiras**, Nupaub-USP, 1996

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996

DIEGUES, A. C. ; NOGARA, P. J. **O Nosso Lugar Virou Parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati – Rio de Janeiro**. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB/USP,1999.

FERNANDES, F, *et.al*. **Dicionário Brasileiro Globo**, 53. ed. - São Paulo: Globo 2000.

FONTOURA, L. M. ; SIMIQUELI, R. F. ; SILVEIRA, M. A. T. . **A evolução das unidades de conservação brasileiras: da preservação às políticas de sustentabilidade.** In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de

Conservação/ Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia, RJ. Anais do II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação/ Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007. Disponível em www.physis.org.br Acessado em Junho de 2009.

GARCIA, Rita Maria de Paula. **Organização do espaço turístico no Rio Sucuriú-MS: residências secundárias.** Seminário Temático de Geografia do Norte do Paraná - XXI Semana de Geografia na Universidade Estadual de Londrina de 3 a 8 de outubro de 2005. AGB - Seção Londrina-PR; CCE - UEL. Publicação não paginada.

_____. **Turismo e lazer ás margens do baixo Rio Sucuriú: características e dimensões das residências secundárias.** XIV Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos em Três Lagoas entre os dias 25 e 30 de setembro de 2006. Editora UFMS; AGB - Seção Três Lagoas-MS. p.1047-1058.

_____. **Territorialidade do Lazer e Turismo em uma Área Ribeirinha: Análise do Baixo Rio Sucuriú, Município de Três Lagoas-MS.** Caxias do Sul, 2008. Disponível em: www.ucs.br/ucs/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/trabalhos. Acessado em Janeiro de 2009.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GODOY, A.M.G. Aspectos Socioeconômicos da Região de Ilha Grande. In: CAMPOS, J.B. (org). **Parque Nacional de Ilha Grande: re-conquista e desafios**. Maringá 2001. 2. edição.

_____. **Populações Tradicionais no Parque Nacional de Ilha Grande**. Revista Geonotas. Volume 5, n. 4. Out/nov/dez/ 2001. Maringá. UEM 2001. Disponível em www.dge.uem.br/geonotas/vol5-4/amalia.shtml. Acessado em Fefereiro de 2009.

GONÇALVES, C.W.P. **OS (des)caminhos do meio-ambiente**, São Paulo: Contexto, 1989.

GRESSLER, L.A. **Introdução à pesquisa, projetos e relatórios.** Edição Layola, São Paulo, Brasil, 2003.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA Sandra Baptista da. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume,2005.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HERNÁNDEZ, José Luis Sánchez. **Naturaleza, localización y sociedad: tres enfoques para la geografía económica**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, p.17-190.

IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) 2002. **Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. Brasília: IBAMA.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) 2008. **Plano de Manejo para o Parque Nacional de Ilha Grande**. Curitiba: DIREP.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastreri. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares.** In: III Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 1999, Manaus. Turismo em análise, 1999.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes (orgs). **Olhares contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas- SP, 2000.

_____. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete (Org.). **Redescobrindo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 111-125

MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** -2ª ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, F.A. **Geografia e meio ambiente**, 3ª ed.-São Paulo: Contexto, 1998. (Caminhos da Geografia)

MILANI, Patrícia Helena; ARANHA-SILVA, Edima. **As transformações sócio-espaciais e ambientais no município de Aparecida do Taboado-MS e sua inserção no Projeto Região Turística Costa Leste-MS.** XV Encontro Sul-mato-grossense de geógrafos A Geografia a serviço da sociedade. Corumbá, 2007. Anais... Corumbá, CD-ROM. (Artigo completo)

MORETTI, E. C. **O ideário da sociedade ocidental sobre a natureza e o conceito de "Desenvolvimento sustentável"**, Revista de Geografia, nº 3, AGB-seção Dourados-MS, 1996, p. 15-27.

MORETTI, E.C, *et.al*. **Políticas públicas e recursos hídricos. Produção do espaço na bacia hidrográfica do rio Dourados.** Revista de Geografia. Dourados: AGB nº12, 2000, p.23-30.

_____. **Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal**. In BANDUCCI JR., MORETTI E. C., *Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal.* São Paulo: Chronos: Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

_____. **Paraíso visível e real oculto. A atividade turística no Pantanal**. Campo Grande:Editora da UFMS, 2006.

_____. **Relatório de Pós-Doutorado** apresentado ao Instituto de Geociências da UNICAMP. 2007.

MORETTI, E.C. e LOMBA, G. **Precarização do trabalho e territorialidade turística em Bonito-Ms**, Terra Livre, São Paulo:AGB, nº24, jan.jun 2005.

MORETTI, Silvana Aparecida Lucatto. **Atividade Turística e Transformações territoriais no município de Jardim – MS**. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2002.

NUNES, F.G. **A importância do econômico na Geografia atualmente: algumas questões para o debate**. Terra Livre, n.27. São Paulo: AGB, 2006, p. 185 – 196.

OLIVEIRA, A.U.de. "**A Mundializacao do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX**". *In*: ROOS, J.L.S.(org). Geografia do Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, 549p.

OMT, (org.) **Introdução ao turismo**. Tradução: Dolores Martin Rodrigues Córner. São Paulo: Roca, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Trad. Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Prostituição de rua e turismo em Copacabana – a avenida Atlântica e a procura do prazer. **Território**. Rio de Janeiro: Garamond. Ano 2, n. 3, p. 87-99. jul./dez. 1997.

RODRIGUES, S.A. **Destruição e equilíbrio: o homem e o ambiente no espaço e no tempo**, São Paulo: Atual, 1989. (Série meio ambiente).

RODRIGUES, A.M. **A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: Uma nova relação Sociedade/Natureza?**, Boletim Paulista de Geografia, São Paulo:A.G.B. n° 73, 1994.

_____. **A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental.** En: Eduardo Yázigi et al. (orgs.), Turismo, espaço, paisajem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**, in: LUCHIARI, M.T.D.P. (org.), *Turismo e meio ambiente*, Coleção Textos Didáticos, Campinas:IFCH/UNICAMP, nº 31(2), dezembro de 1997.

_____. **Produção e consumo do e no espaço. Problemática ambiental urbana,** São Paulo:HUCITEC, 1998.

_____. **O Mito da Sustentabilidade da Atividade Turística.** In: Junior, Álvaro B.; Moretti, Edvaldo C.. (Org.). Qual Paraíso? Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal. 1 ed. São Paulo: Chronos, 2001, v. , p. 19-38.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.) **Turismo e espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e Sociedade: ensaios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982

_____. **Espaço e Método**. São Paulo:Nobel, 1985.

_____. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.251 – 274.

_____. **Sociedade e espaço: a Formação Social como teoria e como método**. *Boletim Paulista de Geografia*, n.54, p. 81-99, 1977.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. "A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo". *In*, **"Fim de Século e Globalização"**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SERRANO, C. e LUCHIARI, M.T.D.P. **(Eco) turismo e meio ambiente no Brasil: territorialidades e contradições**, in: TRIGO, L. G. G. Análises regionais e globais do turismo brasileiro, São Paulo: Roca, 2005.

SILVA, Charlei Aparecido da. **Analise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP.: [s.n.], 2006.

SILVA. Juliana Maria Oliveira & SILVA. Edson Vicente da. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A QUESTÃO DO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO MONUMENTO NATURAL DAS FALÉSIAS DE BEBERIBE / CEARÁ.** Anais: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza-CE, Maio de 2008. Disponível em www.oktiva.com.br/sispub/. Acesso em 10/06/09.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza: Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Território, logística e mundialização do capital. In: *Dinâmica econômica e novas territorialidades***. SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Presidente Prudente, GAsPERR/Unesp, 1998.

_____. **A propósito dos paradigmas e orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. *Terra Livre,* n. 16. São Paulo: AGB, 2001, p. 99-112.

_____. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TULIK, Olga. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. 154f. Tese (Livre Docência) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. **O Espaço Rural Aberto à Segunda Residência**. In: LIMA, Luiz Cruz. Da Cidade ao Campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

TURRA NETO, Nécio. Do território aos territórios. IN: MAGNONI JÚNIOR, Lourenço; SOUZA, Edson Belo Clemente de; SOUZA, Álvaro José de. **Paisagem território região**: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, p. 87-101.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel:Sesc, 1996.

# ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

http://www.scielo.br-pdf-csp-v16n3-2947.pdf.

http://www.ambito-juridico.com.br.

http://www.eca.usp.br/turismocultural/EntrevistaTulik.htm - 95k.

http://www.ecoviagem.com.br/parques-nacionais/parana/ilha-grande/.

http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-parques nacionais.

http://www.revistaturismo.com.br/Ecoturismo/araguaia.html Julho de 2001.

http://www.amazonia.org.br

http://www.brasilturismo.com

http://www.eco.tur.br

http://www.eldorado.ms.gov.br/

http://www.ferias.tur.br

http://br.geocities.com/ibamapr/ilgrande

http://www.guiageo-parana.com

http://www.ibama.gov.br

http://www.ibge.gov.br

http://www.itaquirai.ms.gov.br/

http://www.jacareagora.com/eventos/prainha

http://www.moderna.com.br

http://www.mundonovo.ms.gov.br/

http://www.navirai.ms.gov.br/

http://www.portalms.com.br/noticias

http://www.ucs.br

# Apêndices

1º Roteiro para entrevista com a Chefe do P.N.I.G. Gabriela Leonhardt

1- Como aconteceu a distribuição e legalização das terras do atual Parque Nacional de Ilha Grande á apropriação humana?
2- Como aconteceu o processo de desapropriação da área pertencente ao Parque? Por qual órgão?
3- Algumas famílias já receberam a indenização pela desapropriação? Por parte de qual órgão?
4- Existem, nas dependências do Parque, alguma família constituindo residência atualmente? (quantidade estimada)
5- O que os órgãos governamentais estão fazendo para resolver a situação das pessoas que dependiam daquele lugar para sobreviverem?
6- Sobre a aquisição de terras no Parque pelos fazendeiros do Estado do Paraná, você poderia nos esclarecer as condições e diretrizes que implementam esse acordo?
7- O valor de aquisição dessas terras é definido por alguma tabela comercial, ou fica a critério dos negociantes?
8- Quais os seguimentos sociais que irão se beneficiar com esse acordo?
9- Qual a Lei que possibilita esse acordo compensatório entre fazendeiros e proprietários de Ilhas no Parque?
10- Você poderia nos fazer um panorama ressaltando a questão das queimadas no interior do Parque?
11- Foi avaliado o grau de destruição do ultimo incêndio? A qual proporção de percas ele chegou?
12- Na sua opinião seria possível conciliar a população permanente e o ambiente do Parque, estabelecendo normas e regras para a conservação natural?
13- Existe alguma possibilidade de geração de renda através da exploração do ambiente do Parque, incluindo aí o turismo? E além do turismo?
14- (se houver) Essa renda terá destino já definido ou a partir dos acontecimentos serão tomadas essas decisões?
15- O Plano de Manejo do Parque já foi elaborado? Quais os segmentos sociais que o elaboraram? Já está sendo praticado?
16- Gostaria de saber sobre as atuais estruturas do Parque. (posses).
17- De onde vem os recursos financeiros para amparar a manutenção e os trabalhos que envolvem o Parque?
18- Você poderia nos explicar sobre o ICMS ecológico? O que é este recurso? Porque ele foi criado? Para quê ele pode ser usado? Quem o paga? Quem o recebe?
19- Você poderia nos passar o valor que os municípios vizinhos ao Parque pela territorialidade recebem de ICMS ecológico?
20- O que se pretende fazer no presente para o futuro do Parque?
21- O que podemos esperar desse futuro?
22- Já existem propostas turísticas para o Parque?

2º Roteiro para entrevista com a Chefe do P.N.I.G. Gabriela Leonhardt

1- Há algum acordo entre os Estados na divisão territorial do Parque? Se há, qual é o percentual de áreas pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul e consequentemente do Estado do Paraná?

2- Como o IBAMA se relaciona com as legislações vigentes nos dois Estados e nos municípios fronteiriços dos dois Estados?

3- Qual é o estágio atual do Plano de Manejo do P.N.I.G.? Já foi concluído em sua elaboração? Porque a morosidade de sua construção? Há alguma perspectiva para colocá-lo em prática?

4- Qual o instrumento que foi (ou, vem sendo) utilizado até o Plano de Manejo ser findado que regulamentava ações do IBAMA do IAP ou outros órgão ambiental diante do P.N.I.G.?

5- Quais os órgãos ambientais que dividem as responsabilidades de administração do Parque com o IBAMA?

6- Qual foi o custo do Plano de Manejo? De onde vieram os recursos para tal custeio?

7- Qual é a relação da Usina Hidrelétrica de Ourinhos com o P.N.I.G.?

8- Como foi o processo de Zoneamento das áreas pertencentes ao Parque?

9- Quando foi criada a APA que ampara o Parque? Como ela incorporou ou anexou essa área?

10- Qual é o estágio atual das negociações das áreas (lotes) do Parque via compensação de Reserva Legal?

11- Sobre as áreas tituladas pelo INCRA cujos donos não procuraram documentação na época devida, Essas áreas foram passadas diretamente para a União?

12- Como o IBAMA sendo um órgão federal, vê as atividades turísticas em Parques Nacionais de maneira geral?

13- Já existem propostas turísticas sendo elaboradas para o P.N.I.G.?

14- Qual o órgão responsável por esse planejamento?

15- Quais são as propostas?

Roteiro para entrevista com o representante dos Ilhéus.

(Por constituição de Associação: Eduardo Ortd)

1- O Sr. tem conhecimento de como e porque aconteceu a distribuição e legalização das terras do atual Parque Nacional de Ilha Grande á apropriação humana?

2- Como se deu o processo de desapropriação da área pertencente ao Parque? Por qual órgão?

3- Algumas famílias já receberam a indenização pela desapropriação? Por parte de qual órgão?

4- O Sr. tem conhecimento se há habitantes nas dependências do Parque Nacional de Ilha Grande? (quantidade estimada)

5- O que vem sendo feito pelas pessoas que dependiam daquele lugar para sobreviverem?

6- Sobre a aquisição de terras no Parque pelos fazendeiros do Estado do Paraná, você poderia nos esclarecer as condições e diretrizes que implementam esse acordo?

7- O valor de aquisição dessas terras é definido por alguma tabela comercial, ou fica a critério dos negociantes?

8- Quais os seguimentos sociais que irão se beneficiar com esse acordo?

9- Qual a Lei que possibilita esse acordo compensatório entre fazendeiros e proprietários de Ilhas no Parque?

10- O Sr. como representante dos ilhéus consegue definir o que seria melhor para eles?

11- O Sr. acredita que as indenizações aconteçam?

12- O Sr. poderia nos fazer um panorama á respeito do seu conhecimento á situação dos ilhéus?

13- O Sr. tem um levantamento aproximado sobre a quantidade de propriedades intituladas na área total pertencente ao Parque?

14- E sobre a quantidade de propriedades em posses?

15- A partir de algumas pesquisas junto á proprietários das ilhas, percebe-se uma certa distinção entre eles. Há aquelas pessoas que tiravam seu sustento daquele ambiente através da caça, pesca, cultivo, enfim... e aquelas pessoas que possui um vínculo de lazer com as áreas. O Sr. com sua experiência de trabalho afirma essa impressão?

16- (se a resposta for sim) O Sr. percebe que mesmo sendo diferentes, esses proprietários recebem o mesmo tratamento de órgãos indenizatórios ou fiscalizadores? Explique.

17- O que se pode esperar, em sua visão, para o futuro dos ilhéus?

Roteiro para Entrevista com o Chefe da APA federal – Sandro IBAMA.

1 - Como são organizadas as APAs municipais? Há um chefe responsável por cada uma? E entre os Estados?

2 - Quando foi criada a APA que ampara o Parque? Como ela incorporou ou anexou essa área?

3 - Como o IBAMA se relaciona com as legislações vigentes nos dois Estados e nos municípios fronteiriços dos dois Estados?

4 - Quais os órgãos responsáveis por realizarem o Zoneamento Ecológico Econômico das APAs? Como isso vem sendo feito? Ou já está findado esse processo?

5 - Como isso poderá ser concretizado se nem todos os municípios que fazem divisa territorial com o Parque possuem uma legislação ambiental em especifico?

6 - Segundo CAMPOS, 2001, através dos trabalhos realizados pelo CORIPA as atividades predatórias dentro do Parque foram banidas, as atividades agrícolas passaram a receber orientação permanente, a atividade pesqueira foi reorientada, programas e projetos de desenvolvimento sustentável vem sendo implementados, em especial os voltados ao turismo. Por quais órgãos a atividade turística vem sendo planejadas e implementadas?

7 - Como o IBAMA sendo um órgão federal, vê as atividades turísticas em Parques Nacionais de maneira geral?
Há incrementação da fauna silvestre no atual território do Parque Nacional de Ilha Grande?

8 - Qual sua relação como o CORIPA e com os representantes paranaenses das APAs municipais?

9 - Qual é a posição do IBAMA diante dos impasses fundiários do Parque?

10 - Como se encontra o atual estagio de construção do Corredor de Fluxo de Biodiversidade do rio Paraná abrangendo o Parque Nacional de Ilha Grande a APA federal das Ilhas que se interligarão com o Parque Nacional do Iguaçu?

11 - Há algum acordo entre os Estados na divisão territorial do Parque? Se há, qual é o percentual de áreas pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul e conseqüentemente do Estado do Paraná?

12 - Quais os órgãos ambientais que dividem as responsabilidades de administração do Parque com o IBAMA?

13 - Plano de Manejo da APA? Custo? Recurso?

14 - Plano de Manejo do Parque?

Questionário aplicado entre os meses de dezembro/2006 até fevereiro/2007 aos ribeirinhos e ex-ilhéus residentes no município de Itaquiraí-MS.

Nome:

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade:

Estado Civil:

Naturalidade:

Nível Escolar:

Fonte de renda atual:

Número de dependentes na família:

Remuneração média mensal:

Endereço:

Tempo de serviço (no ramo):

Quais as maiores dificuldades encontradas em seu trabalho?

Já residiu no interior do Parque Nacional de Ilha Grande?

Em quais períodos?

Qual a atividade exercida no Parque?

Qual a sua opinião sobre a instalação do Parque?

Sua vida melhorou ou piorou depois da implantação do Parque?

Outras considerações:

Roteiro para entrevista com os Ilhéus e Ribeirinhos.
Dezembro/2008 á Maio/2009.

Nome:
Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
Idade:
Estado Civil:
Naturalidade:
Nível Escolar:
Fonte de renda atual:
Número de dependentes na família:
Remuneração média mensal:
Endereço:
Tempo de serviço e permanência residencial nas Ilhas:
Qual a sua opinião sobre a instalação do Parque Nacional da Ilha Grande?
Sua vida melhorou ou piorou depois da implantação do Parque?
O que vem mudando no modo de vida com o tempo de permanência nas Ilhas?
Como é seu relacionamento com os órgãos fiscalizadores do Parque?
Você se considera um habitante ilegal nas Ilhas? Possuí Titulo Definitivo de sua propriedade? Há alguma proposta de regularização sendo feita?
Que tipo de atividade desenvolve na ilha?
Essa atividade garante o sustento seu e da família?
Realiza atividades fora da ilha? Quais atividades?
Tem moradia fora do parque? Permanente ou em determinadas épocas do ano?
Onde é essa moradia fora do parque?
Desenvolve atividade fora do parque?
Qual sua opinião sobre a atividade turística?
Já houve alguma discussão entre os moradores das Ilhas e o órgão de administração do Parque sobre a implementação da atividade turística?
Quais as maiores dificuldades encontradas no dia a dia de permanência nas Ilhas?
Outras considerações:

Roteiro para entrevista com a Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento turístico de Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo - MS.

1- Há habitantes ribeirinhos no rio Paraná correspondente ao município .....? Qual a localidade (no antigo Porto)? Há uma estimativa da quantidade de pessoas ou famílias residentes nesse local?

2- Há casas de veraneio nas encostas do rio Paraná correspondente ao seu município? Quantas casas existem? Quais as pessoas que desfrutam dessas casas (são do próprio município)?

3- Quais as atitudes tomadas pelo município nessa localidade? (tanto com os ribeirinhos, quanto com os veranistas).

4- Já existem propostas turísticas sendo planejadas pelo município afim, de utilizar as áreas do antigo Porto e/ou do Parque Nacional de Ilha Grande? Se houver quais são as propostas.

5- As decisões tomadas dentro do Parque pelo órgão administrador do mesmo, são discutidas com os municípios do Mato Grosso do Sul que fazem fronteiras com a região? Como acontece essa discussão (por meio de seminários, reuniões ordinárias, assembléias)? O que é discutido geralmente? Há direito de opinar?

6- Além da APA federal, o município é constituído por uma APA municipal? Ela foi criada antes ou depois da federal? Porque foi criada? Qual sua importância? Qual a extensão territorial dela? Quais os cuidados incumbidos á ela?

7- Seu município pertence á algum consórcio intermunicipal? Qual é o objetivo dessa iniciativa? As finalidades dessa união?

8- Quantas Unidades de Conservação estão inseridas no município? Quais são elas?

9- Quanto o município arrecadou em média, mensalmente de ICMS ecológico em 2008?

10- Quanto o município arrecadou em média mensal de ICMS ecológico em 2008, por conta de sua territorialidade constituída com o PNIG?

11- Quais são os investimentos desse recurso no município?

12 – Como avalia o resultado destes investimentos de acordo com o objetivo traçado?

13 – Existe proposta de alterar este investimento? Como?

Roteiro para entrevista com a Secretária de Meio Ambiente e Secretária de Planejamento turístico de Naviraí-MS.

1- Há uma estimativa da quantidade de famílias ou pessoas individuais que residem no Porto Caiuá?

2- Há uma estimativa da quantidade de casas de veraneio, conhecidas como clubes, existentes atualmente no Porto Caiuá? Quais as pessoas que desfrutam dessas casas?

3- Como e porque se deu a iniciativa de interditar as casas de veraneio do Porto Caiuá?

4- Já existem propostas turísticas sendo planejadas pelo município afim, de utilizar as áreas do Porto Caiuá e/ou do Parque Nacional de Ilha Grande? Se houver quais são as propostas.

5- As decisões tomadas dentro do Parque pelo órgão administrador do mesmo, são discutidas com os municípios do Mato Grosso do Sul que fazem fronteiras com a região? Como acontece essa discussão (por meio de seminários, reuniões ordinárias, assembléias)? O que é discutido geralmente? Há direito de opinar?

6- Além da APA federal, o município é constituído por uma APA municipal? Ela foi criada antes ou depois da federal? Porque foi criada? Qual sua importância? Qual a extensão territorial dela? Quais os cuidados incumbidos á ela?

7- Naviraí pertence á algum consórcio intermunicipal? Qual é o objetivo dessa iniciativa? As finalidades dessa união?

8- Quantas Unidades de Conservação estão inseridas no município de Naviraí? Quais são elas?

9- Quanto o município arrecadou em média, mensalmente de ICMS ecológico em 2008?

10- Quanto o município arrecadou em média mensal de ICMS ecológico em 2008, por conta de sua territorialidade constituída com o PNIG?

11- Quais são os investimentos desse recurso no município?

12 – Como avalia o resultado destes investimentos de acordo com o objetivo traçado?

13 – Existe proposta de alterar este investimento? Como?

# Anexo

# ICONOGRAFIA

Encosta da Ilha Grande no Parque Nacional de Ilha Grande.

Autoria: SCHNEIDER, M.M.M. fevereiro/2007.

Vista aérea de parte das Ilhas do PNIG.

Fonte: veja.abril.com.br / Foto: Paulo Jares.

Vista Aérea parcial da ilha Volta Redonda, mostrando o padrão de mosaico da vegetação de algumas ilhas do arquipélago.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 42.

Vista aérea parcial da Lagoa Jatobá, tendo ao fundo, o canal oeste do rio Paraná.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 46.

Vista parcial da Lagoa Jatobá.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 92.

Entrada da gruta nas proximidades da Praia da Amizade. Vista parcial do paredão.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 63

Propriedade ativa no Norte da Ilha Peruzzi.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 42.

Vista parcial de propriedade ativa na região da Lagoa Saraiva.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 43.

Visitação na ilha São Francisco, município de Guaíra-PR.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 214.

Barco de transporte de turistas e alunos das escolas da região, para visitar a Ilha São Francisco e Lagoa Saraiva. Guaíra-PR.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 209.

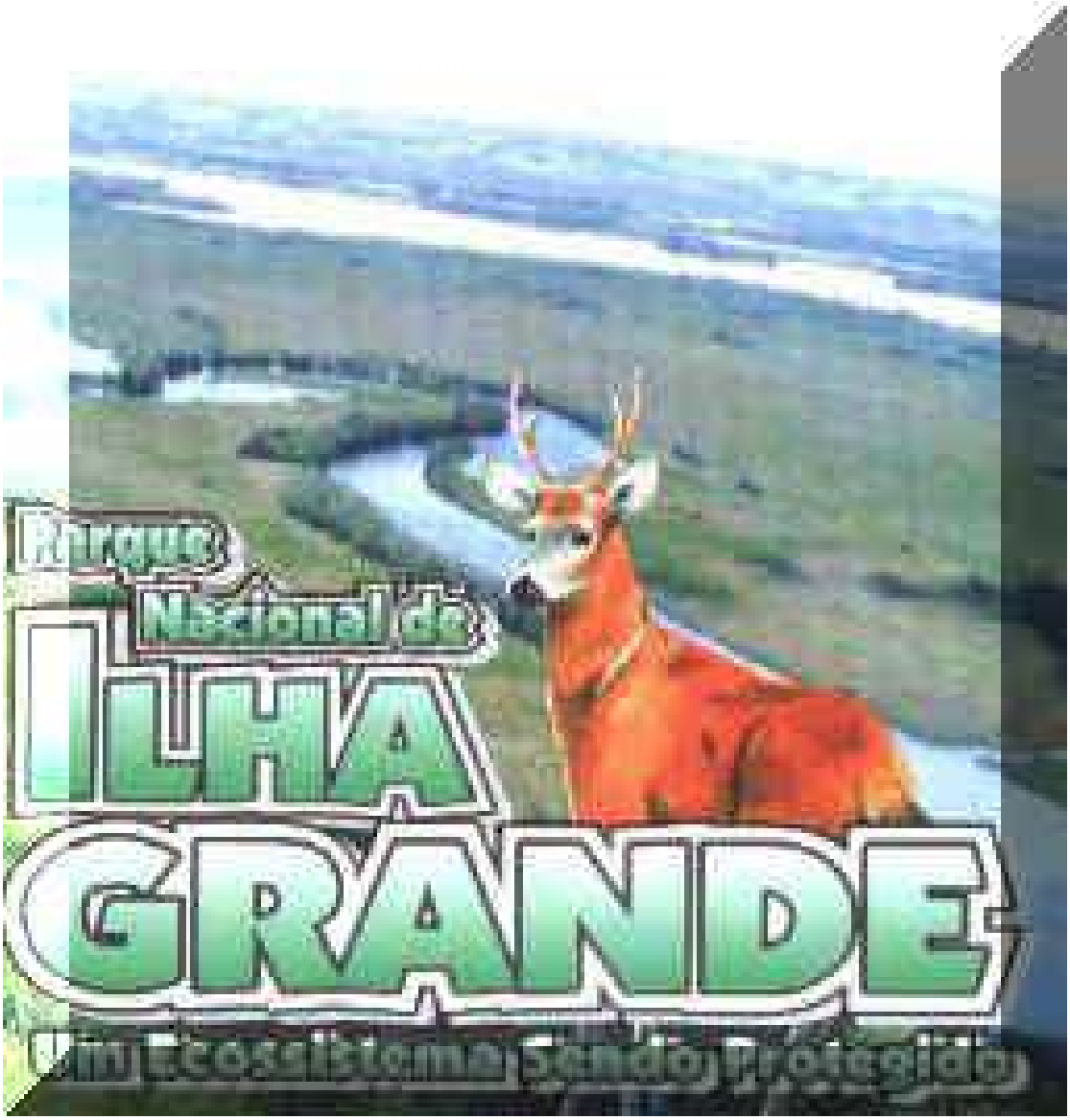
Barco de transporte de turistas e veranistas para a Praia do Meião e outros passeios em Porto Camargo. Icaraíma-PR.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 214.

Olaria artesanal ás margens do rio Paraná. Eldorado-MS.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 170.

Folder de divulgação do Parque Nacional de Ilha Grande.




Fonte: www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-**parque**s-nacionais. Acessado em Maio/2008.

# Livros Grátis

( http://www.livrosgratis.com.br )

Milhares de Livros para Download:


Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo